

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO E HOSPITALIDADE
MESTRADO**

MICHELE LEANDRO DA COSTA

**A CACHAÇA DO TURISMO: um estudo sobre a cachaça como vetor de
potencialização do Turismo no município de Jandaia do Sul, Paraná, Brasil**

**CAXIAS DO SUL
2025**

MICHELE LEANDRO DA COSTA

A CACHAÇA DO TURISMO: um estudo sobre a cachaça como vetor de potencialização do Turismo no município de Jandaia do Sul, Paraná, Brasil

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade, da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo e Hospitalidade.

Linha de pesquisa: Turismo, Hospitalidade, Cultura e Educação.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Jacqueline Maria Corá

**CAXIAS DO SUL
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

C837c Costa, Michele Leandro da

A cachaça do turismo [recurso eletrônico] : um estudo sobre a cachaça como vetor de potencialização do turismo no município de Jandaia do Sul, Paraná, Brasil / Michele Leandro da Costa. – 2025.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, 2025.

Orientação: Jacqueline Maria Corá.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Turismo - Jandaia do Sul (PR). 2. Cachaça. I. Corá, Jacqueline Maria, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 338.48(816.2)

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Carolina Machado Quadros - CRB 10/2236

MICHELE LEANDRO DA COSTA

A CACHAÇA DO TURISMO: um estudo sobre a cachaça como vetor de potencialização do Turismo no município de Jandaia do Sul, Paraná, Brasil

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade, da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo e Hospitalidade.

Linha de pesquisa: Turismo, Hospitalidade, Cultura e Educação.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Jacqueline Maria Corá

Aprovada em 29/09/2025

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Jacqueline Maria Corá - Orientadora
Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Profa. Dra. Aline Passuelo de Oliveira - Avaliadora
Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Profa. Dra. Mary Sandra Guerra Ashton - Avaliadora
Universidade FEEVALE

Prof. Dr. Michel Bregolin - Avaliador
Universidade de Caxias do Sul (UCS)

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha gratidão primeira e maior. Foi em Sua presença que encontrei forças nos dias em que tudo parecia ruir, e foi sob a Sua mão que caminhei quando já não havia mais passos. Sem Ele, este percurso não teria sido possível.

À minha família, meu esteio. Ao meu marido, amigo e companheiro, pela presença fiel e pelo amor que sustenta cada um dos meus passos. Aos meus sogros, pelo cuidado constante, pela atenção aos detalhes da vida cotidiana e pela dedicação que me permitiu prosseguir sem perder o chão.

Ao meu pai, que partiu no desfecho desta caminhada, deixo não apenas palavras, mas a inteireza deste trabalho. Sua ausência tornou-se presença simbólica em cada escolha, cada silêncio, cada linha. Dedico-lhe esta dissertação como gesto de amor e memória.

À Lorena A. Mancini, José Almeida e Maria Jacqueline Ramos Iwata pela amizade, generosidade, escuta e pela leveza que trouxe respiro nos dias mais pesados.

À CAPES e ao Governo Federal, o meu profundo agradecimento pelo inestimável apoio financeiro concedido por meio da bolsa, sem o qual a produção desta pesquisa não seria possível.

À Universidade de Caxias do Sul (UCS) e em especial no acolhimento, presteza e paciência da querida Regina de Azevedo Mantesso agradeço ao Programa de Pós Graduação em Turismo e Hospitalidade (PPGTURH) pela linda e desafiadora oportunidade.

À professora Dra. Jaqueline Maria Corá, minha orientadora, agradeço pela atenção dedicada, especialmente na etapa final deste percurso.

A todos os professores que tive a alegria de encontrar ao longo do mestrado, deixo meu reconhecimento. Suas palavras, provocações e ensinamentos ampliaram meus horizontes de pesquisa e de vida.

À Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), que me oportunizou tempo e condições para a capacitação, permitindo que este estudo se desenvolvesse com profundidade e cuidado.

Aos participantes desta pesquisa, produtores de cachaça, gestores, professores e membros da comunidade de Jandaia do Sul, agradeço pela generosidade em compartilhar memórias, saberes e experiências, que se tornaram alicerce desta investigação. Este trabalho não é fruto individual, mas resultado de uma rede de afetos, encontros e apoios que me sustentaram ao longo do caminho

“A cachaça é uma biografia, uma história, uma economia, um ser social e cultural, que atravessou séculos e soube se reinventar.”

Jairo Martins da Silva

RESUMO

A cachaça, bebida tradicional brasileira com origens no período colonial, tem passado por um processo de ressignificação simbólica e produtiva. De símbolo historicamente associado à marginalização, passou a ser reconhecida como expressão cultural relevante, despertando crescente interesse pela produção artesanal, que articula identidade, tradição e desenvolvimento local em diferentes regiões do país. No Paraná, Jandaia do Sul - PR destaca-se por sua produção de cachaça artesanal, embora ainda pouco explorada como vetor de desenvolvimento territorial. Este estudo apoia-se no turismo regenerativo como eixo articulador e inovador para compreender de que maneira a cachaça artesanal produzida em Jandaia do Sul pode fortalecer vínculos entre memória, cultura e economia local. A proposta parte da compreensão da cachaça como expressão viva de um sistema territorial e de saberes que atravessam gerações, ainda pouco reconhecidos e valorizados em sua complexidade. O estudo tem como objetivo compreender de que modo a cachaça artesanal de Jandaia do Sul – PR, enquanto linguagem do território e manifestação de saberes locais, pode inspirar formas regenerativas de fazer turismo que ampliem vínculos, fortaleçam comunalidades e contribuam para trajetórias integradoras de desenvolvimento. Trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa, exploratória e interpretativa. O percurso metodológico, em vez de se limitar à descrição formal, foi ampliado por uma etnografia sensível, utilizando a escuta atenta e a imersão reflexiva como bases analíticas. Os procedimentos envolveram entrevistas semiestruturadas com 14 sujeitos-chave e observação participante retrospectiva, com o propósito de apreender os afetos, as resistências e as dinâmicas latentes do território. Para subsidiar a elaboração de uma proposta de planejamento estratégico voltado à regeneração dos vínculos territoriais, adotou-se o modelo da Hélice Quíntupla, que articula Governo, Universidade, Setor Produtivo, Sociedade Civil e Meio Ambiente. Os resultados evidenciam que a cachaça artesanal exerce papel estruturante na constituição da identidade local e no fortalecimento de vínculos comunitários, configurando-se como linguagem viva do território e como ativo cultural com potencial de ativação turística. As análises indicam que, embora ainda não integrada de forma sistêmica às estratégias locais de turismo, a produção artesanal apresenta condições concretas para ancorar iniciativas de base territorial com orientação regenerativa. Como desdobramento aplicado da pesquisa, foi construída uma proposição estruturada de diretrizes e ações estratégicas, fundamentada na adaptação crítica da Hélice Quíntupla, voltada à regeneração de vínculos territoriais por meio do turismo. Esse conjunto propositivo, de caráter orientador, delinea caminhos possíveis de articulação entre atores locais, práticas produtivas, educação patrimonial e cuidado socioambiental. Conclui-se que o reconhecimento da cachaça artesanal como saber territorial e ativo turístico pode contribuir para trajetórias de desenvolvimento mais integradoras, enraizadas na memória, na singularidade e na justiça relacional de Jandaia do Sul.

Palavras chave: Cachaça artesanal; Turismo regenerativo; Desenvolvimento territorial; Planejamento estratégico; Jandaia do Sul - PR

ABSTRACT

Cachaça, a traditional Brazilian spirit originating from the colonial period, has undergone a process of symbolic and productive redefinition. Once historically associated with social stigma, it has gained recognition as a relevant cultural expression, sparking growing interest in artisanal production, which articulates identity, tradition, and local development across different regions of the country. In the state of Paraná, the municipality of Jandaia do Sul stands out for its artisanal cachaça production, although this asset remains underexplored as a driver of territorial development. This study adopts regenerative tourism as an innovative and integrative framework to understand how artisanal cachaça produced in Jandaia do Sul can strengthen the ties between memory, culture, and the local economy. The proposal is grounded in the understanding of cachaça as a living expression of a territorial system and embodied local knowledge spanning generations, still insufficiently recognized in its complexity. The research aims to examine how artisanal cachaça in Jandaia do Sul – PR, as a language of territory and an expression of local knowledge, can inspire regenerative forms of tourism capable of expanding relational bonds, strengthening communal ties, and contributing to integrative development trajectories. This is a qualitative, exploratory, and interpretative case study. The methodological approach was expanded through a sensitive ethnographic perspective, based on attentive listening and reflexive immersion as analytical foundations. Data collection procedures included semi-structured interviews with 14 key actors and retrospective participant observation, seeking to apprehend affects, resistances, and latent territorial dynamics. To support an applied proposal focused on the regeneration of territorial bonds, the Quintuple Helix model, integrating Government, University, Productive Sector, Civil Society, and Environment, was critically adopted. The results demonstrate that artisanal cachaça plays a structuring role in the formation of local identity and in strengthening community ties, configuring itself as a living language of the territory and as a cultural asset with tourism activation potential. The analyses indicate that, although not yet systemically integrated into local tourism strategies, artisanal production presents concrete conditions to anchor place-based initiatives guided by regenerative principles. As an applied outcome of the research, a structured set of strategic guidelines and actions was developed, grounded in a critical adaptation of the Quintuple Helix framework and oriented toward the regeneration of territorial bonds through tourism. This guiding framework outlines possible pathways for articulating local actors, productive practices, heritage education, and socio-environmental care. The study concludes that recognizing artisanal cachaça as territorial knowledge and a tourism asset can contribute to more integrative development trajectories rooted in memory, singularity, and relational justice in Jandaia do Sul.

Keywords: Artisanal Cachaça; Regenerative tourism; Territorial development; Strategic planning; Jandaia do Sul - PR

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1: Reportagem sobre a geada negra | 15 |
| Figura 2: A Caipirinha de Tarsila do Amaral | 29 |
| Figura 3: Panorama nacional dos estabelecimentos elaboradores de cachaça | 39 |
| Figura 4: Distribuição espacial da produção de cachaça no território brasileiro..... | 40 |
| Figura 5: Ficha de avaliação sensorial..... | 41 |
| Figura 6: Mapa de aromas da cachaça..... | 42 |
| Figura 7 : Tigre - Família Pereira | 53 |
| Figura 8: Umaitá - Produção Família Romani..... | 53 |
| Figura 9: Acervo histórico da Jamel (1) | 53 |
| Figura 10: Acervo histórico da Jamel (2) | 53 |
| Figura 11: Alambique A Companheira | 55 |
| Figura 12: Prêmios e Certificados | 55 |
| Figura 13: Estância Moretti (1) | 56 |
| Figura 14: Estância Moretti (2) | 56 |
| Figura 15: 4ª Edição do Festival da Cachaça | 56 |
| Figura 16: Pavilhão de exposição (1) | 56 |
| Figura 17: Pavilhão de exposição (2) | 57 |
| Figura 18: Cachaça Vale do Brejão (Amazonas) | 57 |
| Figura 19: Os Retirantes de Candido Portinari..... | 72 |
| Figura 20: Criança Morta de Candido Portinari | 73 |
| Figura 21: O Lavrador de Candido Portinari..... | 77 |
| Figura 22: O Brigadista de Mundano | 77 |
| Figura 23: Mural gigante pede o fim dos crimes ambientais no Brasil | 79 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1: Marcos teóricos do paradigma regenerativo e seus desdobramentos..... | 70 |
| Quadro 2: Matriz SWOT de Jandaia do Sul..... | 119 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|------------------|---|
| APAMA | Associação dos Produtores de Aguardente da Microrregião de Abaíra |
| CNA | Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil |
| COOPERVAL | Cooperativa de Açúcar e Alcool do Vale do Itajaí |
| CTNP | Companhia de Terras Norte do Paraná |
| FECEA | Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana |
| IBRAC | Instituto Brasileiro da Cachaça |
| IG | Indicação Geográfica |
| HQ | Hélice Quíntupla |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDH-M | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal |
| INMETRO | Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| MAPA | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PPGTURH | Programa de Mestrado em Turismo e Hospitalidade |
| SAC | Sistemas Adaptativos Complexos |
| SBAC | Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas |
| SPHAN | Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| SUDENE | Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste |
| SUDAM | Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| UCS | Universidade de Caxias do Sul |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| UNESPAR | Universidade Estadual do Paraná |
| UNIVALI | Universidade do Vale do Itajaí |

USTR

United States Trade Representati

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| ABRIDEIRA | 14 |
| 1 INTRODUÇÃO | 18 |
| 2 CACHAÇA: ORIGENS, PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES | 23 |
| 2.1 DA COLÔNIA À CONTEMPORANEIDADE: A PRESENÇA HISTÓRICA E SIMBÓLICA DA CACHAÇA NO BRASIL | 24 |
| 2.2 POLÍTICAS DE REGULAMENTAÇÃO E RECONHECIMENTO DA CACHAÇA | 29 |
| 2.3 PRODUÇÃO DA CACHAÇA | 34 |
| 2.4 PRINCIPAIS REGIÕES PRODUTORAS: EM NÚMEROS E IDENTIDADE SENSORIAL | 38 |
| 2.5 DO LITORAL AO PLANALTO: OS CAMINHOS DA CACHAÇA NO PARANÁ | 47 |
| 2.6 AROMAS DE ORIGEM: JANDAIA DO SUL, TERRITÓRIO DO CAFÉ E DA CACHAÇA..... | 50 |
| 2.7. ENTRE O SIMBÓLICO E O INSTITUCIONAL: A CACHAÇA E O RECONHECIMENTO IMATERIAL | 58 |
| 3. TURISMO: ENTRE SISTEMAS, REGENERAÇÕES E PERTENCIMENTOS | 64 |
| 3.1 TURISMO | 65 |
| 3.2 TURISMO REGENERATIVO | 68 |
| 3.2.1 Ecos do turismo regenerativo: exemplos de aplicação | 79 |
| 3.2.2. Diálogos interdisciplinares para o turismo regenerativo | 85 |
| 3.3 (DES)ENVOLVIMENTO REGIONAL | 89 |
| 4 CAMINHOS DA PESQUISA: METODOLOGIA, VOZES E ENCONTROS ... | 98 |
| 4.1 O OLHAR, A ESCUTA E A SENSIBILIDADE: UMA METODOLOGIA DA AFEIÇÃO..... | 98 |
| 4.2 METODOLOGIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO | 107 |
| 5. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADO FINAL | 110 |
| 5.1 ENTRE A FALA E A ESSÊNCIA: O SENTIDO POR TRÁS DAS ENTREVISTAS | 110 |
| 5.2 O CORPO-TERRITÓRIO: ANÁLISE DA PESQUISA ETNOGRÁFICA E SUAS REVELAÇÕES | 112 |
| 5.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO | 115 |
| 5.4 O ENCONTRO DE MUNDOS: A CACHAÇA E A PROPOSIÇÃO DE UM TURISMO REGENERATIVO PARA JANDAIA DO SUL - PR..... | 116 |
| 5.4.1 Introdução..... | 116 |
| 5.4.2 Visão e princípios orientadores..... | 117 |
| 5.4.2.1 Visão de futuro..... | 117 |
| 5.4.2.2 Missão | 118 |
| 5.4.3 Fundamentos orientadores..... | 118 |
| 5.4.4 Diagnóstico estratégico | 119 |

| | |
|--|------------|
| 5.4.5 Diretrizes estratégicas pela Hélice Quintupla | 122 |
| 5.4.6 Ações estratégicas transversais | 126 |
| 5.4.7 Implementação e acompanhamento | 127 |
| 6 SAIDEIRA..... | 130 |
| 7 REFERÊNCIAS | 133 |
| APÊNDICE | 150 |
| ANEXO..... | 164 |

ABRIDEIRA¹

A escolha do objeto de pesquisa nasceu de uma costura delicada entre afetos, memórias e inquietações que me atravessaram desde a infância e que, com o tempo, foram se adensando em forma de pergunta, de desejo e de caminho. Esta dissertação é, antes de tudo, um convite a viajar por mundos, não como deslocamento literal, mas como travessia afetiva, ética e epistêmica. Trata-se de habitar outros modos de vida com abertura e ludicidade, reconhecendo sua inteireza e complexidade. A cachaça, aqui, se faz território simbólico dessa travessia: um elo entre tempos, vozes, gestos e sabores que carregam consigo histórias, resistências e pertencimentos.

Ainda que enraizada em experiências subjetivas, esta dissertação não se fecha em si mesma. Ao contrário, ela se abre ao compromisso com a ciência, com a universidade e com a sociedade. Busca contribuir para o fortalecimento de campos ainda pouco valorizados na produção de conhecimento, como os saberes interioranos, os modos de vida rurais, os patrimônios culturais não hegemônicos e os vínculos afetivos com os territórios. É um gesto acadêmico que almeja reconhecer inteligibilidades muitas vezes silenciadas e propor caminhos de regeneração, pertencimento e justiça territorial.

Peço licença para compartilhar um pouco da minha trajetória, como quem prepara a casa antes de servir uma boa dose de cachaça. No interior, esse gesto é sinal de acolhimento e de boa prosa, e eu, como filha do interior, aprendi a valorizar o silêncio que escuta e a palavra que se oferece. É nesse espírito que dou início a esta escrita, convidando o leitor a adentrar comigo esse percurso tecido de lembranças, vínculos e aprendizados.

¹ Ao longo desta dissertação, o leitor será convidado a percorrer não apenas ideias, mas sensações. Algumas canções surgem como trilha sensível deste percurso, evocando campos de sentido que dialogam com os conteúdos propostos, como a música *Tocando em Frente*, de Almir Sater e Renato Teixeira. Essa música reflete territórios interioranos, evoca a travessia, o tempo da terra, a sabedoria dos processos e a escuta sensível, elementos que permeiam este texto. A presença de sinônimos populares para a cachaça, assim como de poemas e fragmentos literários em notas de rodapé, não tem função meramente decorativa. São recursos mobilizados para expandir a experiência da leitura, despertando camadas sensoriais e simbólicas. Assim, propõe-se aqui um texto que também possa ser escutado, degustado, sentido, um corpo de palavras atravessado por aromas, melodias e memórias.

Na abrideira, destaco, entre os mais de mil sinônimos existentes para a cachaça, a **Miraculosa**. Ambivalente, viva, contraditória, sagrada e profana. A miraculosa pode ser remédio e veneno, festa e luto, elo e ruptura. Entre a medicina popular e o estigma social, entre o ritual e o vício, a cachaça revela sua potência simbólica como espelho de um Brasil profundo, complexo e por vezes contraditório.

Sou filha de migrantes nordestinos, com um orgulho profundo das raízes que me sustentam. Meus pais partiram de Recife - PE rumo ao Norte Novo do Paraná, movidos pela esperança em um Eldorado que prometia terra fértil e oportunidades. Encontraram em Jandaia do Sul o chão onde plantaram suas vidas. Nasci em 1975, ano em que a geadada negra devastou plantações de café e redesenhou o destino de milhares de famílias. Foi nesse cenário de ruína e reinvenção que minha história começou.

Figura 1: Reportagem sobre a geadada negra



Fonte: Notícias Agrícolas, 2022.

Cresci longe dos meus avós e primos, reencontrados apenas nas longas e anuais viagens ao Nordeste. Nessas travessias de quase 3 mil quilômetros, meu pai não era apenas motorista: era contador de histórias, intérprete de paisagens, tecelão de sentidos. Cada cidade visitada se tornava uma lição de Brasil. Foi assim que aprendi, ainda menina, a viajar por mundos: escutando as vozes das estradas, lendo o país com os olhos do afeto, percebendo as nuances do cotidiano como quem reconhece uma velha canção.

Naqueles deslocamentos, despertou-se em mim não apenas a curiosidade pelo outro, mas também uma busca silenciosa por mim mesma, por fragmentos da minha terra nos territórios alheios. Eu procurava, em cada lugar, traços de uma Jandaia afetiva, reinventada pela ausência e pela memória. Muitas vezes, era pela cachaça que esse reconhecimento se dava: a garrafa sobre a mesa, o nome distinto, o sotaque próprio, mas algo ali, na partilha silenciosa do gole, me era familiar. Intuí, mesmo sem compreender, que a cachaça era um idioma sensorial do território.

Hoje, compreendo com mais nitidez: viajar por mundos, exige não apenas o deslocamento do corpo, mas da escuta, do olhar e da sensibilidade. Exige o abandono

do olhar arrogante que reduz e classifica, e a entrega a uma percepção amorosa, capaz de reconhecer a singularidade do outro. Essa atitude moldou minha maneira de estar no mundo, e também minha escolha profissional.

Depois do ensino médio, cursei Turismo e Hotelaria na UNIVALI, em Balneário Camboriú – SC. Ao retornar a Jandaia do Sul, fui contratada pela prefeitura para atuar no Departamento de Indústria, Comércio e Turismo. Foi ali que conheci o alambique A Companheira, do senhor Natanael Carli Bonicontró. Ele se dizia engenheiro químico, eu o enxergava como um alquimista, um mago, um visionário. Sua abordagem técnica e criativa para a produção de cachaça me impressionou profundamente, revelando não apenas a potência inventiva de um projeto artesanal, mas também a força simbólica da cachaça em Jandaia do Sul. O município é marcado por uma longa trajetória ligada ao cultivo da cana-de-açúcar e à produção de aguardente, que inclui a presença histórica da Jamel, uma das maiores marcas do setor no Brasil, fundada e enraizada no território desde meados do século XX.

Logo em seguida, passei a lecionar no curso de Turismo da então FECEA (hoje UNESPAR - campus de Apucarana), onde atuo. Quando ingressei no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS), não foi preciso escolher o objeto de pesquisa: a cachaça, presença antiga, discreta, mas insistente, se revelou, primeiro como plano de estudo, depois como campo fértil de investigação.

A cachaça, enquanto fenômeno cultural, social e econômico, desafia reducionismos. Presente em rituais, receitas², encontros, celebrações e resistências, ela é matéria viva do Brasil. Esta pesquisa parte da cachaça produzida em Jandaia do Sul, não como produto isolado, mas como expressão territorial, cultural e afetiva. Busca-se compreender como a cachaça pode ser reconhecida como vetor de regeneração, despertando memórias, fortalecendo vínculos e articulando saberes locais.

Nesse processo, percebo diferentes temporalidades coexistindo na produção artesanal da cachaça: técnicas herdadas de gerações passadas dialogam com desafios contemporâneos, sem romper com suas raízes. Um gole pode evocar pessoas, lugares, tempos. A cachaça é memória viva, presença e lembrança, passado e reinvenção entrelaçados no mesmo gesto.

² E por falar em receitas... a rosquinha e a bolachinha de pinga emergem como um símbolo saboroso das memórias afetivas que moldam minha relação com a cachaça. Presença constante nas cozinhas do interior do Paraná, essas iguarias simples carregam consigo gestos herdados das avós, bisavós, modos de fazer partilhados entre gerações e o aconchego dos encontros em família. Mais do que nutrir, elas narram e preservam modos de vida, traduzindo em aroma e carinho aquilo que nem sempre cabe nas palavras.

É com essa percepção, de que o turismo, quando orientado por princípios regenerativos, pode escutar os territórios e ativar suas potências, que esta dissertação é escrita. Trata-se de uma dissertação que valoriza o saber-fazer, a biodiversidade, os vínculos comunitários e os afetos. Um estudo que recusa o olhar classificatório e propõe o gesto de viajar com amor e respeito por mundos outros, inclusive o mundo da cachaça, muitas vezes estigmatizado, mas repleto de dignidade e beleza.

Esta pesquisa, portanto, não é apenas minha. É escrita em diálogo com a terra, com as gentes, com as memórias e com os silêncios de Jandaia do Sul. É um brinde ao passado, um gesto de cuidado com o presente e um convite à construção de futuros enraizados, sensíveis e habitáveis.

1 INTRODUÇÃO

A cachaça, bebida destilada tradicionalmente brasileira, é elaborada a partir da fermentação do caldo de cana-de-açúcar, cuja história remonta aos engenhos do período colonial, no século XVI, quando a produção de açúcar constituía a principal atividade econômica do país (Da Silva Júnior, 2019). No contexto global dos destilados, a cachaça ocupa atualmente a terceira posição em termos de consumo, sendo superada apenas pela vodca russa e pelo soju coreano, com o Brasil respondendo pela maior parte desse consumo (Vidal; Gonçalves, 2013; Da Silva Júnior, 2019).

Historicamente associada à escravidão, ao cultivo da cana e à produção açucareira, a cachaça carregou por séculos estigmas ligados à exclusão social e à marginalização de determinados grupos. No entanto, observa-se nas últimas décadas um processo de ressignificação desse produto, com o fortalecimento de práticas artesanais, de base familiar, e a valorização dos saberes tradicionais ligados à sua produção. Esse movimento de revalorização, ancorado em iniciativas locais e em uma crescente consciência sobre o valor cultural da cachaça de alambique, tem revelado possibilidades concretas de desenvolvimento territorial a partir da integração entre produção, identidade e pertencimento.

Reconhecido como o maior produtor mundial, o Brasil apresenta um panorama de crescente sofisticação na produção de cachaças artesanais, acompanhada de uma demanda cada vez maior por experiências autênticas que expressem os vínculos entre território, tradição e qualidade sensorial. Nesse contexto, emerge a necessidade de pensar o turismo não como um setor isolado ou redutor, mas como parte de um ecossistema integrado, no qual a cachaça pode ocupar lugar central enquanto expressão simbólica e produtiva de determinados territórios.

O turismo regenerativo, nesse sentido, apresenta-se como uma abordagem inovadora e responsiva frente aos desafios contemporâneos do desenvolvimento. Diferentemente de propostas baseadas apenas na sustentabilidade ou no consumo de experiências, o turismo regenerativo visa restaurar, fortalecer e nutrir os sistemas de vida em suas múltiplas dimensões: ecológicas, culturais, sociais, econômicas e espirituais. Ao considerar o território como organismo vivo, esse paradigma propõe que as atividades turísticas estejam enraizadas em relações de cuidado, reciprocidade e aprendizado, reconhecendo os saberes locais como centrais no processo de transformação (Bellato; Frantzeskaki; Nygaard, 2023).

A cachaça artesanal como expressão territorial e potencial regenerativo do turismo em Jandaia do Sul - PR se configura, assim, como objeto de investigação multidimensional. Torna-se necessário compreender como a cachaça artesanal enquanto expressão de saberes, práticas e vínculos territoriais, pode ser reconhecida como um campo fértil para experiências turísticas capazes de promover formas mais justas e integradas de desenvolvimento local e regional.

Situado na região Sul do Brasil, o estado do Paraná se destaca entre os principais produtores de cachaça do país (Mapa, 2025). Observa-se, no entanto, uma carência de estudos que contemplem a diversidade e a singularidade das regiões produtoras. Morretes é frequentemente mencionada como referência, mas outros territórios têm se destacado por suas trajetórias produtivas, como é o caso de Jandaia do Sul. O município, marcado historicamente pela expansão da cafeicultura e posterior reconversão produtiva, abriga alambiques artesanais com reconhecimento nacional e internacional. Apesar do potencial econômico e cultural que representa, a atividade ainda não se consolidou como indutora de um modelo territorial integrado.

É a partir dessa perspectiva que se delinea o problema central desta pesquisa: **de que maneira o potencial da cachaça artesanal de Jandaia do Sul – PR, pode ser reconhecido e articulado como força motriz para o desenvolvimento do turismo local, a partir de práticas que integrem diferentes atores, saberes e dimensões do território?**

A partir da delimitação do problema, delineou-se o objetivo geral da pesquisa, que consiste em: compreender de que modo a cachaça artesanal de Jandaia do Sul – PR, enquanto linguagem do território e manifestação de saberes locais, pode inspirar formas regenerativas de fazer turismo que ampliem vínculos, fortaleçam comunalidades e contribuam para trajetórias integradoras de desenvolvimento.

Tendo então como objeto de estudo a cachaça artesanal no município de Jandaia do Sul - PR e suas possibilidades de integração ao turismo como prática regenerativa e enraizada nos saberes, vínculos e dinâmicas do território e com vistas a viabilizar esse objetivo central e a estruturar analiticamente o percurso investigativo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) traçar um panorama histórico e territorial da cachaça no Brasil, analisando suas expressões culturais, econômicas e simbólicas em diferentes contextos, até sua consolidação como elemento identitário e produtivo no município de Jandaia do Sul – PR; b) analisar o turismo como fenômeno sistêmico e complexo, discutindo seus limites e potencialidades no contexto do desenvolvimento territorial e das dinâmicas socioculturais contemporâneas; c) evidenciar os princípios do

turismo regenerativo como possibilidade de reencantamento do território, reconstruindo vínculos entre pessoas, saberes e paisagens no contexto de Jandaia do Sul; d) mapear os atores, saberes e práticas envolvidos na cadeia produtiva da cachaça em Jandaia do Sul, identificando potencialidades e desafios para a construção de estratégias integradas de valorização territorial; e) realizar um diagnóstico das potencialidades e fragilidades do município de Jandaia do Sul – PR, com vistas a reconhecer e articular a cachaça artesanal como indutora do turismo regenerativo; f) elaborar uma proposta de planejamento estratégico com diretrizes e ações prioritárias para a estruturação, gestão e potencialização do produto turístico da cachaça em Jandaia do Sul.

Este trabalho se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão da cachaça para além de sua dimensão técnica e mercadológica. Conforme observado no levantamento bibliográfico realizado, os estudos sobre a cachaça concentram-se sobretudo em abordagens mercadológicas, técnicas ou de identidade genérica. A cachaça é mais do que um produto, é uma expressão cultural e econômica complexa.

Ao contrário do que ocorre com produtos como o vinho e o café, ainda são escassas as análises que compreendem a cachaça como patrimônio cultural, manifestação de economia simbólica, ou agente de regeneração territorial. Essa ausência de abordagens mais complexas e qualitativas evidencia a lacuna teórico-metodológica que este trabalho busca tensionar, adotando uma perspectiva interpretativa e sistêmica, ancorada nos princípios do turismo regenerativo

Sendo assim, esta pesquisa propõe-se a romper com tais reducionismos, tomando a produção artesanal de cachaça no Paraná e, de modo particular, em Jandaia do Sul, como ponto de partida para uma reflexão ampliada sobre os vínculos entre memória, saberes locais, organizações produtivas e formas alternativas de desenvolvimento. A ausência de investigações acadêmicas sistemáticas sobre o município não indica irrelevância, mas evidencia um apagamento simbólico e uma negligência institucional que afetam diversas manifestações culturais territorializadas, especialmente aquelas que não se enquadram nos modelos hegemônicos de visibilidade.

Mesmo abrigando alambiques com reconhecimento nacional e internacional, Jandaia do Sul ainda não insere a cachaça como eixo estruturante de suas políticas públicas ou de suas estratégias de desenvolvimento. A produção permanece periférica nas representações sociais locais, ainda que seja herdeira de trajetórias familiares, saberes acumulados e práticas de resistência. O descompasso entre o valor cultural do produto e sua integração efetiva ao planejamento territorial revela a urgência de

abordagens mais sensíveis, sistêmicas e comprometidas com os processos de reconstrução do pertencimento.

Ao compreender a cachaça para além da mercadoria, enquanto expressão de um sistema territorial vivo atravessado por afetos, práticas e possibilidades de futuro, esta dissertação propõe uma investigação articulada entre produção, cultura e desenvolvimento, com foco na valorização dos saberes locais. A originalidade da proposta reside na construção de um planejamento estratégico ancorado nos princípios do turismo regenerativo e orientado pela complexidade do território, contribuindo para uma epistemologia do lugar e para formas mais justas e integradas de pensar e planejar o futuro coletivo.

A presente dissertação organiza-se em seis capítulos articulados em torno da cachaça artesanal de Jandaia do Sul como expressão territorial e possibilidade de regeneração. O primeiro capítulo apresenta a introdução do estudo, onde se delineiam a contextualização, o problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa do estudo.

No segundo capítulo traça-se um percurso histórico, simbólico e geográfico da cachaça no Brasil e no Paraná, com atenção especial ao contexto local. São discutidas sua presença nos ciclos coloniais e nas dinâmicas contemporâneas, as políticas de regulamentação e reconhecimento, os caminhos que conectam o litoral ao planalto, as especificidades do município de Jandaia do Sul, os processos produtivos artesanais, um panorama das regiões produtoras e os impasses relacionados ao reconhecimento da cachaça como patrimônio cultural imaterial.

O terceiro capítulo apresenta o aprofundamento conceitual sobre o turismo, percorrendo as primeiras definições formuladas por escolas econômicas europeias até as abordagens contemporâneas que o compreendem como fenômeno multifacetado e relacional. Com base na teoria da complexidade e nas contribuições de autores como Morin (2005), Barreto (1995), Beni e Moesch (2017), o turismo é compreendido como um ecossistema dinâmico, multidimensional e interdependente, resultado da interação entre fatores sociais, culturais, ambientais e econômicos que se entrelaçam no tempo e no espaço. Esse capítulo se condensa na proposição do turismo regenerativo como paradigma emergente, que ultrapassa a lógica da sustentabilidade e propõe relações baseadas no cuidado, na reciprocidade e na regeneração dos vínculos entre pessoas, territórios e ecossistemas. A cachaça artesanal, enquanto produto cultural enraizado, é então situada como eixo possível de convergência para práticas turísticas comprometidas com a regeneração simbólica, social e ambiental.

No quarto capítulo, são apresentados os Caminhos da Pesquisa, articulando-se e justificando-se a arquitetura metodológica do estudo. A investigação estrutura-se como um estudo de caso de natureza qualitativa e exploratória, empregando uma abordagem que transcende a descrição formal. O percurso detalhado ancorou-se na análise documental, na observação participante e nas entrevistas semiestruturadas. Contudo, o diferencial interpretativo reside na adoção da etnografia sensível e da escuta atenta, cuja finalidade é apreender os afetos e as dinâmicas latentes do território. Esta escolha metodológica é, por fim, sustentada pelo diálogo com as Epistemologias do Sul, garantindo o rigor e a profundidade necessários para a leitura das múltiplas vozes e complexidades contextuais.

O quinto capítulo apresenta a análise dos dados, contemplando as narrativas das entrevistas, a análise SWOT e a proposição do planejamento estratégico. Esse planejamento se fundamenta na Hélice Quíntupla, com o objetivo de valorizar a cachaça artesanal de Jandaia do Sul como vetor do turismo e força de regeneração territorial. A proposta busca, por meio do turismo, integrar múltiplos atores e dimensões do território, formulando caminhos para a regeneração dos vínculos entre cultura, economia e lugar, a partir da cachaça artesanal.

Por fim, o sexto capítulo apresenta as considerações finais, destacando as principais contribuições da pesquisa, suas limitações e possibilidades de continuidade em investigações futuras.

2 CACHAÇA: ORIGENS, PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES

Ao longo da história do Brasil, poucos produtos foram tão atravessados por disputas simbólicas, apropriações culturais e usos econômicos quanto a cachaça. Derivada da cana-de-açúcar e desenvolvida no contexto colonial, a bebida destilada brasileira surgiu nos engenhos como subproduto da produção de açúcar, adquirindo, com o tempo, funções sociais, políticas e culturais que ultrapassaram a esfera do consumo. A cachaça, mais do que um elemento vinculado à agricultura ou à indústria, constitui-se como parte integrante da formação histórica e identitária do país.

Presente nas senzalas, nos engenhos e nas revoltas populares, a cachaça foi utilizada como moeda de troca no tráfico de pessoas escravizadas, como paliativo para a dor e como combustível simbólico das resistências contra o poder colonial. Estigmatizada por parcelas das elites, exaltada pelos modernistas, sua trajetória revela não apenas os caminhos de um produto, mas também as camadas de poder, exclusão e pertencimento que atravessam a história brasileira.

Este capítulo traça um percurso sobre as origens e permanências da cachaça ao longo do tempo, articulando perspectivas etimológicas, culturais, econômicas e legais. Partindo da complexidade de sua origem e de sua inserção nos mecanismos do sistema colonial, examina-se seu papel na estrutura social do período, seus usos contraditórios como instrumento de opressão e de resistência, bem como os processos de regulamentação e reconhecimento formal que a consolidaram como um produto tipicamente brasileiro. No desenvolvimento do capítulo, será abordado o histórico da cachaça no Brasil, com destaque para os contextos de sua produção, difusão e reconfiguração simbólica.

Em seguida, adentra-se a realidade do Paraná e, mais especificamente, do município de Jandaia do Sul, buscando compreender e retratar os modos de fazer, os agentes envolvidos e a permanência da cachaça como elemento estruturante da economia e da cultura local. Por fim, discute-se a questão da cachaça como patrimônio, considerando seu reconhecimento legal como produto brasileiro típico, mas também os limites de sua institucionalização enquanto patrimônio cultural imaterial, *status* que ainda não lhe foi formalmente conferido, apesar das mobilizações recentes nesse sentido.

2.1 DA COLÔNIA À CONTEMPORANEIDADE: A PRESENÇA HISTÓRICA E SIMBÓLICA DA CACHAÇA NO BRASIL³

A origem etimológica do termo cachaça é objeto de debate entre estudiosos de diversas áreas, o que evidencia a complexidade histórica, linguística e cultural associada à bebida. Alguns autores sugerem tratar-se de um brasileirismo surgido no contexto colonial, enquanto outros atribuem sua origem a línguas africanas, especialmente do tronco banto (Seabra, 2015). Nesse sentido, a etnolinguista Yeda Pessoa de Castro defende que o termo deriva da língua kikongo, falada nas regiões litorâneas do Congo e de Angola, a partir da palavra ka'xasa, que remeteria à ideia de líquido forte ou bebida ardente (Castro, 2001). Essa hipótese ganha força diante da presença significativa de africanos escravizados oriundos da África Central no Brasil, cuja língua e cultura foram, em parte, incorporadas ao cotidiano dos engenhos e das senzalas.

Complementando essa perspectiva, Luís da Câmara Cascudo reconhece a multiplicidade de versões sobre a origem do termo e confirma seu uso corrente já no século XVII, sobretudo em ambientes populares (Cascudo, 1986). A consolidação da palavra⁴ e da bebida no Brasil resulta, portanto, de um complexo processo de trocas linguísticas e culturais, marcado pela influência africana, indígena e europeia.

A cachaça é uma bebida derivada da cana-de-açúcar, planta que teve seu cultivo inicial registrado na Ásia e na Oceania. Durante o período colonial do Brasil, foi utilizada, primeiramente, para a produção de açúcar (Pinheiro; Leal; Araújo, 2003; Da Silva Junior, 2019).

De acordo com Braga e Kiyotani (2015), a introdução do cultivo da cana-de-açúcar na Colônia Portuguesa, a partir do século XVI, representou uma estratégia agrícola voltada à exploração econômica do território, especialmente em função de seu aproveitamento na produção de açúcar, artigo de grande valorização no contexto mercantil da época.

³ Para acompanhar a leitura deste trecho, propõe-se a audição da canção O Mestre-Sala dos Mares, de João Bosco e Aldir Blanc, na interpretação de Elis Regina. A melodia, vibrante e solene, evoca a figura de João Cândido, marinheiro negro que, ao liderar a Revolta da Chibata, inscreveu sua coragem nas águas revoltas da história, ainda que seu nome tenha sido silenciado pelas narrativas oficiais. A canção, em sua cadência firme e reverente, reverbera como um tambor ancestral que desperta memórias soterradas. Tal qual a cachaça, presença constante nas mãos calejadas, nas mesas de insurreição e nos ritos populares, a música se oferece como rito sensorial de resistência. Ambas, a canção e a bebida, tornam-se testemunhas de uma história subterrânea, embriagada de dor e dignidade, que resiste e insiste em ser lembrada. https://www.youtube.com/watch?v=khhoG7mGfR4&list=RDkhhoG7mGfR4&start_radio=1

⁴ Em análise comparativa de dicionários e listas populares, Seabra (2015) identificou aproximadamente 1.070 sinônimos da palavra cachaça, resultado que revela a complexidade cultural e a criatividade popular em torno da bebida. Neste capítulo, entre os muitos nomes da cachaça, ela é evocada como a **Morena**, figura dúbia e intensa, sensual e marginalizada, que atravessa os séculos entre o rito e o estigma, entre a opressão e a insubmissão.

A cana-de-açúcar passou, então, a ocupar posição central na economia colonial, alterando os rumos da história do Brasil, em virtude de seu expressivo valor comercial, sendo o açúcar o principal produto derivado dessa cultura.

Segundo Dias e Almeida (2017), quando os portugueses chegaram ao Brasil procuraram uma bebida para suportar os dias pesados de trabalho. Encontraram o cauíim, bebida fermentada a partir da mandioca previamente mastigada pelas mulheres indígenas, contudo, a preparação não lhes agradou. Trouxeram a bagaceira, um destilado produzido em Portugal a partir do bagaço da uva, porém os altos custos inviabilizavam a importação.

Foi com a chegada da cana-de-açúcar, no período inicial da colonização, que se originou o primeiro destilado das Américas: a cachaça.

Um dos mitos que circula em torno da origem da cachaça aponta que os escravos, ao produzirem o açúcar, descobriram o processo de destilação quase como uma intervenção divina. A evaporação do caldo fermentado e posterior condensação nos tetos da senzala é fisicamente improvável (Silva; Mello, 2010).

A primeira cachaça teria sido destilada de maneira premeditada em alambiques de barro ou de cobre trazidos pelos colonizadores portugueses, os quais já dominavam a técnica graças aos árabes, responsáveis pela invenção de equipamentos necessários para a destilação (Beltran, 1998; Mapa da Cachaça, 2020; Gerk *et al.*, 2022). Segundo Feitosa (2005), a alambicagem da cana-de-açúcar já estava presente em quase todos os engenhos brasileiros desde 1572.

Utilizada como moeda de troca no tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, a cachaça foi inserida de forma estratégica nas redes comerciais estabelecidas entre a América portuguesa e diversas regiões do continente africano. Embora tenha passado a circular como mercadoria de valor, seu uso esteve atravessado por dinâmicas coloniais de dominação, nas quais o álcool foi instrumentalizado como recurso de negociação e controle, com impactos profundos sobre as populações locais (Barbosa, 2014; Gomes, 2022).

O plantio da cana-de-açúcar pelos portugueses deu início a um ciclo econômico no Brasil, em que o açúcar ficou conhecido como a febre do ouro branco. Devido a esse ciclo a exploração de mão de obra escrava foi intensificada, e a cachaça, considerada uma importante fonte de energia. Era disponibilizada e consumida para suportar o ritmo exaustivo de trabalho (Dias; Almeida, 2017).

Assim, a cachaça tornou-se um insumo poderoso durante o processo de colonização do Brasil, seja para incrementar a economia pela compra de escravos, ou

para desarticular insurreições e impulsos rebeldes. Era utilizada pelos traficantes negreiros como moeda de troca juntamente com o fumo e o açúcar. Para muitos negros e indígenas, a cachaça passou a ser um refúgio, uma solução que alterava momentaneamente a situação desoladora em que se encontravam (Barbosa, 2014).

De acordo com levantamento realizado por Silva (2019), em sua tese intitulada *Antropologia da Cachaça: um estudo sobre produção, circulação e consumo do destilado brasileiro*, diversos autores reconhecem o papel central da cachaça na conformação histórica do Brasil. Destaca-se sua relevância enquanto primeira indústria nacional, seu uso recorrente como moeda de troca ao longo de três séculos de colonização, sua função como fonte de energia para trabalhadores escravizados, como já mencionado anteriormente, e sua presença simbólica em contextos de resistência política. Esses e outros elementos evidenciam a profunda vinculação entre a cachaça e a identidade cultural brasileira.

Não se trata apenas de uma presença cultural simbólica, mas também material e institucional, como demonstra Feitosa (2005), ao abordar a construção dos engenhos como verdadeiras fortalezas voltadas à proteção territorial contra invasões, sobretudo no Nordeste brasileiro. À época, diante da inexistência de um exército estruturado, foi somente com a invasão holandesa de 1624 que se deu início à formalização das forças armadas no país. A arrecadação de impostos sobre a venda da cachaça desempenhou papel crucial nesse processo, financiando a construção de quartéis e a manutenção dos soldados (Dias; Almeida, 2017). O universo dos engenhos produtores de açúcar, ao qual a cachaça esteve historicamente vinculada, exerceu hegemonia econômica e política ao longo dos três primeiros séculos da colonização. Essa estrutura socioeconômica consolidada em torno dos engenhos imprimiu marcas duradouras, refletindo-se na formação das municipalidades e na configuração dos estados que compõem a federação brasileira (Ferlini, 1988; Schwarcz, 1998; Simonsen, 2005; Leal, 2012).

Após a transição do ciclo econômico do açúcar para o da exploração de pedras preciosas na região de Minas Gerais, houve uma interiorização dos engenhos para as regiões mais centrais do Brasil, fazendo com que a bebida continuasse sendo produzida e apreciada pela população (Silva, 2006).

Por volta do ano de 1772 a cachaça era taxada para manter a escola pública brasileira, pois com a expulsão dos Jesuítas do Brasil, a educação ficou por conta de professores não religiosos. Dessa forma para manter esta nova força de trabalho foi

criado um tributo⁵ cobrado sobre a carne, o vinho, o vinagre e a aguardente de cana. Pode-se perceber a importância econômica e social que a cachaça exercia no período, contribuindo até para a educação no país (Braga; Kiyotani, 2015; Brasil, 2016).

Na colônia, o descontentamento com os interesses impostos pelo modelo mercantilista e pelo pacto colonial, que pressupunha a exploração das terras brasileiras e o enriquecimento da elite metropolitana portuguesa, deu origem aos primeiros ideais de independência em relação ao Reino de Portugal. A cachaça, enquanto produto amplamente difundido entre a população local, esteve presente no calor das batalhas, na dor das derrotas e na alegria das vitórias. Seu consumo tornou-se símbolo de resistência à dominação estrangeira, consolidando-se como expressão cultural contrária aos padrões impostos pela metrópole. Segundo Feitosa (2005), a proclamação da independência, em 1822, foi celebrada com cachaça em diversas regiões do país, reforçando seu lugar simbólico como bebida nacional.

Ainda de acordo com Feitosa (2005), no decorrer do ciclo do café, já no século XIX, os barões do café passaram a desvalorizar produtos genuinamente nacionais em nome da adoção de hábitos associados à cultura europeia, vistos como sinal de distinção social. Nesse contexto, a cachaça foi progressivamente estigmatizada como uma bebida de baixa qualidade, associada às camadas populares e, de modo especialmente marcante, à população negra⁶. Tal estigmatização não apenas reforçou as hierarquias sociais e raciais herdadas do período escravocrata, como também contribuiu para a construção de representações depreciativas que ainda repercutem no imaginário social brasileiro contemporâneo.

Essa estigmatização, contudo, não impediu que a cachaça permanecesse como símbolo de identidade e resistência popular. Sua trajetória simbólica revela-se, portanto, marcada por uma ambivalência estrutural, na qual se entrelaçam valorização e exclusão, pertencimento nacional e marginalização racial.

Para Barbosa (2014), a cachaça assume um papel paradoxal

⁵ O imposto era chamado de subsídio literário para financiar a educação da época (Brasil, 2016).

⁶ No século XIX, em encontro diplomático, o chanceler alemão Otto von Bismarck surpreendeu o representante brasileiro Joaquim Maria do Amaral ao perguntar qual seria a bebida típica do Brasil. O diplomata, sem hesitar, citou apenas bebidas internacionais, como vinho e conhaque. Inconformado, Bismarck retrucou: “mas o país não tem a sua própria bebida?”. Constrangido, Amaral admitiu que havia sim uma bebida, embora relegada ao consumo dos negros: a cachaça. Ao solicitar prová-la, Bismarck expôs a contradição brasileira, um produto autêntico do território era invisibilizado por preconceito social e racial, reforçando como a cachaça foi historicamente marcada pelo estigma de inferioridade (Figueiredo, 2017).

Ao mesmo tempo em que é apreciada e difundida, exaltada pelo efeito embriagador, também se transforma em catástrofe, ou instrumento de desagregação social, perturbador, desse modo, da ordem de pretensão civilizada. Cachaça é sinônimo de escravo, de marginalidade, moeda valiosa àqueles bárbaros da África, devendo ser controlado a todo custo seu consumo, pois o país, embora povoado por tantos negros, não poderia ser confundido como extensão do “continente negro”, mas sim, da Europa, nos modos de etiqueta ou etiquetagem de um mundo civilizado, pelo menos como projeto de elite (Barbosa, 2014, p. 34).

Entre os séculos XIX e XX, a cachaça passou por um processo de esvaziamento simbólico, perdendo o *status* de representação nacional e sendo relegada a posições marginalizadas no imaginário social. No entanto, em 1922, o Movimento Modernista promoveu uma revalorização das expressões culturais populares, resgatando a cachaça como símbolo da brasilidade emergente (Ferreira, 2013).

A Semana de Arte Moderna de 1922, evento inaugural desse movimento cultural, é frequentemente citada como o primeiro grande marco simbólico registrado em torno da cachaça. Foi nesse contexto que o anfitrião, Mário de Andrade, apresentou a obra intitulada Eufemismos da cachaça (BRASIL, 2016). Tal ato literário, realizado por uma figura central da vanguarda brasileira e na presença de outros expoentes como Tarsila do Amaral, Heitor Villa-Lobos e Di Cavalcanti, solidificou a bebida como um artefato cultural legítimo e indispensável na crítica modernista à cultura europeizada, firmando-a, a partir de então, no panteão das expressões identitárias nacionais.

Esse movimento teve desdobramentos também nas artes visuais, como se observa no quadro A Caipirinha (1923), de Tarsila do Amaral. Embora a obra retrate uma figura feminina interiorana, vinculada às raízes rurais da artista, seu título evoca, ainda que de forma indireta, o universo semântico associado à figura da caipira e, por extensão simbólica, à caipirinha, bebida que, mais adiante, também se consolidaria como expressão da cultura popular brasileira. Dessa forma, a obra pode ser compreendida como parte do esforço modernista de revalorizar elementos do cotidiano nacional e incorporá-los a uma estética própria de brasilidade.

Figura 2: A Caipirinha de Tarsila do Amaral⁷



Fonte: <https://oantagonista.com.br/cultura/leiloadada-por-r-575-milhoes-tela-de-tarsila-do-amaral-e-a-mais-cara-do-brasil/>

Ainda em 1922, foi criado o Programa de Incentivo à Produção da Cachaça (Pró-Cachaça), por meio da Lei Estadual n.º 10.853, o que representou uma inflexão institucional no reconhecimento da bebida enquanto parte do patrimônio produtivo nacional (Brasil, 1993). A partir desse marco, têm início os esforços de regulamentação e proteção legal da cachaça, processo que se intensificaria nas décadas seguintes, como será analisado a seguir.

2.2 POLÍTICAS DE REGULAMENTAÇÃO E RECONHECIMENTO DA CACHAÇA⁸

A partir da década de 1930, o Estado brasileiro passou a intervir de maneira mais sistemática na regulamentação da produção e comercialização da cachaça, reconhecendo seu valor econômico e buscando formalizar sua cadeia produtiva. Esse movimento se intensificou ao longo do século XX, com a promulgação de leis, decretos

⁷ A peça Caipirinha, encenada em 1917 a partir de texto de Cesário Mota Júnior escrito no final do século XIX, projetou a figura da personagem rural como símbolo de pureza e inocência em contraste com o mundo urbano, influenciando representações artísticas posteriores e a consolidação simbólica do termo “caipirinha” no imaginário cultural e culinário brasileiro, inclusive associada à difusão do *drink* paulista à base de cachaça e limão como emblema nacional. (AGUIAR, V. S. **Cozinha caipira, cozinha esquecida: a biografia de um livro de receitas e a invenção da culinária tradicional paulista**. São Paulo: Alameda, 2025).

⁸ Para acompanhar a leitura do item 2.2, recomenda-se ouvir a canção Cachaça não é Água, eternizada na voz ritmada e irônica de Jackson do Pandeiro. A melodia, entre a sátira e o manifesto, pulsa como batida de pilão em terreiro de engenho, evocando com irreverência a dignidade da cachaça, essa filha das mãos e do tempo, que não se confunde nem se dilui. A canção reverbera nos alambiques e nas rodas de conversa, nos botecos e nas celebrações barulhentas, onde o líquido âmbar circula como elo entre o passado e o presente. Neste trecho da dissertação, em que se discute a regulamentação e o reconhecimento oficial da bebida, ela é chamada de **a Danada**: entidade viva, escorregadia e ardente, que exige saber ancestral, paciência de ofício e olhos atentos para revelar-se em plenitude. Ouvi-la, enquanto se lê, é como destilar sentidos, uma experiência que se inscreve no corpo, na memória e na pele do texto.

e normas técnicas que visavam padronizar a bebida, controlar sua qualidade, proteger sua nomenclatura e assegurar sua identidade como produto tipicamente brasileiro. As ações estatais, inicialmente voltadas à arrecadação tributária e à fiscalização da produção, gradualmente passaram a incorporar também estratégias de valorização simbólica e promoção da cachaça no mercado nacional e internacional. É nesse contexto que se insere o Decreto-Lei n.º 739, de 1938, marco importante no processo de institucionalização da bebida.

Em 1938, o presidente Getúlio Vargas, por meio do Decreto-Lei n.º 739, estabeleceu o controle sobre o pagamento de impostos pela produção da cachaça. Ninguém poderia fabricar, beneficiar, armazenar em depósito ou vender produto que fosse sujeito à tributação sem ter uma espécie de registro. Surge, então, a obrigação de envasar e comercializar a cachaça em garrafas e com rótulo contendo dados do fabricante (Dias; Almeida, 2017).

No ano de 1997, foi regulamentada, pelo Decreto Federal n.º 2.314, a Lei n.º 8.918, de julho de 1994 que dispõe sobre “a padronização, classificação, registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas” (Brasil, 1994). Porém, esse decreto mencionava a proteção das bebidas, sem especificar, até então, a cachaça. No entanto, com o Decreto n.º 4.062 de dezembro de 2001, são definidas as expressões “cachaça”, “Brasil” e “cachaça do Brasil”. Deixando claro que o nome cachaça deve ser única e exclusivamente utilizado pelos produtores brasileiros para fins de comércio nacional e internacional (Brasil, 2001). Em 2003, é estabelecida pelo Decreto n.º 4.851 a definição legal da cachaça e como ela deve ser composta.

A fim de desenvolver o mercado da cachaça, em 2005, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) aprovou o regulamento técnico para afixação de padrões de identidade e qualidade para a cachaça (Brasil, 2005). Essas medidas de qualidade foram essenciais para tornar viável a comercialização da bebida em mercados internacionais.

Ainda no ano de 2005, por meio da Instrução Normativa n.º 20, o MAPA aprovou "as normas relativas aos requisitos e aos procedimentos para registro de estabelecimentos produtores de aguardente de cana e de cachaça, organizados em Sociedade Cooperativa e os respectivos produtos elaborados". Com finalidade de “disciplinar os registros de estabelecimentos organizados em Sociedade Cooperativa e os respectivos produtos elaborados, que objetivam desenvolver as atividades de produtor, acondicionador, engarrafador e exportador de aguardente de cana e de cachaça [...]” (Brasil, 2005).

Neste mesmo ano, foi iniciada a implantação do processo de certificação da cachaça com a assinatura do convênio entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (INMETRO). Para tanto, foi criado um Regulamento de Avaliação da Conformidade da Cachaça. Esse documento foi publicado pela Portaria nº 126, em junho de 2005. Foi proposto “aos produtores, organismos certificadores, consultores e especialistas, o esboço de um sistema de gestão focado no atendimento aos requisitos de certificação da cachaça” (Soratto; Varvakis; Horii, 2007, p. 681).

No ano posterior, em 2006, foi criada a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça pelo MAPA (Brasil, 2006). Nesta Portaria são especificados requisitos a serem cumpridos pelos produtores de cachaça em todas as etapas. A partir desse momento, qualquer produtor de cachaça no Brasil pode solicitar a certificação, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC). Entre as vantagens de se ter uma cachaça certificada está que o selo é “reconhecido dentro e fora do país como sinônimo de qualidade e confiança.” (Soratto; Varvakis; Horii, 2007, p. 2).

A primeira década dos anos 2000 foi marcada por uma intensificação das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da cachaça enquanto bem cultural e econômico. Nesse contexto, multiplicaram-se as iniciativas institucionais para incentivar a produção, qualificar os processos e ampliar a comercialização da bebida nos mercados nacional e internacional. Um marco importante desse processo ocorreu em março de 2013, quando foi firmado um acordo bilateral entre Brasil e Estados Unidos, por meio do qual o país norte-americano passou a reconhecer oficialmente a cachaça como um destilado tipicamente brasileiro (USTR, 2012). Com isso, a bebida deixou de ser comercializada sob o rótulo genérico de rum brasileiro e passou a ser identificada por sua denominação própria, atrelada à origem e aos modos de produção nacional. Essa conquista é resultado de articulações diplomáticas e negociações comerciais de longa data, contribuindo para consolidar a identidade da cachaça no cenário global e ampliar seu prestígio no mercado norte-americano, que figura entre os principais destinos de exportação.

De acordo com o Anuário da Cachaça (Mapa da Cachaça, 2025), conforme dados da Tabela 1, os Estados Unidos permanecem desde 2019 como o principal destino da cachaça brasileira em termos de valor de exportação, representando 24,3% do total exportado deste produto. Apesar da liderança, esse valor indica uma queda de aproximadamente 24% em relação ao ano anterior (2023) quando as exportações alcançaram US\$ 4.653.002. Em seguida, destacam-se Paraguai, Portugal e Alemanha

como mercados relevantes, consolidando a presença da cachaça também na América do Sul e na Europa. Este último continente, aliás, reúne sete dos dez principais parceiros comerciais da cachaça brasileira, sendo responsável por 45,7% do volume exportado, totalizando US\$ 6.569.916.

Além desses eixos geográficos tradicionais, observa-se o crescimento de nichos em mercados mais distantes, como o Japão, que figura na 15ª posição com US\$ 165.298 em compras, apontando para uma crescente diversificação nos destinos da bebida. Em contraste, países como Trinidad e Tobago apresentam volumes residuais de importação, o que sugere mercados periféricos, ou em estágio inicial de inserção comercial da cachaça (Mapa da Cachaça, 2025). A ausência de informações detalhadas sobre os canais e contextos de consumo nesses destinos impede inferências mais consistentes, mas evidencia a necessidade de estudos complementares sobre as dinâmicas de recepção e circulação da bebida em economias de menor escala ou com baixa representatividade nos dados oficiais. Esses dados demonstram não apenas o alcance internacional da cachaça, mas também os desafios e potencialidades para sua consolidação como produto de exportação estratégica para o Brasil.

Como complemento, apresenta-se abaixo a tabela com os principais países importadores de cachaça brasileira em 2025, organizada com base no valor total em dólares americanos.

Tabela 1: Exportação de Cachaça por País (2023)

| Nº | País | Valor (US\$) |
|----|------------------------|--------------|
| 1 | Estados Unidos | 3.537.884 |
| 2 | Paraguai | 1.603.571 |
| 3 | Portugal | 1.486.728 |
| 4 | Alemanha | 1.371.171 |
| 5 | França | 839.424 |
| 6 | Itália | 769.539 |
| 7 | Uruguai | 767.782 |
| 8 | Países Baixos | 727.647 |
| 9 | Espanha | 590.799 |
| 10 | Reino Unido | 480.967 |
| 11 | Equador | 346.533 |
| 12 | Chile | 202.163 |
| 13 | Argentina | 198.837 |
| 14 | Japão | 165.298 |
| 15 | Suíça | 157.848 |
| 16 | Bolívia | 151.986 |
| 17 | Bélgica | 145.793 |
| 18 | Angola | 119.090 |
| 19 | Panamá | 74.954 |
| 20 | Venezuela | 70.548 |
| 21 | México | 53.481 |
| 22 | Peru | 47.876 |
| 23 | China | 45.396 |
| 24 | Emirados Árabes Unidos | 44.981 |
| 25 | Outros (49) | 375.744 |

Fonte: Anuário da cachaça (Mapa da Cachaça, 2025)

Apesar desse avanço, o Brasil ainda busca o reconhecimento formal da cachaça como indicação geográfica exclusiva junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), o que garantiria proteção normativa em âmbito global, à semelhança do que ocorre com bebidas como a tequila, do México, e o champanhe, da França. A ausência dessa proteção institucional mais ampla permite o uso indevido da denominação cachaça em diversos países, dificultando sua plena valorização como bem cultural singular. Embora importantes acordos bilaterais tenham sido estabelecidos e a bebida já esteja presente em mais de 60 mercados, a consolidação da cachaça como patrimônio imaterial com reconhecimento global permanece um desafio político, diplomático e econômico.

Com o intuito de avançar nesse objetivo, o Brasil segue investindo em negociações bilaterais e regionais, utilizando tais acordos como instrumentos estratégicos de promoção da cachaça no mercado externo. Tais iniciativas visam não apenas garantir a proteção da nomenclatura, mas também ampliar as exportações, que ainda representam uma fração limitada da produção nacional.

A cachaça é reconhecida por marcos legais como uma expressão da identidade histórica e cultural brasileira, com sua produção restrita ao território nacional. Em 1961, sua fabricação e comercialização foram oficialmente autorizadas, e, em alusão a essa data, o Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC) instituiu o dia 13 de setembro como o Dia Nacional da Cachaça (Dias; Almeida, 2017).

O conjunto de dispositivos legais e normativos construídos ao longo das últimas décadas contribuiu não apenas para a valorização simbólica da cachaça, mas também para seu fortalecimento técnico e comercial. Segundo Wieman (2015), a bebida apresenta vantagens relevantes em relação a outros destilados, destacando-se pela produtividade do cultivo, pela sustentabilidade ambiental da cana-de-açúcar e pela versatilidade no processo de produção. Pode ser consumida logo após a destilação, diretamente do alambique, ou envelhecida em diversos tipos de madeira, o que possibilita a criação de *blends* únicos. Tais atributos reforçam a singularidade da cachaça no cenário global, consolidando seu lugar como o destilado representativo do Brasil.

Ao longo do tempo, os processos de regulamentação, promoção institucional e reconhecimento cultural da cachaça contribuíram para consolidá-la como um produto emblemático da brasilidade. No entanto, seus sentidos simbólicos, econômicos e produtivos não se expressam de maneira uniforme no território nacional. Bem pelo

contrário, revelam-se múltiplos e situados, atravessados por contextos regionais específicos, saberes locais e formas diversas de organização territorial.

2.3 PRODUÇÃO DA CACHAÇA

Produto de origem exclusivamente brasileira, a cachaça está sujeita a normas e métodos específicos que regulam sua produção. Essencialmente, existem dois tipos de fabricação: industrializada ou artesanal⁹ (Feijó; Maciel, 2004).

Até chegar ao consumidor, a cachaça passa por diversos processos. Nigri *et al.* (2010) descrevem as etapas como ciclo de vida da cachaça que tem início com o plantio da cana-de-açúcar seguida da colheita, que pode ser manual ou feita com o auxílio de máquinas. Uma vez cortada, a cana madura, fresca e limpa é moída dentro de um período de 24 a 36 horas. Em seguida, ocorre a fermentação, depois a destilação, o envelhecimento, o engarrafamento, o transporte e, por fim, a venda.

As diferenças entre a produção artesanal e industrial começam na etapa de fermentação. Segundo Pinheiro, Leal e Araújo (2003), no método artesanal, utiliza-se o fermento natural presente no caldo da cana, e esse processo leva cerca de 24 horas para ser concluído. Os autores mencionam que durante esse processo, também é possível adicionar ao caldo alguns ingredientes, como por exemplo: fubá, milho moído (cru ou tostado), farelo de arroz e suco de limão para auxiliar na fermentação.

Produzida em pequena escala dentro de alambiques, a cachaça artesanal é elaborada com equipamentos geralmente feitos de cobre. O combustível utilizado é a queima do bagaço ou de madeira (Silvello; Alves; Alcarde, 2021). O processo de destilação artesanal favorece a formação de congêneres que contribuem significativamente para os aromas e sabores da bebida. Nessa fase, as frações indesejáveis (cabeça e cauda) são separadas, preservando apenas o coração, conhecido como a parte mais nobre da cachaça artesanal. Devido ao fato de serem produzidas por

⁹ Certas expressões, como cachaça artesanal, cachaça de alambique, cachaça orgânica, cachaça industrial e cachaça de coluna, são amplamente utilizadas por consumidores, produtores e outros agentes do setor. No entanto, essas denominações ainda não possuem reconhecimento oficial pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Sebrae, 2019). Consequentemente, a designação artesanal não pode ser empregada para classificar ou qualificar aguardente de cana ou cachaça, a menos que o MAPA estabeleça, por meio de regulamento técnico, os critérios e normas que definam as condições de produção e comercialização das variantes artesanais (Souza et al., 2013). Mesmo sem o reconhecimento formal, a diferenciação entre cachaça industrial e artesanal é significativa, pois reflete os métodos distintos aplicados na sua fabricação.

meio de um processo lento, detalhado e cuidadosamente artesanal, as cachaças classificadas como artesanais apresentam um valor agregado superior (Sebrae, 2019).

Entre os alambiques artesanais brasileiros, sobressai o modelo idealizado por Natanael Bonicontró, cuja formação em Química e experiência profissional em plataformas de petróleo possibilitaram a concepção de um sistema de destilação inovador. Atualmente, apenas dois alambiques no país detêm essa tecnologia: A Companheira e a Estância Moretti, ambos localizados em Jandaia do Sul. O sistema permite a preservação integral da bebida, eliminando a necessidade de descarte das frações tradicionalmente conhecidas como cabeça e cauda. Diferentemente do processo convencional, essas partes apresentam qualidade sensorial e não contêm compostos químicos prejudiciais à saúde humana. Essa singularidade tecnológica, somada à produção em pequena escala e ao rigor artesanal, confere às cachaças jandaienses um caráter distintivo, elevando seu valor simbólico, sensorial e mercadológico.

No universo da cachaça artesanal, práticas inovadoras e saberes tradicionais entrelaçam-se, compondo um cenário marcado por contrastes que desafiam classificações simplificadas e exigem um olhar atento às múltiplas formas de produção e formalização. A cachaça artesanal pode ainda ser subdividida em duas categorias: padronizada e informal. Na categoria padronizada, os produtores alcançam volumes expressivos. Esse modelo de produção, em grande parte, baseia-se na aquisição e subsequente redistilação de cachaças provenientes de pequenos produtores, o que torna o processo de padronização um desafio significativo. Por outro lado, a cachaça artesanal informal refere-se àquela que não possui registro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Os pequenos produtores responsáveis por essa categoria geralmente operam em condições precárias, comercializando sua produção a granel e em pequenas quantidades. Ainda assim, esses produtores desempenham um papel crucial, servindo como os principais fornecedores para as marcas de cachaça industriais e artesanais padronizadas (Sebrae, 2019).

Já a cachaça industrial é produzida por meio de destilação contínua e está associada à produção em larga escala (Silvello; Alves; Alcarde, 2021). A matéria-prima pode ser própria ou adquirida de terceiros. Nas versões industriais, é comum encontrar cachaça jovem, além de composições com sabores de madeira e notas adocicadas. Apesar da padronização e controle rigoroso, as cachaças industriais podem perder em complexidade sensorial (Sebrae, 2019).

Como mencionado anteriormente, a primeira etapa do processo de produção da cachaça é a colheita e trituração da cana-de-açúcar. A cana pode ser colhida

manualmente ou mecanicamente , dependendo da escala de produção e do tipo de plantação. A escolha das variedades de cana adequadas para a região é fundamental , pois influencia a qualidade do produto final. Além disso, as condições climáticas e do solo são levadas em consideração para otimizar o rendimento e a qualidade da matéria prima. (Silva *et al.*, 2022).

Em seguida, a cana é triturada para liberar o caldo contido em seu interior , que é coletado e armazenado em tanques próprios (Vilela *et al.*, 2021). A moagem e a extração do caldo podem ser influenciadas por diversos fatores, como a região da produção, a temperatura, a época da colheita e o momento da colheita. Esses fatores podem afetar significativamente os sabores e aromas da cachaça, resultando em características únicas dependendo da localidade. (Silva *et al.*, 2022).

Diferentes regiões de produção de cachaça podem apresentar variações nos sabores e aromas, devido as condições climáticas, ao solo e às práticas agrícolas específicas de cada área (Thomé, 2018). A temperatura durante a moagem pode afetar a qualidade do caldo extraído, por exemplo, a colheita e moagem em dias frios pode tornar a bebida final muito mais doce do que uma feita a partir de cana colhida e moída em dias mais quentes (Azambuja, 2023).

A fermentação é a etapa seguinte do processo e envolve a adição de água e leveduras ao caldo de cana . O objetivo é transformar o açúcar em álcool , que será posteriormente destilado. Dependendo da qualidade das leveduras, da temperatura e da quantidade de açúcar presente no caldo, a fermentação pode durar alguns dias. Cabe ressaltar que, durante esse processo, a qualidade da água utilizada também pode influenciar no sabor e na qualidade final da cachaça (Caruso; Nagato; Alaburda, 2010; Vilela *et al.*, 2021; Azambuja, 2023).

Durante a fermentação, as leveduras também produzem compostos aromáticos, que contribuem para o aroma e sabor da cachaça (Silva *et al.*, 2022). O controle da temperatura e da oxigenação durante a fermentação é crucial para garantir a atividade adequada das leveduras e produção de álcool etílico e dióxido de carbono (Azambuja, 2023).

Os tanques de fermentação também desempenham um papel importante na qualidade da cachaça. Tanques de aço inoxidável são amplamente utilizados em grandes produções de cachaça devido à sua resistência , durabilidade e facilidade de limpeza (Sebrae, 2019). Segundo Azambuja (2023) a fermentação é uma etapa crítica na fabricação da cachaça.

Após a fermentação, o caldo é destilado em alambiques, que consistem em recipientes aquecidos para produzir vapores. Esses vapores são resfriados e coletados em outro recipiente, formando o destilado final. A destilação é a etapa crítica do processo de produção, já que é responsável por separar as impurezas e garantir a qualidade do produto final. Nesta etapa ocorre a separação dos componentes líquidos da mistura por meio da evaporação e condensação. A destilação é importante para aumentar a concentração do álcool etílico e purificar a bebida. Nesta etapa a precisão garante a qualidade e a consistência da cachaça produzida, pois qualquer diferença pode afetar seu sabor e aroma (Thomé, 2018; Da Silva *et al.*, 2021; Azambuja, 2023).

Algumas cachaças passam por uma etapa adicional de envelhecimento em barricas de madeira. Esse processo pode durar de alguns meses a vários anos, dependendo do tipo de cachaça e da preferência do produtor. Durante o envelhecimento, a cachaça adquire características únicas de sabor e aroma, conferindo maior complexidade e sofisticação ao produto final. O envelhecimento da cachaça é um processo importante que também influencia o sabor e o aroma da bebida, podendo ser realizado por diversos tipos de madeira¹⁰ (Azambuja, 2023).

A Câmara da Cachaça tem dedicado boa parte do seu tempo com a certificação de madeiras de tanoaria, utilizadas no envelhecimento, buscando ao mesmo tempo promover práticas de envelhecimento já estabelecidas na indústria, com o uso de Amburana e Bálamo, mas também procurando novas madeiras para tanoaria (Da Silva *et al.*, 2021).

Por fim, a cachaça passa por um processo de filtragem e engarrafamento para sua comercialização. A última etapa assegura a qualidade e a uniformidade do produto,

¹⁰ As principais madeiras utilizadas no envelhecimento da cachaça incluem espécies nativas como Amburana (ou Umburana), Amendoim, Angelim-araroba, Araucária, Bálamo, Castanheira (ou Castanheira-do-Pará), Eucalipto, Freijó, Grapa (ou grápia), Ipê-amarelo, Jatobá, Jequitibá, Pereira, Peroba-rosa, Vinhático e Sassafrás (Silva, 2019). Essas madeiras conferem características sensoriais específicas à bebida, influenciando coloração, aroma e sabor, e constituem parte do saber-fazer tradicional que atravessa gerações. No entanto, é importante destacar que muitas dessas espécies estão em risco de extinção, ou possuem restrições legais quanto à extração, o que levanta preocupações sobre sustentabilidade e manejo florestal. O uso dessas madeiras revela a complexa intersecção entre práticas culturais enraizadas, biodiversidade e regulamentação ambiental, especialmente num contexto em que a valorização da cachaça como produto cultural exige também uma ética ecológica na preservação das espécies utilizadas em sua produção artesanal.

Como lembra Manoel de Barros, “o mundo não foi feito em alfabeto. Senão que primeiro em água e luz. Depois árvore” (BARROS, M. O livro das ignoranças. Rio de Janeiro: Record, 2000). A poesia do autor ecoa a dimensão mais profunda que atravessa o uso das madeiras no envelhecimento da cachaça: antes do saber técnico ou da regulamentação legal, há o território e suas formas de vida, água, luz, árvore. Inserir a natureza como sujeito e origem é também um modo de resgatar os vínculos entre cultura, ecologia e memória.

removendo possíveis impurezas e garantindo que cada garrafa tenha a mesma quantidade de cachaça (Azambuja, 2023).

O conhecimento aprofundado de cada etapa do processo de produção da cachaça é fundamental para compreender a riqueza e a diversidade de sabores e aromas da cachaça brasileira.

Além dos aspectos técnicos, a produção da cachaça também envolve aspectos culturais, como as tradições de produção, o valor cultural, o papel social e a importância econômica do produto para a região ou comunidade. Esses aspectos culturais podem afetar a produção da cachaça de diversas maneiras, desde as escolhas dos ingredientes e técnicas de produção até a forma como o produto é consumido e apreciado.

Assim, compreender a produção da cachaça em sua totalidade exige ir além dos processos técnicos, reconhecendo os saberes locais, os vínculos afetivos e os modos de vida que moldam e são moldados por esse ofício ancestral. A articulação entre técnica, território e cultura confere à cachaça um lugar singular no cenário produtivo brasileiro. Nesse contexto, a análise dos principais núcleos de produção do país permite compreender como cada região imprime ao destilado características particulares, em resposta a suas condições geográficas, trajetórias históricas e dinâmicas socioculturais. O panorama a seguir busca justamente apresentar essa diversidade territorial, revelando como diferentes regiões contribuem, com suas especificidades, para a riqueza e complexidade da cachaça brasileira.

2.4 PRINCIPAIS REGIÕES PRODUTORAS: EM NÚMEROS E IDENTIDADE SENSORIAL

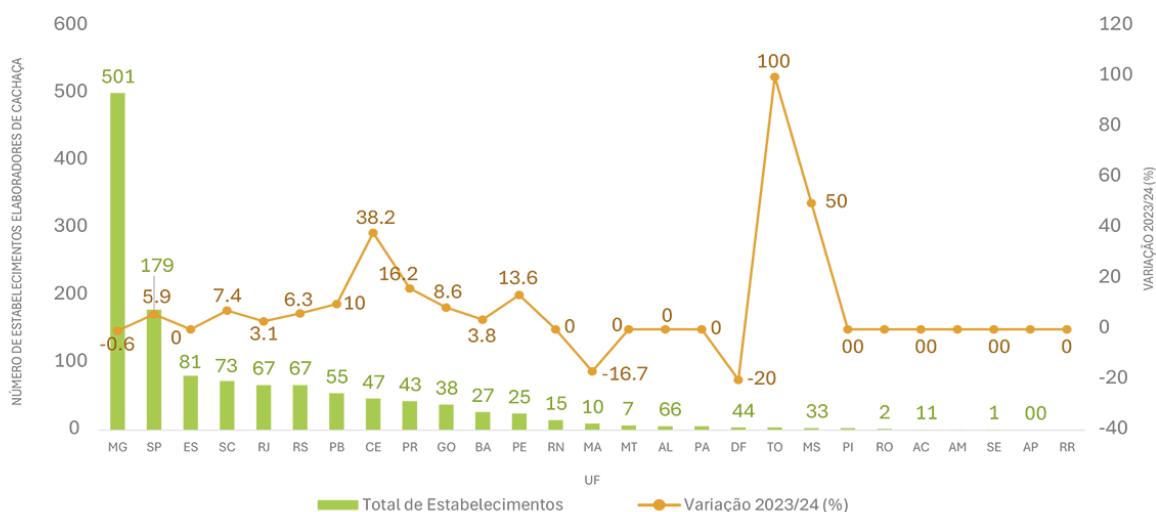
A produção de cachaça no Brasil se distribui por todo o território nacional e revela núcleos de excelência que expressam, de maneira singular, a articulação entre técnicas produtivas, heranças culturais e adaptações regionais. Segundo o Anuário da Cachaça 2025, o país contabiliza 1.266 alambiques registrados, sinalizando um setor em expansão contínua, com crescimento de 4% em relação ao ano anterior e três anos consecutivos de alta. O registro de 7.223 rótulos formais representa um incremento expressivo de 20,4% sobre 2023, o que indica não apenas maior dinamismo na cadeia produtiva, mas também uma crescente valorização do produto nacional no mercado interno e externo (Mapa, 2025).

O Sudeste concentra a maioria dessas unidades (65,4 %) e se mantém como a região mais consolidada no cenário nacional. Minas Gerais destaca-se como o principal

polo cachaceiro, com 501 estabelecimentos, o que equivale a 39,6 % do total nacional. Na sequência aparece o estado de São Paulo (179), Espírito Santo (81) e Santa Catarina (73). Esses quatro estados lideram a produção formal, refletindo décadas de tradição e investimento técnico em seus alambiques (Mapa, 2025).

Figura 3: Panorama nacional dos estabelecimentos elaboradores de cachaça

Gráfico 2: Total de estabelecimentos registrados por Unidade da Federação



Fonte: Anuário da Cachaça 2025 (Mapa, 2025)

No plano produtivo, o volume declarado alcançou impressionantes 292,5 milhões de litros, com o Sudeste respondendo por 59 % dessa produção, enquanto a região Sul destacou-se com um crescimento de 300,6 % no volume produzido ao longo de 2024.

O mapa de calor a seguir ilustra a espacialização dos estabelecimentos produtores de cachaça no Brasil, revelando a concentração da atividade em determinados territórios, especialmente no Sudeste, por meio de gradações cromáticas que representam o número de empreendimentos por município.

Figura 4: Distribuição espacial da produção de cachaça no território brasileiro



Fonte: Anuário da cachaça 2025 (Mapa, 2025)

Segundo o Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC), o setor é responsável por gerar aproximadamente 600 mil empregos diretos e indiretos no Brasil, evidenciando sua relevância econômica e social no contexto nacional. Em razão dessa expressiva representatividade, a Comissão Nacional da Cana-de-Açúcar, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), atua na defesa dos interesses dos produtores brasileiros, promovendo o fortalecimento da cadeia produtiva da cana-de-açúcar e de seus derivados. Entre suas atribuições, destaca-se o debate em torno dos padrões de identidade e qualidade da aguardente de cana e da cachaça, com respaldo em pesquisas científicas e no diálogo técnico com órgãos reguladores e produtores (CNA, 2021).

A produção industrial, liderada por São Paulo, contrasta com o vigor da produção artesanal em Minas Gerais, mostrando que ambos os segmentos coexistem e impulsionam o crescimento do setor. O estado paulista possui mais de 400 unidades produtoras, representando 45% da produção nacional. Devido a investimentos e a realização de novas pesquisas científicas o estado vem registrando uma alta significativa na cadeia produtiva (São Paulo, 2024).

A análise das principais regiões produtoras permite compreender como os fatores históricos, sociais, climáticos e geográficos conferem identidade à cachaça brasileira,

refletindo uma rica diversidade de práticas, sabores e saberes. Nesse contexto, as características sensoriais desempenham papel significativo na distinção dos produtos regionais, sendo influenciadas por uma multiplicidade de elementos, como o tipo de cana utilizada, as leveduras empregadas na fermentação, os materiais dos alambiques e, sobretudo, os processos de armazenamento e envelhecimento (Bortoletto, 2016).

Com base na ficha de avaliação sensorial elaborada pela Cachaçaria Nacional, a cachaça pode ser analisada a partir de atributos visuais (cor, limpidez e brilho), olfativos (intensidade, qualidade e tipicidade dos aromas) e gustativos (doçura, acidez, corpo, equilíbrio e persistência). Essa abordagem sensorial, ancorada em parâmetros técnicos e culturais, permite não apenas qualificar os produtos, mas também valorizar os territórios que os originam, reforçando a importância da cachaça como expressão complexa de sua geografia e de seus modos de fazer.

Figura 5: Ficha de avaliação sensorial

| FICHA DE AVALIAÇÃO SENSORIAL | |
|---|---|
| Cachaça: _____ | Graduação Alcoólica: _____ |
| Marca: _____ | Local de produção: _____ |
| <input type="checkbox"/> Não envelhecida <input type="checkbox"/> Envelhecida ___ anos <input type="checkbox"/> armarzenada <input type="checkbox"/> Madeira: _____ | Gostos <input type="checkbox"/> Doce <input type="checkbox"/> Salgado <input type="checkbox"/> Amargo <input type="checkbox"/> Ácido <input type="checkbox"/> Umami <input type="checkbox"/> Outro: _____ |
| Coloração <input type="checkbox"/> Transparente <input type="checkbox"/> Amarelo Dourado <input type="checkbox"/> Amarelo-Claro <input type="checkbox"/> Amarelo-Caramelo <input type="checkbox"/> Amarelo Palha <input type="checkbox"/> Âmbar <input type="checkbox"/> Outra: _____ | Sensações <input type="checkbox"/> Aveludado <input type="checkbox"/> Licoroso <input type="checkbox"/> Pungente <input type="checkbox"/> Adstringente <input type="checkbox"/> Picante <input type="checkbox"/> Alcoólico |
| Aroma <input type="checkbox"/> Cana-de-açúcar <input type="checkbox"/> Amadeirados <input type="checkbox"/> Adocicados <input type="checkbox"/> Especiarias <input type="checkbox"/> Frutados <input type="checkbox"/> Baunilha <input type="checkbox"/> Florais <input type="checkbox"/> coco <input type="checkbox"/> Outros: _____ | Retrogosto <input type="checkbox"/> Agradável <input type="checkbox"/> Desagradável Intensidade: <input type="checkbox"/> Leve <input type="checkbox"/> Moderado <input type="checkbox"/> Forte |
| | Comentários: _____ _____ _____ |
| | Avaliação Geral ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ |

Fonte: (Silva, 2019)

picância e toda a potência característica das cachaças produzidas neste local (Mapa da Cachaça, 2023).

Ao longo da Estrada Real, de Norte a Sul do estado de Minas Gerais, há produtores que cultivam sua própria cana-de-açúcar e realizam a fermentação com fermento caipira. Algumas marcas mais comerciais se distanciam da tradição artesanal e produzem uma bebida em escala industrial, sem a complexidade das suas conterrâneas (Mapa da Cachaça, 2023).

Como mencionado anteriormente São Paulo responde pela alta produção de cachaças industrializadas, no entanto destaca-se também na produção de cachaças artesanais. No interior do estado, em locais como Monte Alegre do Sul, Amparo, Socorro, Bragança Paulista, Serra Negra e Lindóia, existem propriedades familiares que iniciaram esse ofício no começo do século passado, em 1929, motivadas pela crise do café (Mapa da Cachaça, 2023).

As cachaças artesanais paulistas são produzidas com cana -de-açúcar melhorada geneticamente. As leveduras para fermentação são selvagens e, na maioria dos casos, usa-se o fermento caipira. O armazenamento é feito em tonéis de Jequitibá -branco e Amendoim. A maioria dos produtores tem preferência por envelhecimento em barris antigos de carvalho europeu, e novos mestres cachaceiros hoje investem em barris novos de carvalho americano. É possível identificar as seguintes características organolépticas nas cachaças paulistas: coloração que vai da palha, passa pelo caramelo e chega até o caramelo escuro. No olfato identifica-se notas de frutas cristalizadas, garapa, chocolate e coco. São cachaças que no paladar é possível identificar notas adstringentes e medicinais (Mapa da Cachaça, 2023).

Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) o Espírito Santo tem na diversidade uma marca da produção capixaba, que contempla desde as cachaças brancas, ou prata, até as envelhecidas em barris de madeira de primeiro uso. Essa pluralidade deriva não apenas da seleção criteriosa de madeiras e técnicas de envelhecimento, mas também das condições do solo e do clima favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar, que influenciam diretamente o perfil organoléptico do destilado. As cachaças capixabas são reconhecidas por seu sabor marcante, com aromas que transitam entre o frutado e o floral, frequentemente acompanhados por uma presença equilibrada de notas amadeiradas, especialmente nas versões envelhecidas. O uso de diferentes madeiras, como carvalho, amburana e jequitibá, promove complexidade e identidade sensorial à bebida, atendendo tanto especialistas quanto consumidores (CNA).

A excelência da cachaça capixaba está ancorada na prevalência de métodos artesanais e na integração do processo produtivo, desde o plantio da cana até o engarrafamento, práticas que garantem maior controle de qualidade e fidelidade às tradições locais. Essa abordagem, somada à inovação e ao cuidado no envelhecimento, resultou em premiações nacionais e internacionais (CNA).

No Rio de Janeiro, litoral fluminense, Paraty destacou-se desde a época do império pela tradição em produzir e comercializar a cachaça, que era transportada pela estrada Real junto com o ouro que vinha de Minas Gerais e eram levados para a metrópole (Dias; Almeida, 2017). Tradicionalmente se usa , na produção local , uma variedade de cana que há séculos cresce nos morros de Paraty , a mulatinha. As cachaças de Paraty possuem coloração que vai do amarelo palha, passa pelo caramelo e chega ao âmbar. No olfato notas de milho, rapadura, baunilha, caramelo e garapa. No paladar possui notas de fermentados, salgados e amanteigados (Mapa da Cachaça, 2023).

O Nordeste também se destaca na produção de cachaça. A Paraíba herdou a tradição no plantio de cana-de-açúcar, de engenhos para produção de rapadura e cachaça. A tradição da cachaça de alambique da Paraíba vem de longa data, 1811, e representa um papel histórico e econômico importante para a região (Thomé, 2018).

No interior do Ceará, encontra-se a segunda destilaria mais antiga do Brasil ainda em funcionamento desde 1846. Outro grande produtor da região nordeste, a Pitú, tem suas origens em Pernambuco no ano de 1938 (Dias; Almeida 2017).

Situado no centro da Chapada Diamantina, o Território da Abaíra, na Bahia, compreende as seguintes cidades : Abaíra, Jussiape, Musculê, Rio de Contas , Piatã e Ibicoara. Esta região se destaca das demais devido aos indícios históricos da produção de cachaça desde o século XVII. A Associação dos Produtores de Aguardente da Microrregião de Abaíra (APAMA), foi criada em 1996 tendo como premissa os seguintes objetivos: organizar os produtores, melhorar o processo de produção e tornar a cachaça local mais competitiva no mercado. Assim, os produtores de cachaça foram instruídos a usar tipos específicos de cana-de-açúcar e a empregar leveduras selecionadas diretamente dos canaviais durante a fermentação (Mapa da Cachaça, 2023). Dias e Almeida (2017) salientam ainda que a Bahia possui selo de identificação geográfica, selo de produto ou serviço originário da região.

O Sul do Brasil se destaca por produzir cachaça de teor alcoólico menor e segundo especialistas, próprias para quem tem o paladar mais sensível ao álcool (Dias; Almeida 2017). A colonização açoriana no litoral de Santa Catarina deu início a

produção de cachaça artesanal em cidades como Laguna e Araranguá. Essa produção se intensificou com a chegada de europeus na região do Vale do Itajaí, especialmente em Luiz Alves, conhecida como a Capital Catarinense da Cachaça. A tradição de produção em alambiques de cobre, na cidade de Luiz Alves, começou na década de 1930, trazida por famílias alemãs, holandesas e italianas. A produção se destaca pelo uso do melado de cana havaiana na fermentação, com leveduras selvagens, e pelo envelhecimento em barris de carvalho europeu. É possível identificar as seguintes características organolépticas das cachaças de Luiz Alves: coloração que pode variar do caramelo ao âmbar. No olfato apresenta notas de melado, baunilha, caramelo, banana, toffee, chocolate e amêndoa (Mapa da Cachaça, 2023).

No Rio Grande do Sul a estrutura da indústria de uva e vinho do século XX também beneficiou a produção de cachaça, difundindo conhecimentos e técnicas. Os produtores gaúchos foram pioneiros no uso de leveduras selecionadas e no envelhecimento em barricas de carvalho europeu, além de *blends* com madeiras nacionais como Bálamo e Grajaú. As cachaças da Serra Gaúcha apresentam as seguintes características organolépticas: coloração que vai do dourado claro ao escuro. No olfato notas de baunilha, frutas cristalizadas, caramelo, erva doce e canela são facilmente identificadas; na boca é aveludada (Mapa da Cachaça, 2023).

O Paraná¹³ está entre os 10 estados categorizados como maiores produtores brasileiros de cachaça. Morretes se destaca no estado como região produtora de cachaça. No litoral do Paraná, a cachaça tornou-se patrimônio cultural e atrativo turístico (Meira; Coelho, 2012; Meira, 2013). Desta forma, a produção da cachaça de alambique configura importante fator para o segmento de micro indústria rural, tendo em vista que a sua crescente participação no mercado, interno e externo, impulsiona a geração de renda, o desenvolvimento regional e estímulo do fluxo turístico rural (Sannomiya, 2020; De Oliveira Menezes; Couto Curvelo; Derreti, 2020; Kovaleski *et al.*, 2020). A cachaça morretiana, como também é conhecida, possui as seguintes características organolépticas: sua coloração pode variar do palha ao caramelo escuro; no olfato, apresenta aromas de frutas cristalizadas, garapa, chocolate e coco; no paladar, possui notas adstringentes e medicinais (Mapa da Cachaça, 2023).

Além disso, o Paraná é o segundo estado com maior volume de indicação geográfica (IG), somando 13 produtos, estando entre eles a Cachaça de Morretes. A bebida é reconhecida até internacionalmente, onde três rótulos já foram premiados com

¹³ Oliveira e Ferrarese Junior (2022) estimam que o estado representa aproximadamente 4% da produção industrial nacional, o que evidencia a relevância do segmento de grande escala.

medalhas no Concurso Mundial de Bruxelas. Vale ressaltar que a cachaça de Morretes ganhou o título de melhor cachaça do Brasil na 2ª edição da Cúpula da Cachaça em 2016, o mais importante do ramo no país (Sebrae, 2023).

Jandaia do Sul, aparece como a segunda cidade com maior número de marcas de cachaça no país (MAPA, 2022). Com base nas descrições sensoriais disponibilizadas pelos produtores de cachaça de alambique em Jandaia do Sul, é possível traçar um recorte organoléptico que evidencia a sofisticação de determinadas cachaças elaboradas no município. Embora não abarque a totalidade das produções locais, esse panorama permite compreender como aspectos como o ambiente de origem, técnicas artesanais e escolhas de envelhecimento contribuem para perfis sensoriais singulares.

A cachaça A Companheira, por exemplo, apresenta coloração amarelo-dourada e límpida, indício de envelhecimento criterioso e cuidado na clarificação. Seu perfil aromático combina notas adocicadas e frutadas, com destaque para o guaraná, e nuances amadeiradas que remetem ao caramelo, compondo uma experiência olfativa envolvente. No paladar, revelam-se sabores doces com sugestões de ameixa e baunilha, acompanhados por uma textura aveludada que proporciona equilíbrio e suavidade. O retrogosto é moderado, porém persistente, com presença marcante de caramelo (Cachaça Companheira, 2025).

Já a cachaça da Estância Moretti se destaca pela coloração límpida e esverdeada, decorrente do tipo específico das madeiras empregadas no envelhecimento. Os aromas evocam uma mescla delicada de baunilha, mel, amêndoas e coco, elementos que ampliam a paleta sensorial com toques tropicais. Na boca, a bebida apresenta baixa acidez e elevada maciez, com textura igualmente aveludada, resultado da atenção cuidadosa aos detalhes de sua elaboração artesanal (Estância Moretti, 2025).

Ainda que essas descrições não se apliquem a todas as cachaças produzidas no município, elas revelam o potencial expressivo do território jandaiense.

Diante do potencial de exploração turística da bebida, regiões que já vinham se destacando na produção de excelência tomaram iniciativa também na elaboração de roteiros turísticos culturais que envolvem a cachaça. Os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba e Pernambuco possuem exemplos de sucesso nesse sentido. Há também os museus, retratando a história da bebida, destacando-se o Museu da Cachaça Ypióca, o Museu da Cachaça Douradinha, ambos no estado do Ceará, o Museu da Cachaça de Lagoa do Carro, em Pernambuco, o Museu da Cachaça de Salinas, em Minas Gerais, e o Museu da Cachaça de Paty do Alferes, no Rio de Janeiro (Tavares; Dantas; Nóbrega, 2015).

Aliado a esse movimento, o Paraná também vem se organizando para consolidar-se como referência nacional, ao articular a tradição da cachaça com iniciativas de valorização turística. O fortalecimento de eventos como o Festival da Cachaça de Jandaia do Sul, aliado à criação da Rota dos Destilados do Vale do Ivaí, sinaliza um esforço mais estruturado para integrar produção, memória e hospitalidade.

2.5 DO LITORAL AO PLANALTO: OS CAMINHOS DA CACHAÇA NO PARANÁ

O processo de exploração e ocupação inicial do território que corresponde atualmente ao Estado do Paraná esteve diretamente relacionado à busca por recursos economicamente valorizados no contexto do mercantilismo europeu. Com a intenção de garantir o domínio sobre as terras recém-descobertas, a Coroa Portuguesa tomou medidas para consolidar sua posse (Nadalin, 2017). A área que hoje constitui o Paraná estava originalmente inserida nas Capitânicas Hereditárias de São Vicente e de Santana.

A ocupação do território paranaense teve início na região litorânea, a partir da qual se expandiu progressivamente em direção ao Terceiro Planalto. Esta unidade geográfica, que se estende da Serra do Cadeado às margens do Rio Paraná, cobre cerca de dois terços da área total do estado, configurando-se como a maior unidade fisiográfica do Paraná (Pereira; Júnior, 2021).

A colonização lusa no Paraná remonta ao século XVI, quando diversas motivações impulsionaram o povoamento da região, como o comércio com os povos indígenas, a busca por metais preciosos e a captura de nativos para trabalho forçado. Esses fatores resultaram em um movimento contínuo de deslocamento e fixação de portugueses, levando ao estabelecimento de um núcleo populacional na Ilha da Cotonga, na Baía de Paranaguá (Nadalin, 2017). Nos últimos anos do século XVI e nas primeiras décadas do século XVII, a descoberta de ouro na Baía de Paranaguá e na Serra do Mar alterou de forma significativa a dinâmica da ocupação. A mineração tornou-se um vetor essencial da expansão colonial, com a Coroa Portuguesa buscando não apenas explorar os recursos auríferos, mas também garantir o controle sobre as novas reservas e conter o avanço espanhol (Carvalho, 2005).

Embora a exploração do ouro tenha se mostrado difícil e de baixa rentabilidade, a promessa de riqueza atraiu um número crescente de colonos, o que favoreceu a ampliação dos investimentos na região e impulsionou o desenvolvimento de infraestrutura e estruturas administrativas. Apesar das limitações da atividade mineradora, a necessidade de subsistência dos colonos, que almejavam enriquecer,

promoveu a diversificação das práticas econômicas locais, incentivando o comércio, a pecuária e o fortalecimento do setor portuário. Esse contexto culminou, em 1648, na fundação da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, que viria a se tornar Curitiba, atual capital do Estado (Pereira; Júnior, 2021).

Nos séculos XVII e XVIII, o processo de expansão territorial seguiu em andamento, sendo intensificado pelo tropeirismo, que desempenhou papel fundamental na articulação social e econômica do Paraná com outras regiões produtivas do Brasil. O tropeirismo consistia no transporte de gado, produtos agrícolas, mercadorias diversas e insumos como madeira e erva-mate, além de facilitar o intercâmbio comercial e a comunicação entre os diferentes centros urbanos e rurais. Esse intenso fluxo comercial, com destaque para o porto de Paranaguá, propiciou a instalação, em 1796, do segundo engenho estatal de açúcar do Brasil, em Morretes. O cultivo da cana-de-açúcar se intensificou nesse período, levando ao funcionamento simultâneo de mais de vinte engenhos durante a época das colheitas, muitos dos quais se dedicavam também à produção de rapadura e cachaça (Meira, 2013).

Além da cana-de-açúcar, Morretes destacava-se pela produção de erva-mate. O comércio e a exportação desse produto atraíam um número crescente de tropeiros para a região. Muitos desses homens, além de transportarem erva-mate e outras mercadorias, também ajudaram a difundir a cachaça, ampliando a circulação desse produto. Os produtores de aguardente aproveitaram o momento de crescimento econômico para aprimorar suas propriedades e qualificar a produção (Meira, 2013).

Com o fortalecimento da infraestrutura e da economia local, o Paraná conquistou sua emancipação política em 1853, tornando-se uma província autônoma. Poucos anos depois, em 1857, no auge da política imperial de incentivo aos engenhos centrais, foi criado o Engenho Central de Morretes, instalado na Colônia Nova Itália (Meira, 2013). Entretanto, os colonos italianos, insatisfeitos com os preços pagos pela cana e com as condições de trabalho, optaram por encerrar o fornecimento ao engenho e pleitearam a construção de seus próprios engenhos.

Esse movimento marcou a transição da produção de açúcar para a de aguardente. A região de Morretes, especialmente o entorno do rio Anhaia, tornou-se um importante polo de produção artesanal de cachaça, com aproximadamente 40 engenhos em atividade. A cachaça morretiana ganhou destaque nacional, consolidando-se como um produto cultural e econômico relevante.

No século XX, o Paraná experimentou transformações significativas, marcadas por diferentes ciclos econômicos e pela presença de grandes empresários, como os

chamados barões da erva-mate. Estes proprietários de engenhos, responsáveis pela produção e comercialização da erva-mate, eram conhecidos pela ostentação de sua riqueza, visível tanto nas suas mansões quanto no estilo de vida luxuoso que levavam. Além disso, a abundância de madeira na região atraiu os ingleses, que se estabeleceram nas áreas desmatadas, aproveitando os recursos florestais para o comércio e a indústria madeireira.

Com a chegada do século XXI, a cachaça no Paraná começou a se consolidar como um produto culturalmente importante, e o Estado viu um crescimento expressivo na sua produção. A crescente popularidade da cachaça paranaense no século XXI é acompanhada por um esforço de preservação de saberes e práticas tradicionais, que buscam destacar a singularidade da bebida e a importância da região como um polo de produção de cachaça. As destilarias locais estão cada vez mais investindo em turismo, com visitas guiadas aos seus alambiques, degustações e eventos relacionados à cachaça, tem despertado interesse para aqueles que buscam uma experiência autêntica.

De acordo com o Anuário da Cachaça (2025), publicado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, a região Sul foi a que mais cresceu proporcionalmente em produção de cachaça no Brasil. Esse avanço reflete uma valorização crescente da produção artesanal e *premium*, especialmente no Paraná, onde práticas tradicionais como a destilação em alambiques de cobre e o envelhecimento em madeiras nobres conferem identidade e qualidade à bebida.

Atualmente, o Estado do Paraná é reconhecido por sua produção diversificada de cachaça, com marcas que vêm obtendo destaque em premiações nacionais e internacionais. Consolidando-se como um dos principais polos produtores do país, o Paraná inscreve a cachaça não apenas em sua economia, mas também em sua memória social. A trajetória da bebida, entrelaçada aos processos históricos e culturais da região, assume papel central na afirmação de uma identidade territorial que se atualiza e se fortalece na contemporaneidade.

A produção de cachaça no Estado também reflete a crescente demanda por produtos autênticos e de qualidade, especialmente no contexto do turismo rural, que ganha força na região. Jandaia do Sul, por exemplo, embora seja uma localidade menos conhecida do grande público nacional, tem se destacado como um destino estratégico, conectando a história da cachaça à experiência turística local. A combinação de história, cultura e hospitalidade tem permitido que a cachaça paranaense, especialmente aquela produzida em alambiques de maneira artesanal, se afirme no mercado local e internacional como um dos bens culturais imateriais mais significativos do Estado.

Entre os municípios paranaenses que se destacam na produção de cachaça, Jandaia do Sul conquistou reconhecimento oficial como a Capital Paranaense da Cachaça¹⁴, título concedido pela Assembleia Legislativa do Paraná. O município destaca-se por ser um dos locais com maior número de marcas registradas no país. A qualidade das cachaças produzidas em Jandaia do Sul, muitas delas premiadas em concursos nacionais e internacionais, é resultado de saberes locais preservados e técnicas artesanais aprimoradas ao longo do tempo (TNOnline, 2025).

2.6 AROMAS DE ORIGEM: JANDAIA DO SUL, TERRITÓRIO DO CAFÉ E DA CACHAÇA¹⁵

As referências históricas do município de Jandaia do Sul estão ligadas a história do Paraná e do Brasil. Integrada a região denominada Norte Novo, a gleba onde o grupo de colonizadores ingleses designou o patrimônio de Jandaia do Sul, recebeu a contribuição significativa e dinâmica da cultura cafeeira. O café projetou a região e o Estado do Paraná como unidade federativa de primeira grandeza. Esse período ficou conhecido na historiografia brasileira como Ciclo do Café (Costa; Boni, 2009).

Até 1923 o norte do Paraná era uma região de acesso difícil, predominantemente coberta por densas florestas características das áreas de terra roxa. Em alguns locais, grandes clareiras surgiam, onde os primeiros colonizadores plantavam café. No entanto, essa situação foi alterada após a visita de uma missão inglesa, cujo principal propósito era impulsionar a criação de extensas plantações de algodão no Brasil (Passos; Sant'Ana; Bueno, 2012).

A empresa britânica Paraná Plantation Ltd., posteriormente renomeada como Companhia de Terras Norte do Paraná, adquiriu cerca de 13.000 km² de terras florestais

¹⁴ A lei, nº 21.235, de 14 de setembro de 2022, reconhece a importância de Jandaia do Sul na produção de cachaça no estado do Paraná e visa promover a cultura e a economia local relacionadas a essa bebida.

¹⁵ Para acompanhar a leitura deste trecho, propõe-se a escuta atenta de *O Trenzinho do Caipira*, de Heitor Villa-Lobos, composição que não apenas ecoa o ritmo compassado de um trem interiorano, mas também desliza suavemente pelos trilhos da memória brasileira. Seu andamento sereno e ondulante parece atravessar paisagens que misturam terra batida, horizontes longos e silêncios antigos, carregando consigo os ecos de um Brasil profundo. Nesse embalo, entre sopros e cordas, ressoam histórias esquecidas, ausências prolongadas, recomeços. A sonoridade da peça dialoga com a trajetória da cachaça em Jandaia do Sul, marcada por idas e vindas, visibilidades e apagamentos, afetos e silenciamentos. Assim como o trem que leva gente, tempo e saudade, **a Pinguinha**, em mais um de seus muitos nomes, percorre o território como fio condutor de saberes, laços e pertencimentos que escapam às vias formais, mas permanecem vivos nos desvios da memória.

"Que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós." (BARROS, M. *Memórias Inventadas: A Segunda Infância*. São Paulo: Planeta, 2006).

ao sul de São Paulo, entre os rios Paranapanema, Paraná e Ivaí. Foi em 1929 que se iniciou a colonização da região, a partir do núcleo fundado em Londrina. Em seis anos, a Companhia construiu uma linha ferroviária ligando a colônia ao sistema ferroviário de São Paulo. Metade dessas terras foi vendida para aproximadamente 16.000 colonos europeus, japoneses e luso-brasileiros (Passos; Sant'Ana; Bueno, 2012).

Ainda sobre o contexto da colonização no Norte do Paraná, em particular nas regiões do Norte Novo e Norte Novíssimo, é possível observar um rápido processo de ocupação humana, que foi impulsionado pela expansão da cultura cafeeira, especialmente a partir do final da década de 1940 (Passos; Sant'Ana; Bueno, 2012).

A produção de cachaça no interior do Paraná, especialmente na região do Norte-Novo, consolidou-se ao longo do século XX em consonância com os processos de colonização que moldaram a paisagem e a organização social da região. Essa dinâmica está vinculada à atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), responsável por atrair famílias migrantes, sobretudo das regiões Sul e Sudeste do país, para o norte paranaense (Almeida, 2016).

A partir de conversas e relatos colhidos durante as vivências da pesquisadora, verificou-se que em Jandaia do Sul, essa história remonta aos primeiros anos de ocupação do território e encontra uma de suas expressões mais emblemáticas na trajetória da família Pereira da Silva. João Pereira da Silva, oriundo do interior de Minas Gerais, chegou ao município atraído pelas campanhas de colonização promovidas pela CTNP, que, nas décadas de 1940 e 1950, lançava panfletos aéreos sobre cidades mineiras para incentivar a migração rumo ao norte paranaense.

Ex-delegado e proprietário de uma olaria em sua terra natal, João deixou para trás o que havia construído e partiu em busca de novas oportunidades. Ao se instalar em uma região ainda marcada pela mata nativa e pela ausência de infraestrutura básica, iniciou um processo de profunda adaptação: abriu picadas, construiu as primeiras estradas locais, edificou moradia para a família e, com os saberes que trazia de sua terra de origem, incluindo as primeiras mudas de cana-de-açúcar, implantou o que viria a ser o primeiro alambique do município.

Segundo o A.01¹⁶, genro e sobrinho de João Pereira da Silva, em Minas Gerais, os alambiques faziam parte do cotidiano das zonas rurais, compondo um repertório cultural profundamente enraizado. Em Jandaia do Sul, esse saber encontrou solo fértil e se

¹⁶ Optou-se por utilizar letras e números (codificação) para identificar os sujeitos entrevistados, com vistas à preservação de sua identidade e à proteção ética dos relatos compartilhados. A codificação será melhor descrita no capítulo 4.

materializou de forma expressiva: estima-se que o alambique de João Pereira da Silva produzia cerca de 450 litros de cachaça por dia, alcançando uma média mensal de aproximadamente 13.000 litros. A cachaça, nesse contexto, ultrapassava a condição de simples bebida alcoólica: era sustento, cura, vínculo e resistência. Representava a força necessária para o trabalho árduo de derrubada da mata, para o plantio e o trato da terra, ao mesmo tempo em que aliviava a solidão e a saudade de homens que, longe de suas famílias, buscavam reconstruir suas vidas em um território novo.

O senhor A.01, veio também de Minas Gerais para somar esforços na empreitada do alambique e acompanhou de perto sua trajetória, que perdurou por cerca de duas décadas, encerrando-se um ano após o falecimento de seu fundador, por volta de 1967. A cachaça Tigre, produzida e engarrafada com rótulo próprio, tornou-se símbolo dos primeiros tempos da colonização de Jandaia do Sul, revelando o papel essencial da bebida como elemento simbólico, econômico e cultural no cotidiano das famílias pioneiras.

Anos após a implantação do alambique de João Pereira da Silva, as famílias Romani e, posteriormente, Zan, ambas de ascendência italiana, também se estabeleceram em Jandaia do Sul, destacando-se entre os primeiros produtores de cachaça do município.

Essas famílias, segundo relatos de seus descendentes, traziam consigo uma herança cultural vinculada à produção artesanal de bebidas como vinhos, licores e aguardentes, saberes transmitidos desde a imigração italiana no século XIX. Ao se estabelecerem no norte do Paraná, encontraram na cana-de-açúcar uma nova possibilidade de expressão simbólica e produtiva. A familiaridade com os processos de fermentação e destilação, aliada à valorização da agricultura familiar e ao desejo de autonomia econômica, favoreceu o protagonismo desses grupos na implantação de alambiques e na consolidação da produção de cachaça artesanal, que passou a integrar de forma orgânica as dinâmicas sociais, econômicas e culturais do território. As redes de parentesco, vizinhança e solidariedade, traços característicos das comunidades ítalo-brasileiras, também contribuíram para a preservação e difusão desse saber-fazer, consolidando a cachaça como uma prática enraizada na identidade local.

A produção artesanal de cachaça em Jandaia do Sul alcançou seu auge em paralelo à expansão da cafeicultura no norte do Paraná. As famílias Zan e Romani, produziam e comercializavam a bebida tanto para consumo local quanto para a empresa Jamel (Indústria Missiato de Bebidas), hoje uma das mais importantes e reconhecidas do setor no Brasil (Jamel, 2024, online).

Estima-se que, entre 1950 e 1960, havia ao menos três alambiques em funcionamento em Jandaia do Sul, integrando-se ao cotidiano das primeiras famílias¹⁷ e à economia regional baseada na agricultura familiar.

Figura 7 - Tigre: Família Pereira



Foto: acervo pessoal

Figura 8 - Umaitá: Família Romani

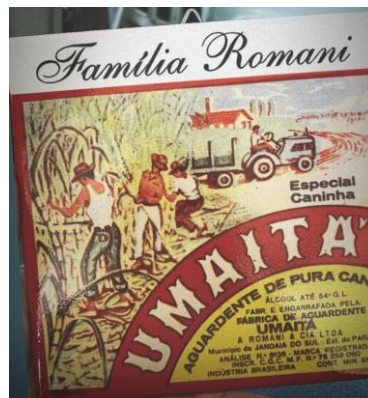


Foto: José Nidércio Rabassi

Figura 9: Acervo histórico da Jamel (1)



Fonte: Jamel, 2024.

Figura 10: Acervo histórico da Jamel (2)¹⁸



Fonte: Jamel, 2024.

Com a diversificação agroindustrial após o auge do café, a população do Paraná passou de rural a urbana. A crise do café, exacerbada pela geada negra, levou à

¹⁷ A escuta atenta às vivências locais, durante o percurso da pesquisa, revelou que a cachaça permanece como uma ponte sensível entre o presente e o passado. Evocada com ternura por descendentes de antigos produtores e moradores da região, muitos dos quais falam também de si ao relembrar seus pais e avós, ela ressurge em memórias de um tempo em que cada etapa da produção era acompanhada com zelo, empenho e muita dedicação. São histórias entrelaçadas por lembranças tristes e felizes, por risos e silêncios, por vitórias e derrotas. Um tecido afetivo vai se formando nas falas: as conversas, os saberes e fazeres repassados, as festas, os gestos que ainda sustentam os laços comunitários. Cada relato, seja ele modesto ou marcante, encontra um lugar singular na história da cachaça de Jandaia do Sul, como se essa bebida continuasse a destilar sentidos, pertença e memória entre as gerações.

¹⁸ Na imagem, o Comendador Éσιο Missiato, de camisa listrada ao lado de um caminhão. Éσιο Missiato foi figura central na história da cachaça brasileira, empresário visionário e fundador da Indústria Missiato de Bebidas. Iniciou sua trajetória em 1959, na cidade paulista de Santa Rita do Passa Quatro, construiu um dos maiores empreendimentos do setor no país. A fotografia aqui inserida, registrada ainda nos primeiros anos da implantação da indústria em Jandaia do Sul, revela não apenas sua juventude, mas o início de um legado marcado por ousadia, inovação e profundo compromisso com a qualidade. Seu falecimento em janeiro de 2025 deixou uma lacuna no setor, mas também consolidou sua imagem como um dos grandes nomes da história da cachaça no Brasil.

modernização da agricultura, esvaziando o campo e urbanizando pequenos municípios (Costa; Boni, 2009).

A substituição da cafeicultura por soja e trigo mecanizados, e pela cana-de-açúcar com o PROÁLCOOL (1974), transformou a economia da região (Passos; Sant'Ana; Bueno, 2012). Com a ascensão dos biocombustíveis, impulsionada pelas crises do petróleo e pela busca por sustentabilidade, o Brasil tornou-se líder na produção de etanol. Produtores locais vislumbraram, então, uma oportunidade de crescimento econômico ao direcionar o cultivo da cana para o setor sucroalcooleiro.

Cabe salientar que a cana destinada à fabricação de cachaça artesanal seguia um caminho distinto, priorizando variedades específicas e métodos tradicionais. No entanto, ainda assim o setor alambiqueiro enfrentou retração. A perda de mercado local, as exigências sanitárias e fiscais crescentes e a falta de sucessores para continuidade familiar contribuíram para o fechamento dos alambiques. Das famílias pioneiras o último alambique a encerrar suas atividades foi o da família Zan, que permaneceu ativo até o ano de 2008. O final do século XX já sinalizava uma reconfiguração do setor, com iniciativas inovadoras como a fundação do Alambique A Companheira, na década de 1990.

Foi nesse contexto que a combinação entre *expertise* no manejo da cana-de-açúcar, fertilidade do solo e condições climáticas favoráveis despertou o interesse do químico Natanael Bonicontró. Interessado em investir na produção artesanal da bebida, ele adquiriu um sítio em Jandaia do Sul e, em 1994, fundou o Alambique A Companheira¹⁹, concebido exclusivamente para a produção de uma cachaça de identidade própria, mais refinada. Projeto que, com o tempo, ganharia reconhecimento nacional e internacional (Cachaça Companheira, 2025).

As imagens a seguir apresentam o pátio principal e o interior do Alambique A Companheira, evidenciando seu vasto acervo de certificados e premiações.

¹⁹ Dentre as marcas registradas de cachaça provenientes do município de Jandaia do Sul, a Cachaça Companheira sempre se destacou entre as melhores do Brasil. Em 2014, conquistou o sétimo lugar no I Ranking da Cúpula da Cachaça; em 2016 e 2018, atingiu o terceiro lugar nos II e III Rankings, respectivamente. Posteriormente, alcançou o primeiro lugar no IV Ranking, evidenciando sua constante evolução ao longo dos anos (Mapa da Cachaça, 2020).

Figura 11: Alambique A Companheira

Fonte: https://cachacacompanheira.com.br/loja_e_alambique/

Figura 12: Prêmios e Certificados

Fonte: acervo pessoal

Rapidamente, a excelência do trabalho desenvolvido passou a ser reconhecida. A união entre conhecimento técnico, dedicação artesanal e genuína paixão pelo ofício resultou em um produto singular. As cachaças produzidas com rigor e sensibilidade começaram a ser premiadas em âmbito nacional e internacional, elevando o nome de Bonicontrolo como mestre cachaceiro de referência. Seu alambique transformou-se em ponto de encontro de produtores e entusiastas que buscavam, e buscam, sua orientação para desenvolver e envelhecer suas próprias bebidas (Cachaça Companheira, 2025).

Em 2001, o empresário Luiz Moretti²⁰, também residente em Jandaia do Sul e proprietário da Estância Moretti, ingressa na produção de cachaça, estabelecendo, em um primeiro momento, parceria com o Alambique A Companheira. Com o auxílio técnico e sensorial de Bonicontrolo, Moretti alcançou o perfil de bebida que idealizava, uma cachaça com qualidades organolépticas refinadas e identidade própria. Anos depois, consolidando seu percurso, inaugura seu próprio alambique, ampliando o cenário da produção artesanal no município (Estância Moretti, 2025). As figuras 13 e 14 apresentam alguns recortes da Estância Moretti.

²⁰ A história da Estância Moretti é, antes de tudo, uma herança de afetos maturada no tempo, que se derrama em cada gota com a densidade das memórias bem guardadas. Luiz Carlos Moretti cultivava um legado enraizado nas vivências familiares, que atravessa gerações e oceanos: dos antepassados italianos, portadores do saber artesanal sobre bebidas, ao pai e ao avô, que selavam vínculos com o calor de uma dose partilhada. Mais do que uma tradição preservada, trata-se de uma paixão silenciosa, transmitida por gestos, olhares e silêncios, até encontrar expressão plena no cuidado e na excelência das cachaças que hoje levam o nome da família. Seja coincidência, seja destino, a cachaça sempre esteve ao seu lado, como ofício, deleite, coleção ou memória e tornou-se linguagem sensível de um Brasil interiorano, feito de terra, tempo e ternura, que se revela no sabor e na alma de seu alambique (Estância Moretti, 2025).

Figura 13: Estância Moretti (1)

Fonte: acervo pessoal

Figura 14: Estância Moretti (2)

Fonte: acervo pessoal

O ano de 2022 marca um importante movimento coletivo: o primeiro Festival da Cachaça de Jandaia do Sul. Fruto da colaboração entre o senhor Natanael Bonicontró, sua filha Raquel Bonicontró, Luiz Moretti e sua esposa Rosângela Villar, a empresária Ariane Missiato (proprietária da Indústria Missiato de Bebidas) e outros apreciadores, entusiastas da bebida. O evento assumiu, desde sua primeira edição, uma proposta de valorização cultural e econômica do setor. Em 2025, o festival chega à sua quarta edição, atraindo expositores de diversos estados brasileiros e reunindo um público expressivo que atesta a força simbólica e produtiva da cachaça na região. As figuras a seguir exemplificam alguns aspectos do Festival da Cachaça em suas edições.

Figura 15: 4ª Edição do Festival da Cachaça

Fonte: acervo pessoal

Figura 16: Pavilhão de exposição (1)

Fonte: acervo pessoal

Figura 17: Pavilhão de exposição (2)



Fonte: acervo pessoal

Figura 18: Cachaça Vale do Brejão (Amazonas)



Fonte: acervo pessoal

A trajetória histórica de Jandaia do Sul revela, nas últimas décadas, um estreito entrelaçamento com a produção de cachaça, que passou a ocupar, simbólica e economicamente, o espaço anteriormente reservado à cultura cafeeira (Espartel; Barcellos; Goularte, 2011). Nesse processo, a cachaça não apenas carrega um potencial enquanto expressão identitária regional, mas também se projeta como vetor de inovação, turismo e reconstrução de vínculos culturais com o território, ainda que esse valor simbólico nem sempre seja plenamente reconhecido pela comunidade local.

Segundo relatório do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o município de Jandaia do Sul concentra o maior número de marcas de cachaça do país, totalizando 19 rótulos. Com 183 marcas, o Paraná ocupa a oitava posição no *ranking* nacional de produção, consolidando-se como uma das regiões emergentes no cenário da cachaça brasileira (Mapa, 2025).

Esse protagonismo, sustentado por práticas tradicionais de produção, pela qualidade sensorial reconhecida em premiações e pela forte presença territorial da bebida, revela o potencial de Jandaia do Sul para articular estratégias voltadas ao desenvolvimento local e regional.

Mais do que uma expressão econômica territorializada, a cachaça carrega sentidos que ultrapassam o campo produtivo. Sua presença em diversas regiões do país revela não apenas dinâmicas de mercado e tradição artesanal, mas também marcas profundas da história, da memória coletiva e das identidades locais. Nesse entrelaçamento de saberes, práticas e pertencimentos, a cachaça se inscreve como bem cultural, suscitando

debates sobre o reconhecimento de seu valor simbólico e sua salvaguarda como patrimônio.

2.7. ENTRE O SIMBÓLICO E O INSTITUCIONAL: A CACHAÇA E O RECONHECIMENTO IMATERIAL

A definição do que se considera patrimônio cultural não é fruto de uma simples catalogação de bens ou práticas, mas resultado de disputas simbólicas e políticas que atravessam o tempo e o tecido social. No Brasil, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o patrimônio passou a abarcar tanto os bens materiais quanto os imateriais, estes últimos compreendidos como práticas, saberes, expressões, celebrações e ofícios que formam o modo de ser de diferentes grupos sociais (Unesco, 2003). A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco (2003) ressalta em seu Art. 2º:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (...) (UNESCO, 2003, 4).

Ainda assim, o processo de reconhecimento institucional de um bem cultural permanece seletivo e permeado por relações de poder que legitimam certas expressões em detrimento de outras, muitas vezes enraizadas nas camadas populares e nas tradições marginalizadas. É nesse contexto que se insere a reflexão sobre a cachaça: bebida que atravessa séculos da história brasileira, marcada por sentidos afetivos, econômicos e identitários, mas que ainda não foi oficialmente registrada como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Conforme argumenta Silva (2019), a ausência de reconhecimento oficial da cachaça no plano imaterial explicita as hierarquias simbólicas que orientam o campo patrimonial, onde nem sempre a importância histórica, econômica ou cultural garante a legitimidade institucional. Ao não figurar entre os bens consagrados como expressão da identidade nacional, a cachaça permanece situada em um limbo entre o valor simbólico amplamente reconhecido e a validação jurídica ainda pendente. Assim, discutir a

patrimonialização da cachaça significa também refletir sobre os critérios que definem o que é digno de memória, de proteção e de celebração no imaginário coletivo.

Ao analisar o patrimônio cultural, especialmente em sua dimensão imaterial, é necessário compreender que se trata não apenas de um reconhecimento legal, mas de uma disputa simbólica, histórica e política em torno da memória e dos modos de vida. O reconhecimento oficial significaria não apenas a proteção de suas práticas e modos de produção, mas também o fortalecimento da identidade brasileira frente às dinâmicas globais de mercado e cultura.

A identidade nacional se constrói a partir de símbolos, tradições e saberes que atravessam gerações, reforçando o sentimento de pertencimento e memória coletiva. Para Capistrano de Abreu (1998) a identidade nacional brasileira foi construída a partir de disputas políticas e interesses das elites. No Brasil, as elites desempenharam um papel fundamental na construção dessa identidade, promovendo uma ideia homogênea de nação. O nacionalismo²¹ foi usado como ferramenta para consolidar símbolos e valores comuns. No entanto, elementos culturais populares, como a cachaça, apesar de seu vínculo histórico com o ciclo da cana-de-açúcar e revoltas contra a metrópole, foram marginalizados em favor de símbolos mais alinhados ao projeto elitista de identidade nacional (Schwarcz, 1998).

A construção dos símbolos nacionais nunca foi um processo neutro ou espontâneo, mas sim um fenômeno historicamente condicionado, atravessado por interesses políticos, sociais e culturais que orientam a formação da identidade coletiva.

Como observa Oliven (1989), a escolha dos emblemas de uma nação está intrinsecamente ligada à condução da coisa pública e à necessidade de assegurar a reprodução da ordem estabelecida. No Brasil, esse processo foi seletivo, privilegiando elementos que reforçassem determinados valores e excluindo outros que, por suas origens ou associações, não correspondiam ao projeto simbólico da nação. A cachaça, apesar de sua presença marcante na cultura popular desde o período colonial, jamais foi oficialmente alçada à posição de símbolo nacional, permanecendo à margem das representações oficiais da identidade brasileira.

Enquanto o futebol, o samba e a feijoada foram, ao longo do tempo, incorporados ao imaginário nacional como expressões autênticas da brasilidade, a

²¹ Para Montserrat Guibernau o nacionalismo pode ser definido como um “sentimento de pertencer a uma comunidade cujos membros se identificam com um conjunto de símbolos, crenças e estilos de vida, e têm a vontade de decidir sobre seu destino político comum” (Guibernau, 1997, p. 56). Ainda de acordo com a mesma autora, o nacionalismo é uma ideologia ligada ao surgimento e à consolidação do Estado nacional, fundamentando-se nos princípios de soberania popular e democracia, ambos influenciados pelas revoluções americana e francesa.

cachaça seguiu um percurso distinto, marcado por silenciamentos e estigmatizações. Historicamente associada às camadas populares, à escravidão e aos setores marginalizados da sociedade, a bebida enfrentou resistência institucional e preconceito simbólico. Sua produção e comercialização foram, por séculos, reprimidas por políticas estatais e desvalorizadas pelas elites, que viam na cachaça um traço indesejado da cultura brasileira, em contraste com o prestígio atribuído a bebidas estrangeiras, como o vinho e o uísque. Essa rejeição revela a permanência de uma hierarquia cultural que persiste até os dias atuais, operando de forma seletiva na legitimação de símbolos nacionais.

Para Silva (2019), a ausência da cachaça entre os emblemas oficiais da identidade brasileira expõe os mecanismos de exclusão que determinam o que é digno de representar uma nação. O autor compara sua trajetória à de outros elementos consagrados como símbolos nacionais. A feijoada, por exemplo, embora de origem afrodescendente, foi ressignificada dentro de uma lógica de miscigenação que reforçava o ideal de uma nação harmônica e unificada. Inicialmente praticado pelos filhos dos diplomatas, embaixadores e industriais, o futebol rapidamente se popularizou e passou a expressar valores como criatividade, superação e alegria, características associadas à ideia de um povo vibrante e singular. Já o samba, embora enraizado em manifestações populares diversas, foi nacionalizado a partir do modelo dos desfiles de carnaval do Rio de Janeiro, com estrutura em alas, compasso regular e letras voltadas à exaltação da pátria, ocultando a riqueza das tradições regionais que o originaram.

Diferentemente desses elementos, a cachaça não percorreu o mesmo caminho de consagração simbólica. Apesar de sua profunda inserção na cultura popular e de sua presença histórica desde o período colonial, permaneceu relegada a um lugar secundário, reconhecida, no máximo, como produto típico, mas privada do *status* de emblema nacional. Essa distinção não é casual: reflete escolhas políticas e culturais que moldam o imaginário coletivo, legitimando certas expressões enquanto mantêm outras à margem.

Foi apenas tardiamente que a cachaça começou a ser revalorizada e incorporada a discursos de identidade nacional, mas ainda sem alcançar o mesmo patamar de reconhecimento de outros ícones. Seu processo de legitimação passou pelo viés econômico e mercadológico, com a regulamentação da produção e a busca por reconhecimento internacional, mas não pela consagração como símbolo oficial da brasilidade (Silva, 2019).

Sendo assim, é possível inferir que a identidade nacional não é um reflexo espontâneo da cultura de um povo, mas uma construção social e política, orientada por interesses específicos e sustentada por narrativas que legitimam determinados valores em detrimento de outros. A cachaça, permaneceu à margem desse processo, ilustrando como os símbolos nacionais são selecionados para atender a determinadas estruturas de poder e reproduzir concepções preestabelecidas. Essa marginalização institucional não diminui a importância da cachaça como elemento central da cultura brasileira.

A cachaça possui um valor simbólico significativo para as comunidades em que é produzida e consumida. Em diversas regiões, a bebida se tornou parte essencial da cultura local, ultrapassando sua função de produto alcoólico e adquirindo significado identitário para a população. Esse valor cultural se estende até mesmo àqueles que não consomem bebidas alcoólicas, pois a cachaça está presente em práticas culturais, eventos comunitários e até mesmo em rituais religiosos, sendo utilizada em cerimônias e celebrações especiais (Silva, 2018; Azambuja, 2023).

Em várias regiões do Brasil, a cachaça se configura como uma importante fonte de renda e empregos, consolidando-se como um setor fundamental para a economia local. Pequenos produtores, muitas vezes de caráter familiar, dependem diretamente da produção e comercialização da bebida para sustento, o que reforça seu valor cultural e econômico (Azambuja, 2023).

Outro aspecto a ser destacado é a interdependência entre os fatores técnicos e culturais na produção da cachaça. Cada produtor e cada região possuem técnicas e tradições próprias, que conferem à bebida uma identidade única e também contribuem para sua ampla diversidade no Brasil. Dessa forma, para se apreciar plenamente a riqueza da cachaça brasileira, é essencial compreender e valorizar tanto seus aspectos técnicos quanto suas dimensões históricas e culturais (Bertoncello; Silva; Godinho, 2016).

Além dos aspectos técnicos da cadeia de produção da cachaça, há fatores culturais, históricos, sociais e econômicos que influenciam diretamente a sua indústria. Os aspectos culturais são fundamentais para a cadeia produtiva da cachaça, uma vez que moldam a forma como a bebida é produzida e consumida em diferentes regiões do país. Essas influências se materializam nas tradições locais, que variam desde o uso de ingredientes específicos até as técnicas de fermentação e destilação, passando pelo tipo de madeira utilizado no envelhecimento. Essa diversidade contribui para a riqueza de sabores e aromas presentes na cachaça brasileira (Azambuja, 2023).

Até o momento da elaboração desta pesquisa, a cachaça figura apenas como objeto de avaliação, não tendo sido formalmente inscrita nos livros do Patrimônio Cultural Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No entanto, em maio de 2025, durante o Festival da Cachaça de Brasília, foi anunciado o início do processo de registro do modo de fazer a cachaça de alambique como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, uma iniciativa que representa um avanço importante na valorização dos saberes e práticas que sustentam essa tradição secular (Correio Braziliense, 2025).

O caso da cachaça revela tensões fundamentais no campo do patrimônio cultural. Os critérios estabelecidos pelas normativas do IPHAN, embora sustentados por princípios técnicos e jurídicos, muitas vezes refletem disputas mais profundas sobre pertencimento, legitimidade e visibilidade simbólica. Como apontam Braga e Kyotani (2015), a cachaça reúne atributos suficientes para ser reconhecida como expressão legítima da identidade nacional, configurando-se como elo entre tradição, território e modos de vida. Sua exclusão prolongada dos registros patrimoniais evidencia, contudo, as limitações e seletividades que permeiam os processos de legitimação cultural no Brasil.

Nesse sentido, torna-se urgente uma reavaliação crítica das políticas de patrimonialização, sobretudo no que se refere às práticas populares, aos saberes locais e às expressões historicamente marginalizadas. Tavares, Dantas e Nóbrega (2015) observam que a valorização efetiva da cachaça como bem cultural passa pelo reconhecimento de sua história, dos sujeitos envolvidos em sua produção e das tramas culturais que a mantêm viva no presente. Como afirmou Câmara Cascudo, “só amamos e praticamos o que verdadeiramente conhecemos”. O vínculo com a cachaça, enquanto cultura enraizada, ofício ancestral e linguagem do território, exige uma postura ética de escuta, valorização e pertencimento, um compromisso que transcende o consumo e se inscreve na ordem do reconhecimento simbólico e da memória coletiva.

O reconhecimento da cachaça como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil ultrapassa a formalidade jurídica: trata-se de um gesto político, simbólico e social de alta relevância. Em primeiro lugar, porque a cachaça constitui uma das expressões mais autênticas da identidade brasileira, atravessando séculos de história, marcando celebrações, rituais, resistências e modos de viver que seguem vivos nas comunidades que a produzem. Em segundo lugar, porque reconhecer sua centralidade cultural representa um ato de reparação simbólica frente ao silenciamento a que foi submetida por uma lógica elitista, que historicamente relegou os saberes populares a uma posição

marginal. Além disso, a patrimonialização protege não apenas um produto, mas os modos de vida que o sustentam: pequenos produtores, famílias, lugares e comunidades que veem na cachaça não só uma fonte de renda, mas uma herança viva que atravessa gerações. A formalização do reconhecimento oficial também contribuiria para potencializar a dimensão educativa da cachaça, evidenciando os entrelaçamentos entre história, território, técnica e cultura. Torná-la patrimônio nacional significa, em última instância, ampliar o repertório daquilo que se considera digno de memória coletiva e, com isso, afirmar que as culturas populares constituem o Brasil profundo, e não apenas suas margens.

Diante da ausência de reconhecimento oficial da cachaça como patrimônio cultural imaterial do Brasil, apesar de sua relevância histórica, simbólica e territorial, torna-se evidente a necessidade de pensar formas mais amplas e integradas de valorização dos saberes e práticas locais. Essa reflexão conduz ao próximo capítulo, que propõe uma abordagem do turismo não apenas como atividade econômica, mas como possibilidade de regeneração dos vínculos culturais, sociais e ambientais.

3. TURISMO: ENTRE SISTEMAS, REGENERAÇÕES E PERTENCIMENTOS²²

O presente capítulo propõe uma travessia conceitual e crítica pelo campo do turismo, partindo de suas definições clássicas e reducionistas, até alcançar propostas que o reposicionam como prática ética, estética e territorial. O turismo aqui não é compreendido como mero deslocamento de corpos no espaço, nem como simples atividade econômica, mas como fenômeno complexo, relacional e situado, um sistema vivo que entrelaça naturezas, culturas, subjetividades e paisagens. A leitura proposta assume como chave interpretativa a teoria da complexidade (Morin), articulada à abordagem sistêmica (Beni) e à noção de ecossistema turístico (Beni e Moesch), que permite compreender o turismo como uma trama dinâmica de interdependências, afetos, memórias e disputas.

Emerge com potência, a partir dessa perspectiva, o conceito de turismo regenerativo (Bellato; Frantzeskaki; Nygaard, 2023), apresentado não como técnica ou adjetivação, mas como mudança de paradigma, uma virada epistemológica e ontológica diante das insuficiências do modelo sustentável. O turismo regenerativo é compreendido como prática de cuidado e reciprocidade, voltada à restauração dos vínculos entre pessoas, territórios e mundos possíveis (Bellato; Pollock, 2023). Suas premissas dialogam com diferentes campos do conhecimento, atravessando fronteiras disciplinares e epistemológicas.

Neste trabalho, a abordagem é inspirada por pensadores e pensadoras cujas contribuições ampliam a compreensão do fenômeno turístico em direção a um paradigma relacional, ético e complexo. No entanto, trata-se de um campo em expansão, aberto à interlocução com múltiplas perspectivas críticas e cosmológicas. A inserção da ecosofia, da ecologia profunda e das Epistemologias do Sul contribui para que o turismo regenerativo seja compreendido não como importação de modelos universais, mas como escuta situada, como gesto político-poético de regeneração da vida em sua multiplicidade.

²² Para acompanhar a leitura deste capítulo, sugere-se a escuta de Cio da Terra, na interpretação de Pena Branca e Xavantinho, canção que brota como reza antiga, celebrando a sementeira, o suor e a dignidade do trabalho no chão do mundo. Seus acordes reverberam os ciclos silenciosos da vida, feitos de espera, cuidado e pertença. Mais que um canto sobre a terra, é um chamado à escuta sensível dos territórios, dos saberes cultivados com o tempo e das relações que o turismo regenerativo busca reencantar. Como o próprio cio, é um estremecimento vital que anuncia a possibilidade de germinar outros modos de viver e habitar.

Aqui a cachaça é carinhosamente chamada de **Água da Vida**. Expressão antiga associada à ancestralidade das bebidas destiladas em várias línguas.

3.1 TURISMO

De acordo com Barretto (1995) a primeira definição conhecida de turismo remonta a 1911 e foi proposta pelo economista austríaco Hermann von Schullern, que o descreveu como o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado. Moesch (2002) observa que entre as duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945), economistas de países europeus como França, Inglaterra e Alemanha, dedicaram esforços consideráveis para compreender o turismo, resultando na criação da renomada Escola Berlinesa, em 1929, sediada na Universidade de Berlim. Essa escola concentrou-se no estudo do turismo, influenciando várias definições subsequentes do fenômeno, todas enfatizando sua dimensão econômica, refletindo assim a formação dos pesquisadores da época.

Já a chamada Escola Portuguesa apresenta conceituações mais atuais a respeito do turismo e faz do turista o aspecto central. Para Moesch (2002), o turista é alguém em trânsito, cuja escolha de viajar é influenciada por percepções, interpretações, motivações, restrições e incentivos. Esses elementos refletem expressões, atitudes e práticas ligadas a aspectos psicológicos, educacionais, culturais, técnicos, econômicos, sociais e políticos. Gomes *et al.* (2008), ressaltam que a análise puramente econômica não é suficiente para entender completamente esse fenômeno complexo e diversificado. É crucial reconhecer seu valor como fenômeno social e humano, atravessado por múltiplas dimensões que se manifestam de modo dinâmico nos territórios.

Essa compreensão mais ampla do turismo demanda o abandono de perspectivas lineares e reducionistas, abrindo caminho para a adoção da teoria da complexidade como chave interpretativa. Para Morin (2005), a complexidade exige que se compreenda o todo com base nas interações entre as partes, integrando o incerto, o contraditório e o multidimensional. Nesse sentido, compreender o turismo por essa ótica implica reconhecê-lo como um fenômeno multifacetado e relacional, em que os sentidos emergem das conexões entre natureza, cultura, economia e subjetividades.

Conforme proposto por Beni e Moesch (2017), o turismo deve ser compreendido como um ecossistema, um sistema dinâmico, adaptativo e interdependente, cujos elementos não podem ser analisados de forma isolada. Inspirados nos pressupostos da complexidade de Morin, os autores defendem que o fenômeno turístico está inserido em uma rede de relações multifacetadas que envolvem dimensões econômicas, sociais, culturais, ambientais e simbólicas.

A partir dessa perspectiva, o turismo deixa de ser apenas fluxo de pessoas ou atividade econômica, para ser entendido como um fenômeno territorializado, que se manifesta por meio de interações complexas e interdependentes entre sujeitos, paisagens, saberes e práticas. O território, então, se apresenta como um palco vivo de sentidos, onde os vínculos e os afetos desempenham papel central na construção da experiência turística. Nesse contexto, a fenomenologia do turismo não está apenas nas experiências sensoriais do viajante, mas nas camadas de significados que emergem da relação entre os visitantes, os visitados e o lugar.

Beni e Moesch ressaltam que

Hoje, dentro dos desafios do mundo contemporâneo, urge desvelar as relações ecossociais dos sistemas complexos, relações cujos produtos e efeitos são necessários à sua própria regeneração, isto é, à sua própria existência, em que se constitui o campo social - anfitrião e turista - do turismo dos sistemas complexos em que se constitui o turismo. (Beni e Moesch, 2017, p.432)

Essa visão fenomenológica e ecossistêmica se articula, de forma complementar, à abordagem sistêmica, que permite compreender o turismo como um sistema aberto, dinâmico e integrado, sujeito a fluxos constantes de transformação. A abordagem sistêmica, como destacam Beni e Moesch (2017), favorece uma leitura do turismo que reconhece a complexidade dos arranjos sociais e territoriais que o conformam, bem como as tensões, os conflitos e as possibilidades regenerativas que dele emergem. O turismo, assim, revela-se como uma expressão da vida em movimento, cujos efeitos extrapolam o consumo e alcançam as esferas do cuidado, da memória e de uma ética ambiental sensível às dinâmicas dos territórios.

A abordagem sistêmica possibilita, portanto, uma leitura mais crítica e engajada do fenômeno turístico, capaz de evidenciar tanto os processos de apropriação simbólica dos territórios quanto as contradições geradas por modelos excludentes e predatórios.

Compreender a problemática do desenvolvimento crescente do turismo é relevante não só à medida que seus produtores, vendedores, intermediários e consumidores continuam produzindo, vendendo e consumindo sem limites ou critérios, sem outro fim que o próprio benefício do primeiro e a satisfação egoísta do consumidor, como pela persistência do problema, disfarçado nas concepções implícitas do seu conceito como negócio, que invade o tratamento das localidades e culturas, como demarcam as ações das políticas públicas. Essa postura, de uma cultura de mercado capitalística, desconhece e desconsidera a essência do fenômeno turístico, que exerce uma pressão crescente sobre a produção da subjetividade social, o ecossistema, o modo estético, a herança cultural, existentes nas localidades, gerando agenciamentos possíveis de ressignificação junto à realidade, por meio da relação entre visitantes e visitados cada vez mais fugazes. (Beni e Moesch, 2017, p.432)

Tal compreensão, ancorada na abordagem sistêmica, permite revelar os impactos do turismo sobre as territorialidades, os modos de vida e os ecossistemas, evidenciando a urgência de modelos mais sensíveis, que reconheçam os limites do crescimento desmedido e da lógica capitalística que orienta grande parte das políticas públicas e iniciativas privadas no setor. No entanto, ao lado dessa leitura estrutural e crítica, é possível, e necessário, lançar mão de abordagens que aprofundem a dimensão relacional e simbólica do turismo, compreendendo-o também como uma trama viva, feita de encontros, afetos e narrativas em constante (re)construção.

É nesse sentido que Ávila (2023) propõe pensar o fenômeno como Turismo-Trama, convocando a enxergar o todo com seus nós, enlances e desenlaces. Para o autor, tramar o turismo é reconhecer sua natureza rizomática, aberta e inacabada, forjada nas relações entre visitantes, visitados, comunidades e ecossistemas. Não como peças fixas de um sistema, mas como sujeitos que se afetam mutuamente, inscrevendo sentidos nos territórios e produzindo possibilidades de regeneração.

Desse modo, ao invés de restringir a análise a categorias ou tipologias fixas, como o turismo de cachaça ou o turismo de experiência, que embora operacionais em certos contextos, não capturam a complexidade viva e relacional do fenômeno observado, impõe-se a necessidade de percorrer caminhos que acolham os vínculos, as memórias, as potências e também as contradições inscritas nos territórios. Trata-se de abandonar a lógica da extração racionalizada de recursos, materiais e simbólicos, e de reconhecer que as relações entre pessoas, ecossistemas e saberes locais precisam ser regeneradas, não apenas preservadas.

É nesse horizonte que o turismo regenerativo se revela não como um modelo a ser aplicado, mas como uma possibilidade ética e epistemológica de reconfiguração das práticas turísticas. Ele emerge como resposta sensível aos dilemas e feridas do território, propondo não mais a adaptação do turismo aos moldes sustentáveis do desenvolvimento, mas a transformação profunda das formas de estar, conhecer e habitar os lugares (Silva; Nascimento; Silva; Soares, 2025). Nessa perspectiva, o turismo deixa de ser um vetor de consumo e passa a ser um gesto de cuidado com a terra, com os modos de vida, com os tempos lentos da memória e com os fios invisíveis que costuram pertencimentos (Bellato; Frantzeskaki; Nygaard, 2023; Silva; Nascimento; Silva; Soares, 2025).

O turismo regenerativo surge como resposta viva e pertinente. Mais do que uma (re)formulação das práticas turísticas, ele representa um convite à restauração ativa das tramas da vida: ecossistemas são revitalizados, laços comunitários reconstruídos, e a

relação entre cultura, identidade e lugar é ressignificada a partir de uma ética do cuidado (Becken; Kaur, 2021).

Pensar o turismo a partir dessa trama viva de relações é, antes de tudo, um ato de esperança e de responsabilidade ética. É compreender que os territórios não são espaços vazios a serem explorados, mas tecidos sensíveis compostos por histórias, vínculos e ecologias singulares.

3.2 TURISMO REGENERATIVO

A compreensão do Turismo Regenerativo exige, como ponto de partida, o entendimento do paradigma regenerativo que o alicerça. Embora esse conceito possa parecer recente no setor de turismo, suas raízes se estendem por décadas em diversas áreas, marcando uma evolução na forma de se conceber a interação entre os sistemas naturais e humanos.

Nesse sentido, a emergência desse novo pensamento pode ser compreendida à luz da teoria de Thomas Kuhn. Em seu influente livro *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Kuhn popularizou o conceito de paradigma como o conjunto de crenças, valores e técnicas que uma comunidade, seja ela científica, acadêmica ou social, compartilha e que orienta suas ações. Um paradigma é a lente através da qual o mundo é visto. Conforme o próprio autor, o paradigma "indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas etc., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada" (Kuhn, 1998, p. 218).

A transição de um paradigma para outro não ocorre de forma gradual, mas por meio de uma revolução. Uma mudança de paradigma radical acontece quando o modelo vigente já não consegue resolver as anomalias e crises que se acumulam (Kuhn, 1998).

Nesse contexto, a ideia central do paradigma regenerativo é que esses sistemas naturais e humanos estão constitutivamente ligados, influenciando-se e coevoluindo (Bellato; Pollock, 2023; Rocha Pereira *et al.*, 2024). A evolução é justamente a transição de uma visão fragmentada, mecanicista e reducionista para uma visão holística e orgânica, na qual todos esses sistemas são vistos como partes de um todo vivo e interdependente.

Para Bellato e Pollock (2023), a emergência do pensamento regenerativo, segundo a noção de Thomas Kuhn sobre paradigmas e suas transformações, marca uma mudança significativa impulsionada por uma nova percepção sobre a vida e os sistemas. Dentro dessa nova perspectiva, o paradigma regenerativo adota uma cosmovisão

ecológica. Esta visão concebe todas as formas de vida como sistemas vivos, também chamados de Sistemas Adaptativos Complexos (SAC), que estão constitutivamente entrelaçados em outros sistemas vivos maiores (Silva; Nascimento; Silva; Soares, 2025). Nela, todos os seres são vistos como sujeitos aos princípios e leis naturais que a vida na Terra desenvolveu ao longo de bilhões de anos.

Essa nova maneira de pensar foi moldada por contribuições de diversos pensadores e correntes, que foram essenciais para a formação do paradigma regenerativo conforme o quadro a seguir.

Quadro 2: Marcos teóricos do paradigma regenerativo e seus desdobramentos

| Autor(es) | Obra(s) / Conceito original | Desdobramentos | Referência posterior |
|---------------------------------|---|---|-----------------------------------|
| Charles Krone | Origens do pensamento de sistemas vivos (1960) | A perspectiva de que os seres humanos podem e devem alinhar-se e coevoluir com os processos naturais do planeta. | Mang & Reed (2019) |
| Fritjof Capra | O Ponto de Mutação (1982) e A Teia da Vida (1997); ideia de "crise de percepção" e desconexão com a natureza. | A compreensão de que muitos desafios humanos derivam de uma falha em alinhar o pensamento com o funcionamento da natureza. | Du Plessis & Brandon (2015) |
| Mollison e Holmgren | Fundadores do movimento da permacultura (1970) | Forte influência no pensamento regenerativo de sistemas vivos, promovendo práticas agrícolas sustentáveis inspiradas na natureza. | Mang & Reed (2019) |
| Donella Meadows e colaboradores | Limites do Crescimento (1972); Lugares para Intervir em um Sistema (1997). | Aplicação da compreensão de sistemas naturais para prever impactos da atividade humana e conceituar transformações sistêmicas no nível de mudança de paradigma. | Du Plessis (2012); Pollock (2015) |
| James Lovelock | Hipótese de Gaia; a Terra como um sistema vivo (1987) | Formação da base para uma crescente comunidade de | Konietzko et al. (2023) |

| | | | |
|---------------|--|--|-----------------------------|
| | | cientistas da vida que veem o planeta como um organismo interconectado. | |
| Janine Benyus | Biomimética ²³ : Inovação Inspirada na Natureza; conceito de biomimética (1997) | Despertou interesse em aprender e aplicar os princípios dos sistemas naturais na inovação e no <i>design</i> , trazendo o pensamento de sistemas vivos para diversas áreas de aplicação. | Du Plessis & Brandon (2015) |

Fonte: adaptado de Bellato; Pollock (2023)

Na esteira desses marcos teóricos e conceituais, Bellato e Pollock (2023) analisam como o pensamento regenerativo encontrou aplicação e desdobramentos em diversos campos, pavimentando o caminho para sua consolidação em setores econômicos e sociais. As autoras destacam que a aplicação inicial desses conceitos em campos como a arquitetura, o planejamento urbano e a agricultura, foi crucial para seu avanço nos negócios. Nesse contexto, apontam a relevância de:

- Carol Sanford, uma voz proeminente no desenvolvimento de negócios regenerativos, que fundou a *Regenerative Business Community* em 1992.
- O Regenesis Group, reconhecido globalmente por aplicar princípios regenerativos a projetos de desenvolvimento desde 1995 e que publicou, em 2012, o artigo seminal *Designing from place: a regenerative framework and methodology* (Mang & Reed, 2012), delineando princípios essenciais focados em transformações de mentalidade.
- Paul Hawken, com *A Ecologia do Comércio: uma Declaração de Sustentabilidade* (1993), que contribuiu para a conceituação das economias como ecossistemas interconectados com a natureza (Du Plessis & Cole, 2011).

Ainda segundo a análise de Bellato e Pollock (2023), as contribuições mais recentes para essa expansão incluem:

- John Fullerton, do Capital Institute, que divulgou um relatório influente em 2015, *Capitalismo Regenerativo – Como Princípios e Padrões Universais Moldarão Nossa Nova Economia*, explorando como os princípios naturais

²³ Biomimética: termo derivado do grego *bios* (vida) e *mimesis* (imitação). Disciplina que busca soluções inovadoras e sustentáveis para desafios humanos pela imitação de *designs*, processos e sistemas presentes na natureza, os quais foram otimizados por bilhões de anos de evolução. O conceito foi popularizado por Janine Benyus (1997)

podem guiar a criação de uma economia que gere valor para todos os envolvidos, humanos e não-humanos, de forma contínua (Sheldon, 2022).

- Sanford e Haggard (2020), em *The Regenerative Economic Shaper*, que propõem estruturas regenerativas que impulsionam o desenvolvimento de economias focadas na "gestão sábia" de sistemas vivos integrais.
- Nomes como Giles Hutchins, Michelle Holliday, Daniel Wahl, Konietzko *et al.* (2023) e Major e Clarke (2021), que têm desempenhado um papel ativo na incorporação de conceitos regenerativos em diversos setores, incluindo, notadamente, o turismo.

É nesse cenário de crescente percepção e aplicação do paradigma regenerativo em múltiplos domínios que o setor do turismo busca redefinir suas práticas (Bellato; Pollock, 2023). A constatação de que as transformações necessárias à sociedade não têm ocorrido de maneira integral, nem no ritmo adequado, impulsionou a emergência da chamada cultura da regeneração e do *design* regenerativo. Para alguns, essa abordagem apenas eleva os níveis de ambição da sustentabilidade; para outros, contudo, constitui uma mudança de paradigma na relação entre o ser humano e a natureza. Gradualmente, esse movimento começa também a se consolidar no campo do turismo, dando origem ao Turismo Regenerativo (Rocha Pereira *et al.*, 2024).

A noção de regeneração ultrapassa a lógica restrita da conservação e da manutenção dos recursos de um território, pois implica restaurar e revitalizar condições ecológicas, sociais e culturais comprometidas pela intervenção humana. Esse conceito emerge como resposta à percepção da insuficiência do paradigma da sustentabilidade diante da crise planetária, evidenciando a urgência de avançar rumo ao reequilíbrio dos ecossistemas e ao fortalecimento das comunidades locais. Nesse horizonte, delineia-se uma relação de interdependência e reciprocidade entre o turismo e o ambiente que o sustenta. Assim, o termo regenerativo projeta-se como proposta que expande o campo turístico para além da sustentabilidade, inserindo-o em uma ética de restauração e coevolução (Rocha Pereira *et al.*, 2024). O crescimento recente desse enfoque no turismo vincula-se, portanto, à procura por alternativas capazes de superar as limitações do modelo sustentável tradicional e de responder, de maneira mais profunda e integrada, às múltiplas crises ecológicas, sociais e civilizatórias.

Quando confrontado com a potência expressiva da arte, o conceito de regeneração, ganha novas camadas de sentido. As telas de Portinari não são apenas registros de um tempo, mas verdadeiras interpelações éticas que obrigam a olhar para as

dores da terra e de seu povo. Colocadas neste contexto, as obras convidam o leitor a compreender que a regeneração, no turismo ou em outras esferas, somente se efetiva mediante o reconhecimento das marcas da perda e da injustiça, transformadas em caminhos de cuidado e reconstrução.

Figura 7: Os Retirantes de Candido Portinari²⁴



Fonte: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/83879-retirantes>.

²⁴ As obras de Candido Portinari *Os Retirantes* e *Criança Morta*, ambas de 1944, foram inseridas com o intuito de estabelecer um diálogo visual com a reflexão proposta. As pinturas representam, de forma contundente, deslocamentos humanos forçados por múltiplas adversidades, como a escassez de recursos hídricos, a degradação ambiental, a fome, a pobreza extrema e a desestruturação social. Criadas no contexto do sertão nordestino brasileiro e, por extensão, do Brasil profundo, essas obras permanecem inquietantemente atuais, podendo ser transpostas para inúmeros cenários geográficos contemporâneos e denunciando a persistência de desigualdades, injustiças ambientais e crises humanitárias em escala planetária. Em suas telas, Portinari não apenas retrata, mas narra, em pinceladas densas e expressivas, a saga de um povo, transformando sua pintura em manifesto visual e instrumento de denúncia social.

Figura 8: Criança Morta de Candido Portinari

Fonte: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/83877-crianca-morta>

Em um mundo marcado pelo agravamento das mudanças climáticas, pelas catástrofes ambientais recorrentes e pelo colapso de sistemas sociais e econômicos, o turismo regenerativo emerge como uma proposta ontológica e ética, não como uma técnica, mas como uma possibilidade de reconexão entre seres humanos, territórios e processos vitais de cura e transformação.

Nesse sentido, o turismo regenerativo configura-se como uma abordagem que transcende a conservação, buscando ativamente a restauração das áreas visitadas. Esta perspectiva transforma não apenas o ambiente, mas também a maneira como o turismo é compreendido e praticado (Dredge, 2022; Bellato; Pollock, 2023; Bellato, Frantzeskaki; Nygaard, 2023).

Dianne Dredge reforça que

O turismo regenerativo, em sua forma mais simples, busca garantir que as viagens e o turismo reinvestam nas pessoas, nos lugares e na natureza, e que apoiem a renovação e o florescimento de longo prazo de nossos sistemas socioecológicos. Dar o salto para uma mentalidade regenerativa no turismo tem sido difícil, em parte, devido ao forte apego da área ao pensamento científico e à gestão estratégica. Foi apenas por meio do trabalho contínuo e árduo de líderes de pensamento e de profissionais que o termo começou

recentemente a atrair a atenção da comunidade científica e dos governos (ver, por exemplo, Pollock, 2015, 2019, e a Global Regenerative Tourism Initiative). Junto a essa mudança regenerativa, há também uma crescente conscientização sobre a convergência e a importância dos saberes indígenas e de formas holísticas de conhecer. O conhecimento indígena ilustra o valor de outras maneiras profundamente incorporadas de saber, agir e estar no mundo, e continuará a desafiar o paradigma científico dominante (Kelly, 2016; Neale e Kelly, 2021) (Dredge, 2022, p. 271) (tradução nossa).²⁵

Segundo Alhitmi, Rahman e Bayram (2024), o turismo regenerativo representa um avanço em relação aos conceitos tradicionais de responsabilidade e sustentabilidade, promovendo práticas que envolvem ativamente as comunidades locais e incentivam os turistas a adotarem comportamentos regenerativos. Além disso, em contextos de crise, essa abordagem oferece soluções práticas, orientadas pela experiência e inovação (Paddison; Hall, 2024; Tham; Sharma, 2023).

Pesquisas brasileiras apontam o potencial do turismo regenerativo para impulsionar transformações significativas no setor. Rocha Pereira *et al.* (2024) analisam experiências de turismo regenerativo no Brasil, evidenciando seu papel essencial na recuperação de ambientes locais e na valorização das culturas tradicionais. Além disso, Rodrigues (2024) ressalta a importância desse paradigma no contexto da sustentabilidade, promovendo uma abordagem mais abrangente para o desenvolvimento responsável. Dessa forma, o turismo regenerativo se destaca como uma alternativa promissora para alinhar o setor aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, contribuindo para uma regeneração ecológica e social duradoura (Duxbury *et al.*, 2020; Rocha Pereira *et al.*, 2024).

O turismo regenerativo busca promover o florescimento e a vitalidade dos lugares, fomentando a restauração de ecossistemas, o fortalecimento das comunidades locais e a valorização da cultura e do patrimônio. Sua abordagem se fundamenta em princípios como: conservação e regeneração ambiental, desenvolvimento socioeconômico local, valorização cultural, *co-design* e engajamento, fortalecimento de relações e uma visão integrativa (Rocha Pereira *et al.*, 2024).

A conservação e regeneração ambiental têm como foco a recuperação de áreas degradadas e a proteção da biodiversidade nos destinos turísticos. Esse princípio

²⁵ *Regenerative tourism, at its simplest, seeks to ensure travel and tourism reinvest in people, places and nature and that it supports the long-term renewal and flourishing of our social-ecological systems. Making the leap to a regenerative mindset in tourism has been difficult in part because of the field's deep attachment to scientific thinking and strategic management. It is only through the sustained hard work of thought leaders and practitioners that the term is only now starting to attract the attention of the research community and governments (see, for example, Pollock, 2015, 2019 and The Global Regenerative Tourism Initiative). Along with this regenerative shift, there is also growing awareness of the alignment and significance of indigenous knowledge and holistic ways of knowing. Indigenous knowledge illustrates the value of other deeply embodied ways of knowing, acting and being in the world, and it will continue to challenge the dominant scientific paradigm (Kelly, 2016; Neale and Kelly, 2021).*

ênfatisa o uso responsável dos recursos naturais, incentivando práticas que não apenas minimizam o impacto ambiental, mas também contribuem ativamente para a regeneração dos ecossistemas afetados pelo turismo (Dredge, 2022; Alhitmi; Rahman; Bayram, 2024). Dentro dessa perspectiva, o turismo regenerativo também estimula a agricultura como estratégia para manter o equilíbrio dos ecossistemas locais e reduzir a pressão sobre os recursos naturais, garantindo que o setor prospere de maneira ecologicamente responsável (Becken; Kaur, 2021)

Outro princípio fundamental do turismo regenerativo é o desenvolvimento socioeconômico local, que busca gerar oportunidades de renda para as comunidades envolvidas. Por meio do incentivo a negócios locais e da promoção de iniciativas de educação e capacitação profissional, essa abordagem visa fortalecer as populações locais, promovendo um desenvolvimento econômico mais equitativo e sustentável (Paddison; Hall, 2024). Além disso, esse princípio estimula a criação de empregos e a valorização da mão de obra local, fortalecendo a economia das comunidades anfitriãs e reduzindo sua dependência de capital externo (Tham; Sharma, 2023).

O turismo regenerativo coloca a valorização cultural das comunidades anfitriãs como uma prioridade, incentivando a preservação do patrimônio cultural, o respeito às tradições e costumes locais e a promoção de um intercâmbio cultural genuíno entre turistas e residentes (Bellato; Pollock, 2023). Esse princípio busca garantir que as práticas turísticas respeitem e celebrem a diversidade cultural dos destinos, evitando a homogeneização ou a descaracterização dos costumes locais. Além disso, a valorização cultural fortalece o orgulho da comunidade por sua herança e contribui para a preservação de práticas culturais que, de outra forma, poderiam ser ameaçadas pela globalização e pela pressão do turismo (Duxbury *et al.*, 2020).

Estabelecer conexões genuínas entre viajantes, comunidades locais e o meio ambiente é um dos pilares do turismo regenerativo (Matunga; Matunga; Ulrich, 2020). Esse princípio busca criar relações autênticas que vão além das interações comerciais, promovendo um senso de interdependência e respeito mútuo (Tavares-Dalmau, 2024). Ao fortalecer esses laços, o turismo regenerativo proporciona aos visitantes uma experiência mais profunda e significativa do destino, ao mesmo tempo em que gera um impacto positivo nas comunidades locais e reforça a conexão entre o ser humano e a natureza (Matunga; Matunga; Ulrich, 2020; Bellato; Frantzeskaki; Nygaard, 2023).

Nesse contexto de valorização intrínseca dos lugares e de busca por abordagens que transcendem uma visão meramente extrativista, torna-se relevante examinar a aplicabilidade do turismo regenerativo em realidades locais específicas, onde a

conexão com os sistemas vivos e modos de vida é palpável. É o caso de Jandaia do Sul, *locus* desta pesquisa, um território no interior do Brasil onde a ruralidade e a agricultura ainda constituem a espinha dorsal econômica e cultural, exemplificada pela produção artesanal de cachaça. Compreender como o turismo pode ser uma força de regeneração nesses contextos agrários e comunitários desvela perspectivas significativas para o desenvolvimento local.

Sob essa perspectiva, a abordagem apresentada pelo Professor Doutor Humberto Thomé Ortiz (2025), durante o 13º Congresso Brasileiro de Turismo Rural em Gramado, contribui para ampliar a compreensão sobre o papel estratégico do turismo regenerativo em territórios rurais. Ortiz (2025) defende que, diante das múltiplas funções desempenhadas pelo campo, como a produção de alimentos, a preservação dos recursos naturais e o cuidado com as águas, o turismo deve ser considerado uma ferramenta complementar e não substitutiva, que fortaleça os modos de vida rurais. Para isso, propõe-se uma lógica regenerativa, capaz de superar as limitações da sustentabilidade prevista na Agenda 2030. Segundo ele, há zonas rurais marcadas por fragmentações ecológicas profundas, onde o turismo regenerativo pode operar como mecanismo de reparação e reconexão.

Sua abordagem convoca também uma compreensão holística do rural como uma interface biocultural, expressão que descreve as interconexões entre práticas culturais e formas de vida humanas e não humanas. Ortiz (2025) argumenta que a gestão do turismo deve adotar uma lógica de trama, onde todos os elementos estão interligados de maneira recíproca. Ademais, destaca a importância de se pensar o turismo a partir de uma perspectiva de justiça, sobretudo considerando os impactos históricos de marginalização e aculturação impostos aos territórios rurais. Essa dimensão ética da regeneração é essencial para que o turismo não reforce desigualdades, mas contribua para reparar e ressignificar os espaços.

Nesse horizonte de reflexão sobre a regeneração e a justiça nos territórios rurais, as artes visuais oferecem chaves potentes de interpretação. Obras que dialogam com o trabalho humano e com os impactos ambientais podem ser compreendidas como metáforas visuais das tensões e esperanças que atravessam os espaços rurais. Ao evocar imagens como as de Candido Portinari e de Mundano, não se busca apenas ilustrar o argumento, mas reforçar, por meio da arte, a dimensão da luta pela dignidade do trabalho, pela preservação da vida e pela denúncia das violências históricas e ambientais. As figuras a seguir, portanto, funcionam como janelas interpretativas, capazes de condensar esteticamente a complexidade discutida neste capítulo e de

anunciar a necessidade de um turismo que regenere não apenas paisagens, mas também modos de existir e de pertencer.

Figura 21: O Lavrador de Candido Portinari²⁶



Fonte: <https://masp.org.br/acervo/obra/o-lavrador-de-caffe>

Figura 22: O Brigadista de Mundano



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/10/mural-com-cinzas-de-queimadas-no-centro-de-sp-critica-desmonte-ambiental.shtml>

²⁶ Lavrador de Café (1934), de Candido Portinari, sintetiza em traços e cores a força e a exaustão do trabalho no campo, expondo as tensões sociais e econômicas que moldaram a história rural brasileira. Décadas depois, o artista e ativista Thiago Mundano reinterpreta essa obra em Brigadista (2021), um mural de 1.000 m² criado com cinzas da Floresta Amazônica e de outros biomas brasileiros devastados pelo fogo. Ao transpor o lavrador para a figura de um combatente de incêndios florestais, Mundano atualiza a denúncia, deslocando-a do café para a emergência climática. O diálogo entre as duas obras ecoa como manifesto visual, convocando à consciência crítica e à ação regenerativa diante das injustiças ambientais e sociais que persistem.

A abordagem de Ortiz (2025), também alerta para os riscos de práticas meramente sustentáveis que ocultam lógicas extrativistas. Ele defende a necessidade de se desenhar um turismo consciente e justo, que contribua para a resiliência das localidades diante de crises como as provocadas pela pandemia da COVID-19 e pelo agravamento do clima. Seus apontamentos, ao mesmo tempo em que reafirmam o turismo regenerativo como horizonte deste capítulo, ampliam a compreensão de sua pertinência e urgência, sobretudo em territórios rurais. A ênfase na consciência e na justiça convida a uma reflexão que ultrapassa a crítica às práticas sustentáveis limitadas e aponta para a necessidade de um reposicionamento ético e político do turismo. Nesse sentido, a ruralidade emerge não apenas como cenário de regeneração das paisagens, mas como campo de recriação dos modos de vida, das relações sociais e das experiências de pertencimento.

Em territórios como os do interior do Brasil, marcados por monoculturas, apagamentos e degradações, onde o homem e a mulher do campo resistem e reinventam cotidianamente seus modos de viver, o turismo regenerativo representa a chance de restaurar não apenas a paisagem física, mas também os vínculos afetivos, os modos de vida e os horizontes de dignidade.

Nesse cenário, o turismo regenerativo configura-se como uma prática concreta de reconstrução de vínculos entre o passado e o futuro, entre o lugar e aqueles que o habitam ou o visitam com respeito e escuta, entre memória e pertencimento.

Trata-se, portanto, de uma prática estética e política, ética e poética. Um convite à escuta atenta, à valorização das singularidades locais e à construção de novos sentidos para o turismo, onde cuidado, compromisso e imaginação configuram caminhos possíveis para a regeneração dos territórios e das relações. Assumir o turismo regenerativo é ousar construir um outro mundo possível. Um mundo onde os passos dos viajantes não deixem pegadas de destruição, mas sementes de pertencimento, de cuidado e de beleza viva, capazes de inspirar relações mais justas com os territórios e com todos os seres que os habitam.

Essa visão de um turismo que constrói pontes e deixa sementes de pertencimento encontra eco em diversas iniciativas ao redor do mundo. É a partir de experiências reais que os princípios regenerativos deixam de ser uma utopia poética e se tornam práticas concretas. A seção a seguir explora alguns desses projetos, demonstrando como a teoria do turismo regenerativo se manifesta em ações, contribuindo para a construção de uma nova realidade em diferentes localidades, para diversas comunidades.

3.2.1 Ecos do turismo regenerativo: exemplos de aplicação

O avanço do capitalismo neoliberal, articulado à lógica homogeneizadora da globalização, tem desempenhado papel central na intensificação das mudanças climáticas em escala planetária. Nesse contexto, o modelo de turismo ancorado no crescimento ilimitado e na exploração do turismo de massa revela sua fragilidade diante do agravamento das crises ambientais e das catástrofes que incidem diretamente sobre os destinos e seus entornos. Diante desse cenário, impõe-se a urgência de aprofundar investigações que apontem caminhos de mitigação dos impactos socioambientais e que fortaleçam práticas de turismo regenerativo, capazes de viabilizar a transição para um paradigma orientado ao equilíbrio ecológico, à equidade social e à justiça socioecológica (Bellato *et al.*, 2023).

Complementando essa perspectiva, Cechin (2010) ressalta a lógica evidente de que a exploração contínua e infinita não pode ser sustentada em um planeta com recursos limitados. A Figura 23, por sua vez, manifesta visualmente a urgência da lógica ressaltada por Cechin (2010), ao retratar um mural que clama pelo fim dos crimes ambientais no Brasil.

Figura 23: Mural gigante pede o fim dos crimes ambientais no Brasil²⁷



Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/10/23/parem-a-destruicao-mundano-inaugura-mural-gigante-no-centro-de-sp-feito-com-cinzas-de-queimadas-e-lamas-de-enchente.ghtml>

²⁷ O artista e ativista Thiago Mundano inaugurou no Centro Financeiro de São Paulo um dos maiores murais da América Latina, com cerca de 1.600 m², retratando a líder indígena Alessandra Munduruku. A obra foi realizada com pigmentos obtidos de cinzas da Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal, resultantes de queimadas e desmatamento, além de lama das enchentes históricas que atingiram o Rio Grande do Sul em maio de 2024. A iniciativa denuncia crimes ambientais e pressiona a empresa Cargill a cumprir a promessa de eliminar produtos associados ao desmatamento de sua cadeia de suprimento.

Diante disso, como aponta Taibo (2019), a adoção de medidas mais decisivas é essencial para responder ao risco iminente de um colapso planetário. Para Duxbury *et al.* (2020), é fundamental adotar uma abordagem mais consciente e proativa, na qual o próprio turismo se torne uma fonte de benefícios para o meio ambiente.

O turismo regenerativo se dedica a conceber atividades que resgatem conhecimentos ancestrais, tradicionais e evocam nos visitantes um senso de pertencimento a uma força planetária interconectada. Esse sentimento, por sua vez, inspira o respeito e a proteção da natureza (Araneda, 2023).

No campo do turismo, a abordagem regenerativa encontra aplicabilidade em diversos segmentos, desde que as experiências sejam construtivas para todos os participantes. A variedade de casos práticos a seguir evidencia essa aplicabilidade, apresentando exemplos de sucesso em diferentes contextos geográficos e culturais.

Esses exemplos foram selecionados para ilustrar o conceito de ecossistemas regenerativos no turismo, baseando-se nos sete princípios de Pollock (2023), que orientam a jornada em direção à regeneração: *Plenty* (suficiência, em oposição ao excesso), *People* (pessoas como parceiros e não apenas consumidores), *Place* (o destino como um lugar com identidade, e não um produto), *Purpose* (um senso de propósito que vai além do lucro), *Pull* (atração de visitantes alinhados aos valores do anfitrião), *Pace* (um ritmo de viagem que permite a imersão, e não a pressa) e *Protection* (a defesa proativa do ambiente natural e cultural).

Cada caso prático descrito aqui serve para demonstrar a manifestação de princípios específicos, e não a aplicação perfeita de todos os sete. Nesse sentido, os casos práticos apresentados não têm a intenção de ser uma demonstração de perfeição regenerativa, bem pelo contrário, eles reforçam a compreensão de que o turismo regenerativo é um processo contínuo e incremental. Ao retratar esses exemplos, buscou-se ilustrar como diferentes iniciativas estão em variados estágios de desenvolvimento, priorizando os princípios mais relevantes para suas realidades locais

Na Itália, a região da Toscana se destaca como um exemplo de turismo regenerativo, adotando uma estratégia que visa contrapor os impactos do turismo de massa e preservar a identidade única da área. O modelo toscano se concentra em revitalizar o patrimônio cultural e natural, ao mesmo tempo em que promove a sustentabilidade econômica das comunidades locais. Essa abordagem se sustenta no agriturismo, que consiste na recuperação de antigas propriedades rurais e na sua conversão em acomodações para visitantes. Essa prática não apenas preserva a arquitetura e o estilo de vida tradicionais, mas também oferece uma fonte de renda

direta para os agricultores, diversificando sua economia e incentivando a manutenção de paisagens históricas, como vinhedos e olivais. Os hóspedes, por sua vez, não são apenas visitantes, mas participantes de uma experiência imersiva na vida rural, conectando-se diretamente com o lugar e as pessoas (Rossi, 2017)

Paralelamente, o enoturismo regenerativo na Toscana vai muito além da simples degustação de vinhos. Os visitantes são convidados a entender o *terroir*, a história das famílias produtoras e os métodos de cultivo que valorizam a agricultura orgânica e a saúde do solo. Essa experiência profunda cria um senso de propósito e de conexão com a paisagem, reforçando a importância da conservação. Coletivamente, essas iniciativas demonstram como o turismo pode ser uma ferramenta para a regeneração. Ao valorizar a produção local, o conhecimento tradicional e o ritmo lento da vida rural, a Toscana mostra um caminho onde a atividade turística se torna uma força ativa na revitalização de seu patrimônio, conforme observado em estudos sobre a região (Rossi, 2017)

Aves de la Sierra, projeto iniciado em 2023 na Serra de Huelva, Espanha, constitui um exemplo emblemático de turismo regenerativo voltado à revitalização de comunidades rurais em risco de despovoamento. A iniciativa adota um modelo de hospitalidade coletiva, no qual a experiência turística é vivida de forma integrada com toda a comunidade anfitriã, e não apenas mediada por prestadores individuais de serviço. Atuando nos municípios de Hinojales, La Nava e Linares, o projeto valoriza o patrimônio natural e cultural local, promovendo relações baseadas na reciprocidade, no pertencimento e no cuidado com o território (Miedes-Ugarte; Flores-Ruiz, 2025).

Conectado à plataforma francesa *Les Oiseaux de Passage*, o Aves de la Sierra amplia sua visibilidade e articula-se com redes europeias de hospitalidade alternativa, sem abrir mão da autonomia local. A governança das narrativas e serviços turísticos permanece com as comunidades envolvidas, assegurando que o turismo funcione como ferramenta de regeneração ecológica, social e simbólica, e não como forma de apropriação ou homogeneização cultural (Miedes-Ugarte; Flores-Ruiz, 2025).

Na Austrália o turismo regenerativo ganhou destaque em uma região turística bastante visitada na Tasmânia durante a crise pandêmica, revelando-se como um conjunto de práticas e processos capazes de remodelar profundamente o setor. Um restaurante local tornou-se referência ao adotar estratégias que permitiram transformar desafios em oportunidades para regenerar o território e fortalecer a comunidade. O Timbre Kitchen, localizado no Vale do Tamar, no norte da Tasmânia (Austrália), é um restaurante inserido em uma vinícola na região de Legana. O espaço se destaca como uma iniciativa exemplar de turismo regenerativo, ao adotar práticas que vão além da

sustentabilidade e buscam transformar as relações entre gastronomia, comunidade e meio ambiente. Entre essas práticas está a valorização de fornecedores locais, que fortalece pequenos produtores e reduz a dependência de cadeias globais de abastecimento. O restaurante também promove o uso de práticas de troca e escambo, com destaque para a moeda comunitária *Timbre money*, que estimula a circulação de recursos no próprio território. No âmbito da gastronomia, adota o aproveitamento integral dos alimentos e cardápios sazonais, concebidos de acordo com a produção agrícola disponível, o que reduz o desperdício e reforça o vínculo com os ciclos naturais (Gerke; Adams; Ooi; Dahles, 2023).

Outro eixo de atuação é a compostagem, realizada em parceria com fornecedores e produtores locais, fechando o ciclo de reaproveitamento dos resíduos orgânicos. Além disso, o restaurante integra arte e cultura locais ao cotidiano do espaço, oferecendo palco para artistas experimentais e conectando a experiência gastronômica à produção simbólica da comunidade. O modelo de hospitalidade é construído sobre uma perspectiva comunitária, em que os clientes são tratados como convidados e não meros consumidores, estabelecendo vínculos de pertencimento (Gerke; Adams; Ooi; Dahles, 2023).

A experiência mostrou que a inserção local e o compromisso com mudanças sociais são elementos essenciais para que empresas de turismo avancem para práticas regenerativas. Romper com o *status quo* implica substituir velhos modelos por novas formas de agir (Gerke; Adams; Ooi; Dahles, 2023).

No Brasil, o turismo regenerativo tem se destacado como uma ferramenta poderosa em diversas iniciativas, especialmente em comunidades rurais e indígenas. Sua aplicação visa fortalecer a economia local e preservar o valioso patrimônio cultural. Na comunidade indígena Yawanawá, o turismo regenerativo manifesta-se em práticas que articulam memória, espiritualidade e sustentabilidade (Martins, 2019).

Destaca-se o Festival Mariri, realizado anualmente na Aldeia Mutum, e o Festival Yawa, que funcionam como espaços de celebração ritual e de fortalecimento da identidade cultural. Projetos de registro e revitalização da língua, como a literatura infantil bilíngue, e empreendimentos comunitários voltados à comercialização de produtos tradicionais, como urucum, óleos e artesanatos também são realizados. Nessa comunidade, programas de turismo regenerativo têm sido fundamentais para o resgate e o fortalecimento da identidade cultural, contribuindo para a revitalização de sua língua e de seus costumes ancestrais. Simultaneamente, a atividade turística proporciona uma fonte de renda vital, assegurando a autonomia e o desenvolvimento

econômico da comunidade (Martins, 2019).

Outro caso interessante é o Uakari Lodge, localizado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, na Amazônia. Gerenciado pela Associação Amigos do Peixe-boi e pelo Instituto Mamirauá, o projeto integra o turismo à conservação ambiental. Sua missão é promover ativamente a proteção da biodiversidade amazônica, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades de desenvolvimento econômico para as comunidades ribeirinhas por meio de atividades turísticas que são ao mesmo tempo educativas e sustentáveis (Barbosa, 2019).

O Refúgio das Curucacas, localizado em Ponta Grossa, no Paraná, emerge como um exemplo interessante da aplicação prática dos princípios do turismo regenerativo. A análise do local revela a integração bem-sucedida dos cinco pilares do planejamento regenerativo: ética e estética, relações regenerativas, senso de lugar, identidade orgânica e *design*, evidenciando como a teoria pode ser traduzida em ações concretas (Flemming, Moreira, Albach e Forbeck, 2023).

Na esfera da ética e estética, destaca-se o uso de produtos e materiais locais, a captação de água de poço artesiano, o emprego de energia limpa e a implementação de banheiros ecológicos e sistemas de reciclagem. Em termos de relações regeneradoras, evidencia-se o comprometimento com práticas de permacultura, experiências como o Banho de Floresta, resgate de memória por meio da Caminhada da Macela, consumo de bens locais e inclusão comunitária. O sentido de lugar é fortalecido por meio de trilhas interpretativas, valorização de produtos regionais e revivência cultural. Com relação à identidade orgânica, a atuação com autóctones e o cuidado com os ecossistemas revelam uma abordagem responsável e coletiva. Finalmente, o *design* do *camping* prioriza a harmonia visual com o entorno, utiliza materiais sustentáveis e cria ambientes definidos para conexão estética e reflexão ambiental (Flemming, Moreira, Albach e Forbeck, 2023).

O Ibiti Projeto, localizado nas montanhas de Minas Gerais, próximo ao Parque Estadual do Ibitipoca, é um empreendimento socioambiental que se destaca como um modelo de turismo regenerativo no Brasil. O projeto se posiciona como um organismo vivo, dedicado a restaurar ecossistemas degradados e revitalizar a vida social e econômica da região. A abordagem do projeto abrange alguns pilares-chave do turismo regenerativo: na regeneração ambiental, o projeto foca na restauração de paisagens e na reconexão de fragmentos da Mata Atlântica em seus mais de 6 mil

hectares. Investimento em iniciativas de *rewilding*²⁸ através da reintrodução de espécies nativas como a jacutinga e o lobo-guará, simbolizam um compromisso com a recuperação da biodiversidade local (Ibiti Projeto, s.d.).

Em relação à comunidade e pessoas, o Ibiti Projeto atua diretamente no empoderamento da população local. Ao gerar mais de 300 empregos, incentivar o empreendedorismo e a economia circular, o projeto evidencia o princípio de que o turismo deve beneficiar diretamente os moradores. Uma das vilas locais, a Vila Mogol, foi revitalizada com a reocupação rural e se tornou um exemplo de comunidade baseada em hospitalidade, sustentabilidade e inovação. As experiências autênticas são utilizadas como ferramenta para financiar as iniciativas socioambientais. As acomodações e atividades são projetadas para uma imersão profunda, com foco em bem-estar, gastronomia *farm-to-table*²⁹ e um ritmo que permite aos visitantes se reconectarem com a natureza e com sua própria essência (Ibiti Projeto, s.d.).

Os casos anteriormente expostos, em sua diversidade, demonstram a singularidade de iniciativas que se constroem a partir do respeito aos territórios e da valorização de quem os habita. São exemplos inspiradores, que demonstram como a regeneração pode ser aplicada em contextos geográficos, sociais, ecológicos, econômicos e culturais distintos. Pesquisas indicam que destinos que adotaram práticas de turismo regenerativo observaram melhorias na qualidade de vida das comunidades locais, redução da degradação ambiental e aumento da conscientização ambiental entre os visitantes (Smith; Brown; Garcia, 2020).

Tais práticas, que buscam um convívio ético entre lugares, moradores e visitantes, mostram que a regeneração é possível. Para compreender a essência e as implicações de uma proposta verdadeiramente regenerativa, que se afaste da lógica extrativista, a próxima seção convoca o pensamento de uma ciranda de autores. Esse conjunto de vozes oferece o arcabouço filosófico, ético, amoroso e político para uma abordagem fundamentada e autêntica, capaz de ser aplicada à realidade de Jandaia do

²⁸ *Rewilding* é uma abordagem de conservação da natureza que busca restaurar processos naturais em ambientes degradados ou alterados, permitindo que a natureza cuide de si mesma. O termo pode ser traduzido como renaturalização, ou retorno à vida selvagem. O principal objetivo do *rewilding* é o de aumentar a biodiversidade e a resiliência dos ecossistemas. Em vez de gerenciar a natureza de forma intensiva, como em um jardim ou plantação, o *rewilding* propõe a criação de condições para que a vida selvagem e os processos naturais, como a reintrodução de animais-chave, moldem a paisagem e restaurem o equilíbrio ecológico.

²⁹ O conceito *farm-to-table*, ou do campo à mesa, é uma filosofia alimentar que busca conectar os consumidores diretamente com os produtores de alimentos. Em sua essência, valoriza a origem, a frescura e a sazonalidade dos ingredientes, promovendo uma cadeia alimentar mais curta e transparente.

Sul e suas singularidades.

3.2.2. Diálogos interdisciplinares para o turismo regenerativo

O objetivo desta seção não é meramente apresentar uma lista de autores, mas convocá-los para um diálogo, uma ciranda de pensadores, que funcione como lente teórica e metodológica da dissertação. Os autores aqui reunidos oferecem um conjunto de conceitos que, em sua interconexão, permitem sair da lógica fragmentada do turismo convencional e adotar uma visão mais complexa, ética e contra-hegemônica.

Para aprofundar essa compreensão, o turismo regenerativo requer ir além incorporando contribuições filosóficas e éticas que ampliam a perspectiva sobre o papel do turismo na regeneração da vida.

A partir dessa ciranda, cada passo subsequente da pesquisa será guiado por esses olhares, garantindo que esse arcabouço teórico seja o fundamento que costura as ações e as propostas do planejamento estratégico que serão detalhadas no capítulo final.

O ponto de partida para essa jornada teórica é a visão de Anna Pollock (2020), uma das principais vozes na vanguarda do turismo regenerativo. Seu trabalho é fundamental para entender que a transição para um modelo regenerativo não é uma simples questão de gestão, mas uma profunda mudança de paradigma que exige, primeiramente, uma redefinição de como conceber o ato de viajar, os destinos e o próprio papel do turismo na sociedade.

Para Anna Pollock (2020), o turismo regenerativo exige uma transformação radical na maneira como compreender os lugares. A autora afirma: “O turismo regenerativo começa com a percepção de que os destinos não são produtos para serem vendidos, mas lugares vivos, cheios de significado, história e potencial” (Pollock, 2020, p. 3).

Em vez de recursos a serem explorados, os territórios são reconhecidos como organismos vivos, cheios de histórias, vínculos, identidades e potências. Esse novo olhar implica romper com a lógica extrativista, fragmentada e mercantilizada do turismo convencional, e adotar uma visão relacional, sistêmica e ética. A abordagem está ancorada em princípios fundamentais: interdependência entre todos os seres vivos e ecossistemas; reconhecimento dos territórios como entidades vivas e sagradas; centralidade das comunidades locais como protagonistas dos processos; criação de valor

a partir da reciprocidade; regeneração de paisagens, vínculos, saberes, práticas e imaginários; valorização do cuidado como eixo estruturante das relações.

Nesse sentido, a Ecosofia de Félix Guattari (1990), a Ecologia Profunda (*Deep Ecology*) de Arne Naess (2005) e o pensamento complexo de Edgar Morin (2005) oferecem aportes fundamentais para repensar os vínculos entre seres humanos, natureza e cultura. A Ecosofia de Guattari (1990) propõe a interdependência entre três ecologias: ambiental, social e subjetiva. Guattari (1990) argumenta que qualquer crise, seja ela ambiental ou social, é inseparável da crise subjetiva do indivíduo. Portanto, uma ação turística verdadeiramente regenerativa, orientada por essa lente, não pode se limitar à preservação ambiental, mas deve também promover a vitalidade das relações sociais na comunidade local e o acolhimento das múltiplas subjetividades existentes, de modo que o turista, assim como os moradores, reconheça-se como parte do ecossistema e não como um observador externo.

A Ecologia Profunda³⁰ de Naess (2005), por sua vez, complementa essa visão ao propor uma ética biocêntrica, em oposição à lógica antropocêntrica que domina a modernidade. Naess argumenta que todos os seres vivos possuem valor intrínseco, independentemente de sua utilidade para os seres humanos (Naess, 2005). Essa perspectiva sugere que o turismo regenerativo deve ir além da mera sustentabilidade, questionando a própria relação de domínio e exploração da natureza. O turista, sob essa ótica, é convidado a uma ruptura ética, reconhecendo a interconexão com todas as formas de vida³¹ do território visitado e agindo com responsabilidade e reverência.

O pensamento complexo de Morin (2005) contribui com a noção de que o mundo e seus sistemas vivos não podem ser compreendidos de forma fragmentada, mas em suas múltiplas inter-relações e incertezas. Em vez de buscar soluções lineares, Morin (2005) defende uma abordagem que acolhe a complexidade. A partir de sua teoria, é possível inferir que o ato de regenerar, no contexto do turismo, exige reconhecer os vínculos invisíveis entre economia, cultura e ecologia, cultivando a

³⁰ Diferencia-se da chamada ecologia rasa, voltada prioritariamente à gestão ambiental em benefício humano, ao enfatizar a necessidade de transformações profundas nas formas de pensar, agir e se relacionar com a natureza. A ecologia profunda é regida por sete princípios centrais, entre eles: (1) o valor intrínseco de todas as formas de vida; (2) a riqueza e diversidade dessas formas como valores em si mesmos; (3) a rejeição da visão antropocêntrica; (4) a defesa de uma diminuição substancial da intervenção humana sobre a natureza; (5) o reconhecimento da interdependência entre todos os seres; (6) a necessidade de mudanças nas estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas vigentes; e (7) o compromisso individual e coletivo com práticas que fortaleçam essa visão holística (Naess, 2005).

³¹ Aldo Leopold (1949), formulou a chamada ética da terra, propondo a inclusão de solos, águas, plantas e animais na comunidade moral. Para o autor, o ser humano deveria abandonar a posição de conquistador e reconhecer-se como parte integrante dessa comunidade mais ampla. Sua máxima ética, frequentemente citada, afirma que uma ação é correta quando preserva a integridade, a estabilidade e a beleza da comunidade biótica, e incorreta quando gera o efeito oposto.

solidariedade entre seres e territórios. O planejamento turístico, nesse sentido, deve ser flexível, adaptativo e capaz de integrar diferentes lógicas e visões de mundo.

A partir dessas bases, o diálogo aprofunda-se em uma ética de compromisso e participação. O pensamento de bell hooks³²(2021), que eleva o amor a uma prática política em um contexto de escassez de debates públicos sobre o tema na cultura atual, encontra ressonância em autoras como Castro, Santos e Souza (2024). Elas argumentam que o amor, como ato político e revolucionário, propõe uma ética nas relações que leva em consideração outros sentimentos importantes no reconhecimento da dignidade humana: confiança, afeto, compromisso, respeito e liberdade. Em conjunto com a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, que concebe a educação como um processo de libertação e conscientização, esses pensadores unem-se para oferecer perspectivas interessantes para um planejamento estratégico que seja dialógico e horizontal. Eles guiam para uma prática onde a comunidade é protagonista e o cuidado é o princípio organizador, promovendo um processo de sensibilização que leva à conscientização e à emancipação dos sujeitos a se tornarem agentes da própria história, em uma abordagem que se contrapõe às lógicas de imposição e exploração, e que pavimenta o caminho para uma transformação autêntica do território.

Para bell hook (2021), o cuidado como princípio organizador é indissociável de uma ética amorosa consciente. Ela salienta que

Abraçar uma ética amorosa significa utilizar todas as dimensões do amor — 'cuidado, compromisso, confiança, responsabilidade, respeito e conhecimento' — em nosso cotidiano. Só podemos fazer isso de modo bem-sucedido ao cultivar a consciência. Estar consciente permite que examinemos nossas ações criticamente para ver o que é necessário para que possamos dar carinho, ser responsáveis, demonstrar respeito e manifestar disposição de aprender. Entender o conhecimento como um elemento essencial do amor é vital, pois somos diariamente bombardeados com mensagens que nos dizem que o amor está relacionado ao mistério, ao que não podemos conhecer (hook, 2021, p. 114)³³

³² A autora Gloria Jean Watkins adotou o pseudônimo de bell hooks em homenagem à sua bisavó materna, Bell Blair Hooks. A escolha, no entanto, veio acompanhada de uma decisão radical e política: a de escrever seu nome em letras minúsculas. Essa grafia não foi uma mera formalidade estilística, mas sim um gesto deliberado de resistência. Ao se recusar a capitalizar seu nome, hooks buscava desviar o foco de sua individualidade e de seu ego, direcionando a atenção para a substância de suas ideias. O uso do nome minúsculo é, portanto, um ato simbólico de desconstrução das hierarquias e da centralidade da autoria, reforçando a mensagem de que a força de sua obra reside no seu conteúdo e na sua capacidade de reverberar coletivamente, e não na fama de sua pessoa.

³³ Na obra Tudo sobre o Amor: Novas Perspectivas, a autora bell hooks convida à reflexão sobre o amor como algo que transcende um mero sentimento. Ela argumenta que aprofundar a capacidade de amar exige que o amor seja compreendido e praticado como uma ação deliberada, e não apenas como um substantivo. Ao longo do livro, a autora explora diversas esferas da experiência humana e da socialização, levantando questões cruciais sobre a natureza do amor. A obra, assim, incentiva o leitor a enxergar e refletir sobre o amor como um elemento político e coletivo, essencial para a transformação da sociedade.

Entre os pensadores que contribuem para uma compreensão mais ética e contra-hegemônica do turismo, destaca-se a filósofa argentina María Lugones (1995). Embora sua obra seja centrada em questões de gênero e interseccionalidade, seu conceito de *world-traveling*, ou viajar por mundos, oferece uma ferramenta poderosa para repensar o ato de viajar. Para Lugones (1995), essa não é uma travessia literal, mas um deslocamento afetivo, epistemológico e ético, que convida a habitar outros mundos sociais e culturais com abertura e cuidado. Viajar por mundos exige uma percepção amorosa, que se contrapõe ao olhar arrogante e colonial, e a ludicidade, entendida como a capacidade de brincar com as diferenças e construir pontes entre modos de vida. Nesse sentido, o turismo regenerativo pode ser compreendido como um exercício de *world-traveling*, um viajar com e habitar junto, que se lança ao encontro de saberes, territórios e subjetividades outras.

O conceito de cosmopolítica, desenvolvido pela filósofa belga Isabelle Stengers (2018), oferece uma ferramenta poderosa. Embora Stengers (2018) não seja uma pesquisadora do Sul global, seu trabalho é fundamental para criar pontes entre diferentes visões de mundo. A cosmopolítica propõe uma forma de política sensível às múltiplas existências, humanas e não humanas, e às situações concretas em que se entrelaçam saberes, práticas e afetos. Em diálogo com a noção de ecologia de saberes, essa perspectiva fortalece a ideia de que os processos regenerativos não devem ser guiados por modelos universais, mas por escutas situadas, respeitadas e comprometidas com os mundos possíveis que emergem de cada lugar.

A visão regenerativa ganha profundidade e contexto ao se conectar com pensadores que criticam o modelo hegemônico e colonial de desenvolvimento, pautado na uniformidade e no crescimento econômico. O turismo regenerativo se propõe, assim, como uma alternativa que valoriza os saberes plurais e as cosmologias diversas, dialogando diretamente com as Epistemologias do Sul, de Santos e Meneses (2013). O conceito, central para Santos e Meneses (2013), questiona a hegemonia do conhecimento científico ocidental e valoriza os saberes produzidos por comunidades tradicionais e grupos marginalizados.

Nesse sentido, a contribuição de Arturo Escobar (1995; 2005; 2008) ao debate do pós-desenvolvimento é crucial. O autor questiona a própria noção de desenvolvimento como uma imposição ocidental que homogeneiza e destrói modos de vida. Essa crítica abre caminho para a compreensão de que o turismo regenerativo não é uma mera melhoria do modelo tradicional, mas sim uma abordagem paradigmática que emerge da valorização de práticas e saberes locais.

Ailton Krenak (2019) reforça essa perspectiva ao argumentar que a noção de um "mundo melhor" se torna insustentável quando o projeto civilizatório vigente trata a maior parte da humanidade como descartável. Essa ideia desafia o turismo a ir além da preservação, questionando seu papel diante das desigualdades estruturais. A crítica de Krenak sobre a fragmentação de mundos se aprofunda na seguinte reflexão:

Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos (Krenak, p.14, 2019)

A partir dessa crítica, Krenak (2019) conduz o debate para um questionamento central ao refletir sobre o profundo descolamento entre diferentes visões de mundo, que coexistem em uma mesma humanidade. Ele questiona como é possível construir pontes entre aqueles que dependem da natureza para sua subsistência, o rio para a vida, e aqueles que a enxergam apenas como um recurso a ser consumido. Para Krenak (2019), o grande desafio é encontrar um lugar de diálogo que permita o reconhecimento mútuo e a superação dessa lógica fragmentada.

Essa lente crítica, construída por essa ciranda de pensadores, possibilita o distanciamento do conceito de turismo regenerativo das abordagens convencionais. A crítica a essas lógicas, manifestada nas contribuições de autores como Escobar e Krenak, conduz a um questionamento central: como repensar o próprio conceito de desenvolvimento? A seção a seguir aprofundará essa discussão, diferenciando o desenvolvimento regional tradicional, frequentemente atrelado a um modelo hegemônico e extrativista, da abordagem do desenvolvimento regenerativo, que busca a construção de um futuro ético, equitativo e viável para o território e todas as suas formas de vida.

3.3 (DES)ENVOLVIMENTO REGIONAL

As definições iniciais de desenvolvimento regional estavam fundamentadas na noção de crescimento econômico, seja como sinônimo, seja como condição necessária, embora insuficiente, para alcançar o chamado desenvolvimento econômico. Ainda não havia um consenso mínimo sobre o tema, mas o debate foi inicialmente conduzido pela Economia, justamente por essa perspectiva. Isso ocorreu porque todo o arcabouço da economia política clássica foi estruturado com base na ideia de crescimento econômico, com o propósito de compreender e explicar a consolidação do então emergente sistema de produção capitalista (Correa; Silveira; Kist, 2019). Essa perspectiva, como destacam Lima e Simões (2009), manifesta um processo que ocorre de maneira desigual, fortalecendo as regiões mais dinâmicas em detrimento das menos dinâmicas. Esse processo reflete, por sua vez, tanto aspectos internos quanto interdependentes das regiões.

A noção de desenvolvimento regional surge da preocupação com as dimensões subnacionais, especialmente diante da concentração territorial da produção e dos desafios enfrentados pelos agentes econômicos (Monastério; Cavalcante, 2011). Na prática, não há diferença substancial entre o desenvolvimento de uma nação e de uma região, mas as explicações para ambos os casos podem ser diferentes, devido às questões de escala, características socioespaciais, históricas e autonomia administrativa.

De acordo com Correa, Silveira e Kist (2019), a região reflete a totalidade social à medida que suas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas, evoluindo conforme o modo de produção e suas fases. Além disso, a região também influencia o desenvolvimento de outras estruturas, tornando-se um elemento essencial na dinâmica da totalidade social e de seus movimentos.

Para enfatizar o conceito de desenvolvimento regional, a região é compreendida como o resultado de um processo histórico que a moldou. Portanto, defende-se que o desenvolvimento regional pressupõe uma ruptura de perspectiva, pois como processo histórico, exige uma transformação das bases sociais e econômicas, mudanças estruturais e sobretudo, uma estratégia construída conjuntamente entre os diferentes atores da região (Correa; Silveira; Kist, 2019).

Cruz (2020) explica que, para analisar o turismo como estratégia para o desenvolvimento regional, é importante lembrar que o planejamento regional no Brasil, isto é, o período em que o Estado brasileiro começou a formular políticas de caráter regional, remonta à década de 1950. Nesse contexto, destacam-se a criação de

organismos de fomento ao desenvolvimento regional, como a SUDENE³⁴ (1959) e a SUDAM³⁵ (1966). Durante esse período histórico, o turismo passou a integrar as estratégias de desenvolvimento regional de forma periférica, em comparação ao papel central da promoção da industrialização e da modernização da agricultura. Foi somente na década de 1990 que o turismo emergiu como uma política específica de desenvolvimento regional.

Considerando a necessidade de regionalização e gestão da atividade turística, Tomazzoni (2007) propõe uma dimensão econômica do desenvolvimento regional baseado no turismo. Os elementos que identificou no desenvolvimento regional são: determinação espacial; desigualdade inter-regional; consequências; sustentabilidade ambiental e inclusão social. Quanto aos elementos do desenvolvimento do turismo, segundo o mesmo autor, são: oferta e procura; desempenho; prioridade; exportação; circuito de produção; interatividade extra regional; equalização inter-regional; e acessibilidade.

A concretização do objetivo principal do desenvolvimento regional através do turismo depende da gestão eficaz de três dimensões e da gestão da articulação entre elas: a dimensão econômica, a dimensão organizacional e a dimensão cultural. Desta forma, todos os elementos da dimensão econômica e da dimensão cultural serão consolidados, se houver uma ação deliberada, de acordo com a implementação dos elementos da dimensão organizacional. Assim, para identificar e diagnosticar a configuração da oferta turística é necessário planejamento e conhecimento, pois a configuração da oferta é essencial para o reconhecimento e mapeamento da realidade regional, para efeito de uma sistemática de gestão (Tomazzoni, 2007; Sousa-Santos; Silva-Pereira, 2020).

Ainda de acordo com Tomazzoni (2007), os elementos da dimensão cultural do turismo têm a virtude de fortalecer os valores culturais, antropológicos e econômicos. O autor defende que a cultura popular, que o turismo sintetiza, representa e projeta as relações sócio humanísticas que a atividade promove e, considerando a comunidade, inclui todas as tradições, estilos de vida, costumes, sistemas de produção e expressão

³⁴ SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste foi criada em 1959, com o objetivo de planejar e coordenar políticas de desenvolvimento regional no Nordeste brasileiro. Extinta em 2001, foi recriada em 2007. Atualmente funciona como autarquia federal.

³⁵ SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia surgiu em 1966, substituindo a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Teve como finalidade promover o desenvolvimento da região amazônica por meio de incentivos fiscais e investimentos. Também extinta em 2001, foi recriada em 2007. Segue em funcionamento como autarquia federal.

de talentos (Sousa-Santos; Silva-Pereira, 2020).

Cada um dos elementos do desenvolvimento regional pode ser aplicado na dimensão cultural. No entanto, deve-se considerar uma definição espacial baseada nas identidades culturais locais, que permita a identificação das externalidades criadas pela cultura, a sustentabilidade das identidades culturais e a forma como a cultura garante a inclusão social. Da mesma forma, os elementos específicos do desenvolvimento turístico regional aplicam-se à dimensão cultural, pois “a cultura regional constitui uma oferta diversificada de atrativos, gerando um circuito produtivo e garantindo a satisfação das diferentes demandas do mercado” (Tomazzoni, 2007, p. 180).

Para viabilizar a integração dos elementos da dimensão econômica e cultural do turismo, Tomazzoni (2007) define como estruturantes da dimensão organizacional, os seguintes elementos: poder e capital social, gestão sistêmica, divulgação e imagem, mercadologia e comercialização, planejamento, empreendedorismo e inovação e conhecimento.

Devido à gestão eficaz das três dimensões de Tomazzoni (2007), bem como à gestão da articulação entre elas, configura-se o desenvolvimento regional (Paixão, 2013). Assim, a oferta turística de qualidade depende de planejamento e conhecimento, o que, por sua vez, permitirá conhecer e desenhar a realidade regional (Tomazzoni, 2007; Paixão, 2013).

A articulação entre o Estado e a região é fundamental para o desenvolvimento tanto regional quanto nacional. A integração do turismo no processo de construção da região de destino é essencial para alcançar os objetivos de desenvolvimento regional impulsionados pelo turismo (Stoffelen; Vanneste, 2015; Sousa-Santos; Silva-Pereira, 2020).

Neste contexto, a compreensão do papel da governança na atividade turística e no desenvolvimento regional torna-se essencial para criar um ambiente de planejamento, tomada de decisão, regulamentação e promoção da participação coletiva que permita fortalecer o turismo e os seus efeitos na região (Sousa-Santos; Silva-Pereira, 2020).

Sendo assim, a reestruturação do desenvolvimento regional envolve uma análise dos fatores sociais e econômicos dentro de uma região, fatores que moldam a mobilidade regional do capital, do trabalho e da inovação. Se utilizados de forma adequada numa determinada região, estes fatores podem reduzir a desigualdade regional. De acordo com este cenário, o desenvolvimento regional é um processo de mudança social, econômica, cultural e política. Estas mudanças são questões

importantes para a compreensão da dinâmica da região.

A globalização aumentou a integração econômica, determinando em última análise não só os mercados de bens e serviços, mas também as regras de produção e os sistemas financeiros (Theis *et al.*, 2022).

As regiões diante dos avanços da globalização tiveram de se reinventar para sobreviver, e a competitividade e a inovação deram origem a novos métodos de produção e gestão. Esta reforma incentivou as comunidades locais a participar em discussões sobre o desenvolvimento local, levando a resultados diferentes em diferentes partes do mundo (Theis *et al.*, 2022).

Correa, Silveira e Kist (2019), afirmam que há necessidade de trabalhar os formatos de desenvolvimento que incorporem as questões econômicas, sociais e ambientais da região, assumindo um conceito que vai além do crescimento econômico e enfatiza a necessidade de atingir a sustentabilidade e o bem-estar social, em geral, o que significa respeitar o estilo de vida dos indivíduos e as relações das comunidades (Pimenta; Ribeiro; Remoaldo, 2021).

A abordagem contemporânea do desenvolvimento, conforme defendem Pimenta, Ribeiro e Remoaldo (2021), pressupõe a incorporação de experiências de diferentes naturezas. O foco se volta assim para as oportunidades que o lugar pode aproveitar. Sob essa ótica, o termo desenvolvimento está ligado à ideia de estágios evolutivos dentro de uma organização social estabelecida, onde todas as experiências se manifestam dentro de um quadrante de relações que são, sobretudo, econômicas, sociais, culturais, políticas, simbólicas e imaginárias.

O turismo, como um setor com ampla variedade de ligações setoriais, associa-se à necessidade de bens e serviços nos destinos, como acomodações, alimentos, bebidas, transporte e artesanato. Essas conexões geram oportunidades para o fortalecimento das relações comerciais locais e são atribuídas ao característico efeito multiplicador da atividade turística, o qual é considerado um impacto positivo para o setor. Nesse sentido, o turismo pode ser compreendido como um elemento estruturante da economia, pois envolve uma complexa rede de atividades (Melo *et al.*, 2022).

Além disso, a atividade turística sugere um estímulo ao empreendedorismo, favorecendo o surgimento de novos e pequenos negócios, especialmente para grupos com acesso limitado ao mercado de trabalho formal, como guias turísticos e produtores de artesanato (Melo *et al.*, 2022). A Teoria da Base do Consumo, proposta por North (1959), também fundamenta o turismo como um catalisador do desenvolvimento local, ao expandir a concepção de base econômica para incluir o

setor de serviços. Nessa perspectiva, a cultura e as atividades criativas assumem um papel central no desenvolvimento regional, contribuindo para a cidadania e a inclusão social (Melo *et al.*, 2022).

Ainda citando estudos realizados por Melo *et al.* (2022), o desenvolvimento local, especialmente em pequenos territórios, pode promover mudanças sócio estruturais de caráter endógeno, possibilitando maior autonomia para que os habitantes explorem e usufruam do potencial de seu território. Onde a colaboração entre a iniciativa privada, o poder público, o terceiro setor e a comunidade pode estimular o surgimento de novos empreendedores no setor turístico, impulsionando a transformação territorial.

No entanto, conforme observado por Scótollo e Netto (2015), para que o turismo contribua efetivamente para o desenvolvimento local, é essencial que ele seja planejado e implementado de acordo com as capacidades e expectativas dos atores envolvidos no processo. Essa abordagem é fundamental, pois, segundo Piacenti (2016), o desenvolvimento endógeno pode ser compreendido com base na capacidade da sociedade de liderar seu próprio crescimento econômico, mobilizando os recursos produtivos disponíveis e explorando seu potencial local.

Não obstante, sabe-se que apostar no turismo como uma atividade promotora do desenvolvimento econômico local pode acarretar também em uma série de desafios, os quais alguns autores listam como impactos negativos da consequente exploração da atividade, podendo-se citar entre eles: uma grande dependência econômica da atividade; pressões inflacionárias; devastação nos recursos naturais e culturais; aumento nos índices de violência; ampliação do processo de gentrificação; ou seja, se não devidamente planejada, a atividade pode acabar acirrando as desigualdades sociais ao invés de amenizá-las (Paes, 2017; Lohmann *et al.*, 2022).

Todas estas abordagens apresentadas podem contribuir para o entendimento do turismo como uma proposta de desenvolvimento local, contudo, deve-se ressaltar que cada lugar está em um nível próprio de desenvolvimento, sendo que alguns destes podem possuir equipamentos que, a princípio, não seriam usados para o turismo, sendo oportunizados para tal atividade com o passar do tempo. E uma vez alcançado este patamar de equipamento turístico, pode-se pensar em potencializar a contribuição dada ao desenvolvimento local por meio do turismo, com o fortalecimento, por exemplo, da classe criativa e das estruturas inteligentes (Melo *et al.*, 2022).

Autores como Raworth (2019) propõem um novo modelo econômico, que leva em conta o desenvolvimento sustentável como premissa central (Stopper; Kossik;

Gastermann, 2016). A proposta de Raworth (2019) ficou conhecida como modelo Donut e defende uma sociedade que não tenha como objetivo central apenas o crescimento econômico e que passe a priorizar uma vida sustentável, regenerativa e distributiva. Em sua forma reduzida, voltada para a temática de transformação local, o modelo Donut aponta duas visões, local e global, e quatro dimensões de análise: local-social, local-ambiental, global-social e global-ambiental (Verschoore; Prisco; Monticelli, 2023).

Apesar de valorizar as relações sociais para o desenvolvimento de comunidades sustentáveis, o modelo Donut de Raworth (2019) não indica como redes de atores podem contribuir para a transformação local. Desperta, portanto, oportunidades de pesquisa para preencher essa lacuna. No Brasil, já há estudos que se debruçam sobre o papel das redes no desenvolvimento regional. A maior parte deles, todavia, se concentram em redes interorganizacionais³⁶ e na criação de vantagens competitivas (Saccardo dos Santos; Bernardy, 2019).

O modelo econômico Donut, proposto por Raworth, reuniu os 12 aspectos sociais definidos pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU e os 9 aspectos ambientais³⁷ apresentados por Rockström *et al.* (2009) em uma estrutura flexível.

Uma das principais evoluções do modelo Donut é a definição quantificável dos parâmetros sociais e ambientais. O modelo propõe que uma vida sustentável se estabelece entre os alicerces, que são os aspectos sociais, e o teto, representado por

³⁶Albuquerque (2014, p. 182) ressalta a relevância das redes interorganizacionais no desenvolvimento regional. Essas redes consistem em sistemas técnicos que viabilizam o fluxo de informações, energia, pessoas, capital e bens, entre outros recursos. Elas se mantêm interconectadas por meio de estruturas tangíveis, como as vias de comunicação, e também por estruturas intangíveis essenciais, que garantem a circulação de informações estratégicas no território. Essas estruturas intangíveis incluem redes de negócios e cooperação tecnológica, redes de comercialização e redes voltadas para a formação de capital humano.

³⁷O conceito de limites planetários foi introduzido por Rockström *et al.* (2009) no artigo *A safe operating space for humanity*, publicado na revista *Nature*. Os autores identificaram nove processos fundamentais do sistema terrestre que garantem a estabilidade e a resiliência do planeta, advertindo que a transgressão desses limites compromete as condições seguras de vida para a humanidade. São eles: (1) mudanças climáticas, relacionadas ao aumento da concentração de gases de efeito estufa e ao aquecimento global; (2) integridade da biosfera, que envolve a preservação da biodiversidade e o funcionamento dos ecossistemas; (3) fluxos biogeoquímicos, com destaque para os ciclos do nitrogênio e do fósforo, essenciais à manutenção da vida; (4) uso da terra, que abrange a transformação de florestas e solos naturais em áreas agrícolas e urbanas; (5) uso da água doce, referente à disponibilidade e ao manejo sustentável desse recurso vital; (6) acidificação dos oceanos, provocada principalmente pela absorção de dióxido de carbono; (7) depleção do ozônio estratosférico, cuja camada é responsável pela proteção contra a radiação ultravioleta; (8) carga de aerossóis atmosféricos, ligada à poluição do ar e a seus impactos no clima e na saúde; e (9) introdução de novas entidades, categoria que inclui poluentes químicos, metais pesados e materiais sintéticos de efeitos ainda pouco conhecidos. Esse arcabouço tornou-se um dos referenciais mais influentes da ciência ambiental contemporânea, servindo de base para propostas como o modelo *Donut* de Kate Raworth e para debates sobre sustentabilidade e resiliência.

aspectos ambientais (Raworth, 2019; Stopper; Kossik; Gastermann, 2016). Além disso, Raworth (2019) aponta a Teoria do Decrescimento (Kallis; Kerschner; Martinez-Alier, 2012) como um pressuposto chave para a execução do modelo Donut. Sendo assim, a autora afirma que, para que a sociedade esteja dentro do espaço seguro e justo para a humanidade, o crescimento constante e infinito não é viável (Raworth, 2019). Jackson (2019), por sua vez, critica o paradigma do crescimento a qualquer custo e acrescenta que essa visão não conduz necessariamente à prosperidade.

Nesse sentido, embora modelos como o Donut de Raworth (2019) avancem ao propor limites sociais e planetários para o desenvolvimento, o debate acadêmico recente indica que a sustentabilidade, por si só, pode não ser suficiente para lidar com a complexidade dos desafios contemporâneos. Ao buscar apenas equilibrar impactos negativos, corre-se o risco de manter sistemas fragilizados em funcionamento, sem promover a necessária transformação estrutural. É nesse ponto que emergem as propostas de desenvolvimento regenerativo, que ultrapassam a lógica de mitigação e conservação para enfatizar a restauração da vitalidade dos territórios, das comunidades e dos ecossistemas que os sustentam (Silva; Nascimento; Soares, 2025).

Ao transpor o conceito de desenvolvimento regenerativo para a escala regional, observa-se que a centralidade do processo deixa de ser apenas a mitigação dos impactos ambientais e passa a ser a criação de condições para que os territórios recuperem sua vitalidade ecológica, cultural e social. Mang e Reed (2012) enfatizam que essa abordagem requer a construção de parcerias entre assentamentos humanos e sistemas naturais, de modo a regenerar ativamente tanto a saúde do entorno quanto a dos próprios sujeitos que o habitam. Assim, o desenvolvimento regional regenerativo pressupõe um redesenho profundo das relações entre sociedade e natureza, sustentado pela percepção de que ambos são partes de um mesmo sistema coevolutivo.

Nesta perspectiva, Wahl (2019) argumenta que a sustentabilidade, isoladamente, revela-se insuficiente porque tende a manter estruturas já estabelecidas, sem responder às necessidades de transformação de sistemas fragilizados. As culturas regenerativas, por sua vez, ao aliarem resiliência, diversidade e adaptabilidade, oferecem um horizonte capaz de orientar regiões para trajetórias de prosperidade compartilhada. Isso implica em reconhecer os territórios como sistemas vivos, que não apenas demandam cuidados, mas que também podem se tornar fontes de inovação, criatividade e abundância quando os vínculos de reciprocidade são fortalecidos.

Portanto, o desenvolvimento regional regenerativo amplia os horizontes da sustentabilidade: mais do que conservar, busca recriar condições para o florescimento

da vida em toda a sua complexidade. Aplicado às realidades locais, esse modelo orienta políticas e práticas que vão da restauração de ecossistemas degradados à regeneração de vínculos comunitários, articulando conhecimento técnico, saberes tradicionais e participação social. Desse modo, a regeneração projeta-se como caminho promissor para territórios que desejam alinhar desenvolvimento econômico, justiça social e equilíbrio ecológico, inaugurando um futuro no qual a vitalidade regional se traduz em bem-estar coletivo e durabilidade sistêmica.

Diante desse percurso analítico, que revelou a cachaça artesanal como linguagem do território e o turismo regenerativo como horizonte interpretativo e propositivo, torna-se necessário explicitar o caminho metodológico que sustentou esta investigação. A passagem do plano conceitual para o empírico exigiu não apenas ferramentas de pesquisa, mas também uma postura de escuta sensível, capaz de acolher as vozes, memórias e práticas dos sujeitos envolvidos. Assim, o capítulo seguinte apresenta a metodologia adotada, detalhando as escolhas teóricas e operacionais que orientaram a construção dos dados, bem como o modo como se buscou articular a complexidade do fenômeno estudado com a singularidade do território de Jandaia do Sul.

4 CAMINHOS DA PESQUISA: METODOLOGIA, VOZES E ENCONTROS³⁸

Em meio às encruzilhadas da pesquisa, este capítulo representa o fio que costura o vivido ao analisado, o escutado ao proposto. Não se trata apenas da descrição de um método, mas da partilha de um percurso marcado por imersão, escuta, cuidado e implicação. Aqui, o gesto metodológico não é apenas instrumento de acesso ao objeto, mas também território de encontro entre mundos, saberes e contextos.

Jandaia do Sul enquanto unidade de análise não decorre de sua centralidade nos mapas tradicionais da cachaça, mas de sua singularidade enquanto território atravessado por memórias migrantes, práticas produtivas persistentes e reconfigurações simbólicas em curso. Mais do que representar um caso exemplar, o município permite a leitura das complexas relações entre cultura, economia e regeneração territorial em contextos muitas vezes invisibilizados pela lógica desenvolvimentista.

A investigação sobre a cachaça artesanal de Jandaia do Sul exigiu uma abordagem sensível aos fluxos do território, às vozes que habitam os alambiques, às ausências que silenciam histórias e às potências que insistem em brotar.

4.1 O OLHAR, A ESCUTA E A SENSIBILIDADE: UMA METODOLOGIA DA AFEIÇÃO

Esta pesquisa se configura como um estudo de caso de natureza qualitativa, com abordagem interpretativa e caráter exploratório. Optou-se pela adoção do estudo de caso como estratégia metodológica por se tratar de uma abordagem qualitativa que permite a investigação aprofundada de um fenômeno situado em um contexto específico e complexo. Segundo Yin (2015), o estudo de caso é particularmente indicado quando se busca compreender, de forma densa e contextualizada, dinâmicas sociais, culturais e econômicas em ambientes reais, sobretudo quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidas.

No presente trabalho, o município de Jandaia do Sul - PR foi escolhido como unidade de análise, não por representar a totalidade da produção de cachaça no Brasil ou mesmo no Paraná, mas por encarnar de forma particular as relações entre território,

³⁸ Depois de ler todo o capítulo, recomendo que escute a música Esquadros de Adriana Calcanhoto. Aqui essa música é utilizada como metáfora epistemológica. O "esquadro" representa a moldura metodológica rígida, enquanto o ato de ver a vida em "pequenos pedaços" reflete a natureza da pesquisa qualitativa e situada. O eu lírico evoca a escuta sensível do pesquisador, que busca apreender a complexidade e os afetos do território, as "coisas que não entende", para além das categorias predefinidas.

saberes locais, memória e práticas produtivas. Trata-se de um contexto que, embora periférico nos principais mapas da cachaça, revela-se fértil para a compreensão de dinâmicas culturais, econômicas e afetivas que envolvem a produção artesanal da bebida. Jandaia do Sul, como já apresentado neste estudo, guarda em sua trajetória marcas da migração, da cafeicultura, da reconfiguração territorial e da permanência de práticas tradicionais, sendo hoje reconhecida como Capital Paranaense da Cachaça. Jandaia do Sul como unidade de análise não se sustenta apenas em sua titulação simbólica, mas na sua estrutura material e sociodemográfica, que reflete o perfil dos municípios do interior paranaense e qualifica a complexidade do fenômeno estudado.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município está situado na Mesorregião Geográfica do Norte Central Paranaense³⁹, possuindo uma área de aproximadamente 187,600 km² (IBGE, 2024). A população residente é de 21.408 pessoas, resultando em uma densidade demográfica de 114,12 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022). A matriz econômica local e regional é fortemente ancorada no agronegócio, sendo o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* registrado em R\$ 37.131,72 em 2021 (IBGE, 2021). Embora o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 2010 já a classificasse na faixa de Alto Desenvolvimento Humano (0,747), sua economia é marcada pela dependência da cadeia produtiva primária e pela influência polarizadora de centros maiores, como Londrina e Maringá. Esta conformação socioeconômica, típica de centros regionais de apoio, evidencia a urgência em propor rotas de desenvolvimento diversificadas.

Neste cenário, a oferta turística existente em Jandaia do Sul, embora incipiente em termos de planejamento integrado, já manifesta uma vocação em emergência. A cidade se insere no Vale do Ivaí, uma das 18 Regiões Turísticas do Paraná. A região, composta por 26 municípios, se destaca pela combinação de turismo no espaço rural, ecoturismo, turismo religioso e gastronômico, com atrativos que vão desde trilhas, cachoeiras e o próprio Rio Ivaí, até festas e tradições locais. No âmbito religioso, abriga importantes santuários, como os de Santa Rita de Cássia (Lunardelli), São José e Santo Expedito (ambos em Apucarana), além dos Parques da Bíblia e da Redenção, que integram a Rota da Fé. Para os amantes das atividades ao ar livre, oferece o Vale da Aventura, que inclui municípios como Faxinal com suas lindas cachoeiras, Borrazópolis, Rosário do Ivaí, Grandes Rios e Mauá da Serra, locais ideais para atividades de ecoturismo e esportes na natureza (Governo do Paraná, 2023). O Vale do

³⁹ Para fins de contextualização geográfica, a representação cartográfica do Estado do Paraná, com a devida identificação do município de Jandaia do Sul, encontra-se disposta no **Anexo A** desta dissertação.

Ivaí representa um território com potencial turístico significativo, que demanda estratégias integradas de desenvolvimento territorial e fortalecimento de identidades locais (Domingos, 2018).

A nível municipal, a infraestrutura turística em Jandaia do Sul apresenta uma dicotomia entre a solidez dos serviços básicos e a incipiência dos equipamentos de lazer integrados. O município se beneficia de uma excelente acessibilidade logística, estando no entroncamento das rodovias federais BR-376 e BR-369, com boa sinalização e vias de acesso qualificadas. Além disso, a localização estratégica é potencializada pela proximidade de dois importantes aeroportos regionais e pela existência de uma Rodoviária Municipal operante, o que facilita o fluxo de visitantes de longa distância.

A rede de apoio essencial é robusta, incluindo restaurantes, hospital, clínicas médicas e odontológicas, pronto atendimento municipal, farmácias, supermercados, postos de gasolina, oficinas mecânicas, lojas, entre outros, o que confere segurança operacional ao visitante. Em termos de acolhimento, a rede hoteleira existente atende à demanda regular⁴⁰.

Adicionalmente, o município possui um notável potencial para o Turismo no espaço rural, oferecendo oportunidades para a criação de roteiros e experiências que valorizem a paisagem agrária e os saberes locais, elementos cruciais para a proposta de desenvolvimento regenerativo. No entanto, o principal catalisador do fluxo turístico e o ponto de maior visibilidade para o objeto de estudo é o Festival da Cachaça. Este evento anual atua como um poderoso indutor simbólico e sazonal da demanda, consolidando a cachaça como eixo de atratividade. Sendo assim, sua escolha se justifica pela possibilidade de revelar sentidos e potências que extrapolam a lógica produtivista, permitindo compreender a cachaça como vetor de regeneração territorial e de ativação simbólica de memórias, vínculos e pertencimentos.

Além disso, a ausência de estudos acadêmicos voltados à realidade local de Jandaia do Sul configura uma lacuna significativa no campo da pesquisa sobre os territórios produtores de cachaça. O município apresenta um paradoxo revelador: embora abrigue uma produção tecnicamente apurada e premiada, essa atividade permanece à margem das políticas públicas e das representações sociais sobre o potencial turístico da região. Investigar esse descompasso exige um método capaz de captar não apenas os dados visíveis, mas também os sentidos latentes, as memórias, ausências, resistências e possibilidades projetadas.

⁴⁰ O crescimento da infraestrutura hoteleira é impulsionado por iniciativas privadas, incluindo a projeção de chalés na Estância Moretti e a construção de novas unidades habitacionais no Recanto Cactos.

Assim, o estudo de caso de Jandaia do Sul - PR não busca comparação direta com outros territórios, mas sim oferecer uma leitura mais profunda e situada, capaz de revelar dinâmicas locais que ressoam com desafios mais amplos enfrentados por municípios brasileiros em processos de reinvenção territorial. Trata-se, portanto, de uma escolha metodológica que valoriza a singularidade do lugar como chave interpretativa para compreender as relações entre cultura, economia e desenvolvimento a partir da cachaça.

No decorrer da investigação, entre o ano de 2024 e o primeiro semestre de 2025, o trabalho de campo abrangeu visitas a alambiques locais e a eventos consagrados à cultura da cachaça. Somaram-se a essas vivências conversas com produtores, gestores públicos e a comunidade, o que permitiu ampliar e aprofundar o olhar sobre o fenômeno pesquisado.

Como base empírica, utilizaram-se também documentos institucionais, inventários turísticos, registros públicos de eventos como o Festival da Cachaça, além de matérias jornalísticas de portais digitais locais e materiais de divulgação. A experiência profissional prévia da pesquisadora no mapeamento turístico do município também contribuiu para a percepção ampliada do território como ecossistema vivo, em consonância com a abordagem regenerativa.

Assim, a metodologia adotada assume um viés hermenêutico, amparado na escuta atenta e na imersão reflexiva, reconhecendo os limites éticos e formais da pesquisa, mas sem abrir mão da densidade interpretativa construída ao longo de um processo de envolvimento contínuo com o objeto de estudo.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, conforme Lösch, Rambo e Ferreira (2023), nesta abordagem, o objetivo está em conhecer o fenômeno estudado tal como ele se apresenta ou acontece no contexto em que está inserido. E para esse tipo de investigação, o enfoque qualitativo permite melhor compreensão do comportamento humano e do contexto social. A pesquisa exploratória permite, nesse processo, que o pesquisador contemple os dados qualitativos de forma sistêmica, com uma compreensão ou interpretação detalhada do fenômeno analisado.

Ademais, esta abordagem foi fundamentada também em princípios da pesquisa etnográfica ampliada, ainda que não se trate de uma etnografia formalizada nos moldes clássicos (Geertz, 1989) e em técnicas de análise interpretativa. Reconhecendo a inserção da pesquisadora no território e os vínculos afetivos, históricos e institucionais com os sujeitos e espaços investigados, optou-se por uma estratégia metodológica que valoriza o conhecimento situado, como sugerido por Haraway (1995), onde a autora se

baseia no reconhecimento da visão parcial, incorporada e contextualizada. Em vez de ver tudo de lugar nenhum, pesquisadores devem assumir responsabilidade pelo que aprendem a ver, a partir de suas posições específicas.

Já para Postila e Eriksson (2024), a metodologia de pesquisa é estruturada em três proposições fundamentais: a ativação de uma ecologia de práticas; o engajamento em uma democracia direta; e a emergência de valores éticos e situacionais como instrumentos para processos de mudança, transformação e ativações contínuas. Essa perspectiva evidencia como a metodologia se ancora na valorização dos saberes incorporados em práticas ecológicas, na participação democrática e em uma ética situada, elementos que, em conjunto, reforçam a noção de conhecimento situado.

Além disso, a estratégia metodológica adotada neste trabalho incluiu a escuta sensível, compreendida sob diferentes perspectivas teóricas. Baitello Jr. (2005) a define como uma prática simbólica e ritual de abertura ao outro, mais imagética do que lógica, profundamente marcada pela corporeidade.

Em outra obra, Baitello Jr. (1999) afirma que:

Torna-se imperioso também enxergar o corpo enquanto texto. E todo texto é uma unidade que complexifica, se altera e se transforma com a história, porque é fruto de um diálogo com os outros textos, com outros tempos, com o passado e a memória, mas também com o futuro e os projetos, sonhos e utopias. (Baitello, 1999, p. 5).

Na mesma direção Rovai (2015) compreende que:

Quando optamos por trabalhar com pessoas, assumimos uma prática que demanda de nós paciência na construção de certa 'arte de perder tempo', e que se configura, na verdade, no desenvolvimento de uma capacidade de ganhar tempo na medida em que qualificamos as experiências submetidas à nossa análise sob pressupostos das ciências humanas. Ter humildade exige de nós responsabilidade ética para ouvirmos e vermos quantas vezes forem necessárias as performances de nossos entrevistados. Nosso trabalho trata com fontes vivas, humanas, e que, portanto, devem ser entendidas como mais do que um objeto, um sujeito que pensa, sente, seleciona e interpreta sua própria existência. Como alguém que também nos analisa e que vê em nós a possibilidade de se tornar visível (Rovai, 2015, p. 4).

Já Menin (2017) propõe a escuta como um método clínico e fenomenológico, capaz de acolher o inacabado e o ambíguo das experiências humanas. Por fim, Rodrigues de Sousa e Morais Garcia Lima (2022) concebem a escuta como uma prática metodológica situada, que rompe com o extrativismo epistêmico e promove relações de reciprocidade e cuidado.

Santos e Meneses (2013) destacam que as Epistemologias do Sul investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos, relação que dão o nome de Ecologias de Saberes, onde estes declaram que:

Trata-se do conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologias de saberes (Santos; Meneses, 2013, p. 13).

Ao conceber o diálogo como uma prática de conhecimento, Santos e Meneses (2013) propõem uma ruptura com o modelo hegemônico ocidental, valorizando saberes plurais oriundos de diferentes contextos históricos e culturais. A diversidade epistêmica reconhece múltiplas formas legítimas de conhecer, incluindo saberes indígenas, africanos e populares. O diálogo, nesse sentido, promove a interculturalidade como um processo de escuta e aprendizado mútuo, baseado no respeito e na não hierarquização das diferenças. A coprodução de saberes substitui a lógica colonial da transmissão por uma construção coletiva e horizontal, mediada pela tradução intercultural. Por fim, o conceito de cosmovisão amplia a compreensão do saber como expressão dos modos de vida e de existência de diferentes povos, fazendo do diálogo um verdadeiro encontro entre mundos.

Para dar robustez à análise, a metodologia baseia-se em três eixos articulados:

- Análise documental e bibliográfica, com levantamento em fontes acadêmicas e institucionais sobre cachaça, turismo, turismo regenerativo, desenvolvimento regional, quintupla hélice e planejamento estratégico;
- Observação participante retrospectiva, a partir da memória de campo acumulada, registros de eventos, conversas informais, participação em reuniões e ações locais;
- Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 14 sujeitos de perfis distintos, selecionados por sua relevância para compreender diferentes aspectos ligados à cachaça artesanal em Jandaia do Sul. Esses participantes foram considerados fontes de memória, reflexão e interpretação situadas. O material resultante subsidiou a aplicação da análise de conteúdo, apresentada em seção posterior, na qual se explicitam as categorias construídas a partir das falas.

Perfis dos sujeitos entrevistados:

- a) Cinco pessoas que estiveram diretamente ligadas à história da produção artesanal de cachaça no município, sendo três proprietários de alambiques atualmente em funcionamento e dois familiares de produtores pioneiros já falecidos. Esses sujeitos foram essenciais para o resgate da memória local, pois contribuíram não apenas com relatos sobre as práticas produtivas, mas também com experiências pessoais, memórias, curiosidades e saberes transmitidos entre gerações, permitindo recuperar nuances da cultura e da tradição que marcaram a trajetória da cachaça em Jandaia do Sul;
- b) Um representante do poder público municipal, atuante no Departamento de Indústria, Comércio e Turismo no período de 2020 a 2024, que ofereceu a perspectiva institucional sobre a temática e também sobre o início do Festival da Cachaça;
- c) Quatro integrantes ligados à organização do Festival da Cachaça e à recém-criada Associação do Produtores de Cachaça de Jandaia do Sul, representando a dimensão coletiva e associativa em torno da bebida;
- d) Um professor da rede estadual de ensino que, junto aos estudantes do 3º ano do curso técnico em Agronegócio do Colégio Estadual Rui Barbosa, já vinha promovendo práticas e discussões sobre turismo no espaço rural e empreendedorismo. Nessas atividades, a cachaça era trabalhada como eixo articulador para refletir sobre identidade territorial e alternativas de desenvolvimento socioeconômico em Jandaia do Sul.
- e) Três professoras da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), do curso de Turismo e Negócios, convidadas a refletir sobre o papel da universidade dentro do contexto do desenvolvimento turístico local e regional e também sobre temas como planejamento estratégico, patrimonialização da cachaça e valorização cultural do produto.

As entrevistas foram realizadas no período de outubro de 2024 a junho de 2025, mediante o consentimento formal dos participantes, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Com o objetivo de preservar a identidade dos participantes da pesquisa, todas as referências às suas pessoas foram codificadas. O sistema de codificação foi estruturado para categorizar os entrevistados de acordo com sua relação com a cachaça e com o território. A codificação é composta por uma letra, que indica a categoria de pertencimento, seguida de um número sequencial para cada indivíduo entrevistado:

- A - Familiares dos produtores pioneiros: A.01, A.02;
- B - Produtores atuais: não foram anonimizados, pois seus nomes e dados de contato são públicos e constam nos *sites* de seus respectivos empreendimentos;

- C - Envolvidos no Festival da Cachaça: C.01, C.02, C.03, C.04;
- D - Professores Universitários: D.01, D.02, D.03;
- E - Professor de Ensino Médio: E.01;
- F - Representante do poder público: F.01.

Todas as entrevistas foram registradas através do celular, utilizando o recurso de gravação de voz. Posteriormente foram transcritas com o apoio do aplicativo TurboScribe, *software* utilizado para fins acadêmicos e profissionais, que se destaca pela precisão e agilidade na conversão da oralidade em texto. Esse recurso tecnológico viabilizou maior celeridade na etapa de transcrição, permitindo que o esforço da pesquisa se concentrasse na análise qualitativa do material. Após a transcrição inicial, todas as entrevistas foram revisadas, assegurando fidelidade ao conteúdo original e preservando as nuances próprias da fala dos entrevistados.

A seleção dos entrevistados foi realizada, em parte, por meio da técnica da bola de neve (Biernacki; Waldorf, 1981), modalidade de amostragem não probabilística frequentemente utilizada em pesquisas qualitativas, especialmente quando o público-alvo é difícil de ser acessado diretamente em função de sua *expertise*. Esse processo teve início com o Senhor Natanael Carli Bonicontró, dono do alambique mais antigo e na ativa no município. A partir de sua colaboração, foram indicados outros sujeitos cujas experiências e saberes contribuíram para o aprofundamento das discussões relativas à produção da cachaça, à história local dessa prática e ao Festival da Cachaça de Jandaia do Sul.

Por meio dessa técnica, foram identificados 10 participantes: cinco pessoas vinculadas à história e às práticas da cachaça artesanal no município e cinco sujeitos relacionados à organização do Festival da Cachaça e à Associação dos Produtores de Cachaça de Jandaia do Sul. As sucessivas indicações, características do método da bola de neve, permitiram o mapeamento dessa rede de interlocutores diretamente envolvidos com a produção artesanal e com as dinâmicas culturais locais.

Já os demais entrevistados, um professor da rede estadual de ensino, três professoras da Universidade Estadual do Paraná e o então diretor do Departamento de Indústria, Comércio e Turismo, foram definidos de forma intencional, considerando sua atuação em áreas como planejamento turístico e patrimônio cultural, bem como sua relevância institucional para as reflexões propostas nesta pesquisa.

As entrevistas, no presente estudo, assumem um caráter complementar e interpretativo, não como principal técnica de investigação, mas como fonte narrativa de

apoio à construção analítica, são utilizadas como estratégia de apoio (Manzini, 2012), sendo empregadas com o objetivo de identificar os sentimentos, pensamentos, opiniões, crenças, valores, percepções e atitudes do entrevistado em relação a um ou mais fenômenos (Guazi, 2021).

De acordo com DiCicco-Bloom e Crabtree (2006, p.315), entrevistas semiestruturadas são comumente "organizadas em torno de um conjunto de questões abertas pré-determinadas, com outras questões emergindo a partir do diálogo entre entrevistador e entrevistado". As questões complementares, que emergem ao longo da realização das entrevistas, visam tanto esclarecer quanto coletar informações adicionais e mais detalhadas a respeito de algum aspecto do relato do participante (Mcgrath; Palmgren; Liljedahl, 2019).

A observação participante, neste caso, não seguiu um plano cronológico previamente delimitado, mas resultou da inserção vivida da pesquisadora no território. A familiaridade com os espaços dos alambiques, o acompanhamento informal de suas transformações, o contato com os produtores e com as dinâmicas locais de valorização da cachaça enquanto bem cultural constituem um tipo de etnografia sensível (Silva, 2023), onde, segundo o autor, tal abordagem metodológica envolve o pesquisador emocionalmente, levando-o a ser transformado pela experiência de campo (imbricação entre teoria e prática); prioriza relações intersubjetivas e afetivas, onde a pesquisa se desenvolve em parceria com os sujeitos; amplia a ética tradicional, incorporando reflexões contínuas sobre consentimento, poder, anonimato e impactos da investigação; e repolitiza a pesquisa, colocando como central o compromisso com os sujeitos, com os riscos, com os benefícios e com o cuidado mútuo.

Esses materiais foram interpretados à luz da análise de conteúdo (Bardin, 2011), em diálogo com a abordagem hermenêutica de Geertz (1989), com o objetivo de apreender os sentidos simbólicos atribuídos à cachaça, ao território e à experiência turística em Jandaia do Sul a fim de subsidiarem a elaboração de uma proposta de planejamento estratégico voltado à valorização da cachaça artesanal em Jandaia do Sul – PR, articulando-a, de forma situada, às práticas e princípios do turismo regenerativo, com vistas a promover o desenvolvimento local e regional de maneira integrada.

A definição das categorias decorreu do processo de análise aplicado às entrevistas semiestruturadas realizadas com diferentes atores vinculados à cachaça no município. Esse processo seguiu três etapas: (i) pré-análise, em que foram feitas leituras flutuantes das transcrições para identificar recorrências e sentidos latentes; (ii) exploração do material, momento em que as falas foram codificadas e agrupadas em

núcleos de significação; e (iii) tratamento e interpretação, etapa em que esses núcleos foram sistematizados e organizados em categorias analíticas.

Nesse movimento, evidenciaram-se cinco grandes dimensões que atravessam as narrativas: **a) orgulho**, expresso nas falas sobre conquistas pessoais, familiares e coletivas; **b) preconceito**, associado ao estigma histórico da cachaça; **c) identidade**, vinculada às memórias, ao território e às representações sociais; **d) expectativas**, relacionadas às projeções de futuro em termos de turismo e mercado; e, por fim, **e) ambiente e regeneração**, categoria que emergiu tanto de menções explícitas a práticas sustentáveis, como o uso de energia solar e a valorização de madeiras nativas, quanto de referências ao resgate histórico e cultural da cachaça, compreendido aqui como processo regenerativo em sentido ampliado. As cinco categorias foram, assim, construídas a partir do material empírico, emergindo das falas dos sujeitos e refletindo a pluralidade de significados que a cachaça assume no município.

A matriz SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*, ou numa tradução livre: pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças) auxiliou na identificação de problemas e potencialidades em torno da cachaça e do locus da pesquisa. De acordo com Casemiro; Simões; Moraes (2022, p.97): "a Matriz SWOT apresenta um papel relevante na formulação de estratégias de desenvolvimento turístico de destinos, uma vez que, ajuda a estabelecer um diagnóstico confiável do potencial demonstrado por um destino turístico e seu ambiente."

Dessa forma, a combinação das entrevistas semiestruturadas, da etnografia sensível e da matriz SWOT constitui uma triangulação metodológica que enriquece a interpretação dos conteúdos coletados. Essa integração possibilitou a construção de uma análise que, além de identificar os elementos estruturais do turismo regenerativo, evidenciou também as dinâmicas subjetivas e contextuais que condicionam sua efetivação. Assim, o arcabouço metodológico adotado contribuiu para a formulação de estratégias mais adequadas, atentas às especificidades de Jandaia do Sul, às relações simbióticas entre a comunidade e os ambientes naturais, potencializando os objetivos do turismo regenerativo.

4.2 METODOLOGIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Além da compreensão das dinâmicas simbólicas e socioculturais associadas à cachaça artesanal, a presente pesquisa se propôs a elaborar uma proposta de planejamento estratégico voltado ao desenvolvimento turístico de Jandaia do Sul, tendo

como eixo estruturante o turismo regenerativo. Essa etapa constituiu-se como desdobramento metodológico e propositivo da análise qualitativa, orientada não apenas à descrição do contexto, mas também à construção de caminhos possíveis para o fortalecimento dos vínculos entre território, saberes locais e práticas turísticas sensíveis e comprometidas com a regeneração sistêmica.

O planejamento estratégico no turismo consiste na definição de metas específicas para o desenvolvimento do setor em determinada região. Isso pode abranger o aumento do número de visitantes, a diversificação dos atrativos turísticos e a melhoria da infraestrutura. Além disso, é essencial levar em conta a identidade local, bem como os recursos naturais, culturais e históricos do município, assegurando que as estratégias estejam alinhadas com a vocação turística da região (Araujo, 2024).

Sob a ótica conceitual, o planejamento estratégico envolve a tomada de decisões coletivas e a formulação de políticas que abordam um conjunto interligado de escolhas. Assim, trata-se de uma ferramenta essencial para a organização das ações de maneira lógica e racional, visando alcançar os melhores resultados na concretização de um objetivo social. Devido à sua complexidade e visão sistêmica, o turismo requer a consideração de diversos elementos em seu planejamento, o que demanda a participação de diferentes atores sociais, tanto do setor público quanto do privado (Colasante; Silva, 2021).

É importante ressaltar que o objetivo do planejamento estratégico deve ser o desenvolvimento local, que vai além do crescimento econômico ou do progresso material. Para as autoras, ao considerar o local, deve-se também considerar as dimensões humanas, as inter-relações, o cotidiano, as particularidades dos indivíduos e o território que dá origem às suas identidades (Colasante; Silva, 2021).

Sendo assim, pode-se afirmar que planejamento estratégico é o plano de ação mais usado nos destinos turísticos. Por meio desse planejamento, são definidos os objetivos gerais dos projetos e programas que orientam o direcionamento estratégico do setor (Porto; Philippi; Vendramin, 2020).

Para a formulação do planejamento estratégico de Jandaia do Sul, o modelo da Hélice Quíntupla (Carayannis; Campbell, 2009), foi adaptado de forma crítica à realidade local em um processo sistêmico de inovação (Mineiro *et al.*, 2018). Esse modelo compreende a interação entre governo, academia, empresas, sociedade civil e meio ambiente, e foi aqui apropriado como instrumento metodológico para estruturar diretrizes que respeitem a singularidade dos saberes, das práticas culturais, das redes de afetos e das dinâmicas próprias do município, compreendidas como sistemas vivos,

interdependentes e profundamente enraizados no território. O planejamento estratégico, portanto, não buscou elencar metas quantitativas convencionais, mas está alinhado a toda construção teórica que sustenta este estudo.

A Hélice Quíntupla destaca os ambientes naturais da sociedade como elementos essenciais na produção do conhecimento e da inovação, ampliando as abordagens dos modelos da Hélice Tríplice e da Hélice Quádrupla (Carayannis; Rakhmatullin, 2014). Nesse modelo, o meio ambiente é concebido como fator crucial para a preservação, sobrevivência e vitalização da humanidade, sendo necessário incluí-lo nas políticas e estratégias de desenvolvimento regional (Yoon; Yang; Park, 2017).

As discussões em torno da sustentabilidade reforçam a relevância da Hélice Quíntupla, que incorpora o meio ambiente como componente central e pode ser entendida como uma estrutura transdisciplinar voltada à análise do desenvolvimento sustentável e da ecologia social. Esse modelo busca alcançar um equilíbrio duradouro entre os caminhos de desenvolvimento da sociedade e da economia, visando assegurar o progresso contínuo das civilizações humanas (Casaramona; Sapia; Soraci, 2015; Mineiro; Souza; Castro, 2020).

A elaboração do planejamento estratégico será apresentada no próximo capítulo, configurando-se como uma proposta situada e potencialmente replicável, mas nunca padronizável, já que emerge de um processo reflexivo e relacional, em diálogo com os sujeitos e as materialidades que compõem a paisagem viva da cachaça em Jandaia do Sul.

5. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADO FINAL⁴¹

Para conferir densidade às interpretações, a etapa analítica desta pesquisa foi desenvolvida em um percurso de três níveis complementares. Inicialmente, procedeu-se à análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas seguindo os pressupostos de Bardin (2011). Em seguida, a investigação foi ampliada por uma abordagem etnográfica sensível, inspirada na hermenêutica de Geertz (1989). Essa perspectiva possibilitou a interpretação de cenas, memórias e significados atribuídos à cachaça, ao território e à experiência turística, conectando os dados empíricos à dimensão simbólica que sustenta os vínculos comunitários.

Na sequência, essas categorias foram sistematizadas em uma matriz SWOT, instrumento que permitiu traduzir os achados qualitativos em um diagnóstico estratégico, evidenciando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas à cachaça artesanal e ao turismo em Jandaia do Sul. Assim, a matriz SWOT funcionou como ponte entre os achados qualitativos e a elaboração de estratégias, permitindo visualizar de forma integrada os desafios e potencialidades para o desenvolvimento do turismo regenerativo em Jandaia do Sul.

Por fim, o planejamento estratégico, que constitui o desfecho deste estudo será exposto como proposta situada, fundamentada nos princípios do turismo regenerativo e articulada às especificidades da cachaça artesanal de Jandaia do Sul, delineando caminhos possíveis para o fortalecimento do território, de seus vínculos e de suas práticas culturais.

5.1 ENTRE A FALA E A ESSÊNCIA: O SENTIDO POR TRÁS DAS ENTREVISTAS

A leitura conjunta das entrevistas permitiu identificar cinco dimensões centrais que atravessam as narrativas sobre a cachaça em Jandaia do Sul: orgulho, preconceito, identidade, expectativas, ambiente e regeneração. Essas categorias não se apresentaram de modo estanque, mas entrelaçadas, refletindo tanto a complexidade das memórias individuais quanto os desafios coletivos do município em consolidar a cachaça como símbolo cultural e vetor de desenvolvimento.

Como marca recorrente o **orgulho** desponta, sobretudo nas falas de produtores e descendentes dos pioneiros na produção de cachaça. Há satisfação em lembrar a

⁴¹ **Abre-bico**: como a cachaça, que solta a língua e desata conversas, este capítulo dá voz às memórias, aos sentidos e às palavras recolhidas no percurso da pesquisa.

trajetória familiar, a criatividade no manejo artesanal e a capacidade de transformar sonhos em empreendimentos de referência. Esse sentimento também se estende à coletividade, expresso no reconhecimento conquistado pelo Festival da Cachaça, pela união dos produtores e pelo título de Capital Paranaense da Cachaça. O orgulho, portanto, articula dimensões pessoais, familiares e comunitárias, reafirmando a cachaça como motivo de realização e pertencimento.

Por outro lado, o **preconceito** surge como herança persistente de estigmas históricos que associaram a bebida a marginalidade, consumo desordenado ou baixa qualidade. Embora muitos entrevistados reconheçam que esse cenário vem mudando, especialmente graças ao Festival da Cachaça e às práticas mais qualificadas de produção, ainda há resistências internas. Parte da população de Jandaia do Sul, segundo os relatos, prefere associar a identidade local ao café ou à usina de álcool e açúcar Cooperval, evitando assumir a cachaça como referência. Assim, o preconceito aparece não apenas como marca do passado, mas como desafio atual a ser enfrentado por meio de educação patrimonial e valorização cultural.

A **identidade** emerge como o eixo mais abrangente, conectando passado, presente e futuro. Ela se manifesta tanto na evocação das famílias pioneiras, Pereira, Zan e Romani, quanto no envolvimento de novos produtores e instituições. A cachaça é percebida como expressão de memória, de laços intergeracionais e de vínculos com o território. No entanto, a consolidação dessa identidade ainda se encontra em processo, tensionada pela ausência de reconhecimento formal e pela necessidade de maior apropriação comunitária. A criação de uma Casa da Memória da Cachaça, ideia citada pelos produtores e professores entrevistados, seria um passo fundamental para dar materialidade a esse pertencimento.

As **expectativas** revelam horizontes de futuro voltados à expansão de mercados, à internacionalização da bebida e ao fortalecimento do festival. Produtores vislumbram exportações, diversificação de rótulos e integração em novos roteiros turísticos, enquanto professores e gestores projetam políticas públicas e ações de planejamento capazes de consolidar a cachaça como vetor de desenvolvimento territorial. Esse conjunto de expectativas também aponta para o papel da juventude e da educação patrimonial na renovação das bases simbólicas que sustentam a valorização da cachaça em Jandaia do Sul.

Por fim, a categoria **ambiente e regeneração** amplia a discussão para além da sustentabilidade ecológica, abrangendo também dimensões simbólicas e culturais. Produtores mencionam práticas ambientais concretas, como o uso de energia solar ou a

valorização de madeiras nativas na fabricação dos barris para envelhecimento da bebida, enquanto os outros sujeitos da pesquisa, professores e atores envolvidos com a Associação da Cachaça e Festival da Cachaça, enfatizam a regeneração como resgate da memória, reconstrução de vínculos e fortalecimento da identidade coletiva. Nesse sentido, a regeneração aparece como conceito-chave para compreender não apenas os processos produtivos, mas a própria relação entre cachaça, território e comunidade.

De modo geral, a análise evidencia que a cachaça em Jandaia do Sul se encontra em um processo de ressignificação. Orgulho e preconceito coexistem, identidade e expectativas se projetam em direções complementares, e a regeneração, seja ambiental, cultural ou simbólica, desponta como horizonte comum. Esse quadro demonstra que o fortalecimento da cachaça como vetor de turismo regenerativo exige tanto o reconhecimento de suas raízes históricas quanto a construção de estratégias inovadoras, capazes de articular tradição e futuro em benefício do território e de sua comunidade.

Organizada na forma de categorização individual de cada entrevistado, a análise completa das entrevistas encontra-se no **Apêndice A**.

5.2 O CORPO-TERRITÓRIO: ANÁLISE DA PESQUISA ETNOGRÁFICA E SUAS REVELAÇÕES

A observação participante, articulada à trajetória da pesquisadora como moradora de Jandaia do Sul, profissional do turismo e docente da UNESPAR, possibilitou uma leitura etnográfica ampliada e sensível do fenômeno da cachaça e de suas conexões com o desenvolvimento local. Inspirada na hermenêutica de Geertz (1989), essa abordagem busca compreender não apenas os fatos objetivos, mas os sentidos simbólicos que se entrelaçam às práticas e narrativas, configurando uma cultura em permanente processo de ressignificação.

Desde o primeiro inventário turístico realizado em 2003 até as ações mais recentes, envolvendo alunos e professores da universidade em levantamentos culturais no Vale do Ivaí, é possível reconhecer um movimento gradual de amadurecimento do turismo em Jandaia do Sul. No entanto, o percurso revela contrastes: enquanto no início da atividade turística havia um Conselho de Turismo atuante e uma gestão participativa, hoje predominam ações fragmentadas, conduzidas por grupos específicos, como Rotary e Maçonaria, voltados sobretudo à promoção da cachaça. A ausência de uma mobilização comunitária mais ampla evidencia a fragilidade do turismo enquanto projeto coletivo.

Os alambiques passaram por reformas e melhorias estruturais, sinalizando um esforço de profissionalização e de adequação às demandas do mercado turístico. Paralelamente, surgiram novas práticas de hospitalidade, como o aluguel de casas de campo pelo Airbnb, e a ampliação da rede hoteleira local, com aumento das unidades habitacionais do principal hotel da cidade. Esses elementos evidenciam como o turismo, ainda que de forma incipiente, atua como catalisador de mudanças no território. As transformações na paisagem materializam esse processo em curso.

O Festival da Cachaça emerge, nesse contexto, como marco referencial. Sua rápida consolidação demonstra a força mobilizadora do produto. Os espaços de exposição são altamente disputados, e a adesão de novos interessados a cada edição atesta sua capacidade de atrair olhares para o município. Mais do que um evento, o festival instituiu um espaço de legitimação da cachaça e de visibilidade para os produtores, fortalecendo laços de cooperação característicos do setor artesanal. Essa atmosfera de grande família entre os produtores, marcada pela parceria e pela confiança, constitui um dos aspectos mais significativos da etnografia local.

Nesse processo, a presença da indústria Missiato de Bebidas (Jamel) adquire papel singular. Reconhecida nacionalmente, e historicamente enraizada em Jandaia do Sul, a Jamel não apenas apoia o festival como uma de suas principais parceiras, mas também inicia um trabalho de curadoria de cachaças artesanais brasileiras, criando pontes entre produção artesanal e mercado ampliado. Essa iniciativa, longe de estabelecer competição, reafirma a complementaridade entre os modos de produção: a indústria reconhece o valor do artesanal e fortalece o território ao se alinhar à lógica da cooperação. Além disso, sua participação sinaliza preocupação com o turismo local, ampliando as possibilidades de articulação entre diferentes escalas produtivas.

Outro elemento sensível que emerge da escuta é o contraste entre orgulho e apagamento. As falas dos pioneiros e de seus descendentes revelam uma memória rica, atravessada por histórias de trabalho, dedicação e pertencimento. Contudo, essa memória permanece em risco, pela ausência de registros sistematizados e de espaços de preservação material. O festival cumpre parcialmente esse papel, ao resgatar trajetórias e promover reconhecimento público, mas ainda se mostra insuficiente diante da magnitude simbólica da cachaça para o município. Torna-se evidente a necessidade de um espaço permanente, como uma Casa da Memória, capaz de conservar e comunicar essas histórias às gerações futuras. Para além disso, a elaboração de um livro sobre a história da cachaça produzida em Jandaia do Sul, a ser incorporado ao acervo das obras

já existentes sobre a cidade, aparece como alternativa fundamental para registrar de forma duradoura a riqueza dessa trajetória.

As dinâmicas familiares reforçam a dimensão afetiva da cachaça em Jandaia do Sul. Mesmo quando não participaram diretamente das entrevistas, familiares presentes no momento das entrevistas contribuíram com lembranças, comentários e afetos, compondo uma narrativa que ultrapassa a dimensão produtiva. Nesses relatos, a cachaça surge não apenas como bebida, mas como linguagem da vida cotidiana, presente em gestos de partilha, em práticas de sobrevivência e em memórias atravessadas pela dureza do trabalho e pelo calor da convivência.

Por fim, tornam-se evidentes três dimensões transversais: educação patrimonial, gastronomia e meio ambiente.

No primeiro caso, o trabalho com escolas, por meio de projetos pedagógicos que valorizem a cachaça enquanto patrimônio cultural, sua cadeia produtiva, pode não apenas combater preconceitos, mas também consolidar um sentimento de pertencimento entre as novas gerações. Nesse sentido, pensar Jandaia do Sul como uma cidade educadora, que integra a dimensão cultural e patrimonial em seu processo formativo, abre perspectivas inovadoras para a articulação entre turismo, memória e desenvolvimento regenerativo.

A gastronomia, por sua vez, representa um campo fértil para o fortalecimento da identidade local e para a diversificação do turismo. A associação entre cachaça e receitas, seja como ingrediente, seja como elemento de harmonização, pode gerar experiências únicas. A criação de pratos inspirados na história da colonização e nos povos que constituíram o município abriria espaço para narrativas gustativas que conectam passado e presente. Tentativas já foram feitas no âmbito do festival, mas nem sempre em sintonia com a realidade do território, como no caso do prato à base de porco, cuja produção não é característica local. Daí a necessidade de investir em pesquisa gastronômica, novos empreendimentos e práticas culinárias que traduzam a singularidade de Jandaia do Sul e se integrem ao turismo regenerativo.

No que diz respeito ao meio ambiente, a realidade local marcada por monoculturas e pelo uso intensivo de agrotóxicos contrasta com o ideal de regeneração. Nas entrevistas, poucos sujeitos mencionaram práticas de sustentabilidade, e quando o fizeram, foi de maneira pontual. Isso reforça a necessidade de ampliar o debate e propor alternativas regenerativas mais significativas e profundas. Entre as possibilidades estão: a redução do uso de agrotóxicos na cana-de-açúcar, a adoção de sistemas agroflorestais, o incentivo a práticas de agricultura orgânica, a recuperação de matas ciliares, o

aproveitamento de resíduos da cana para produção de biofertilizantes, e a valorização de espécies nativas em processos de reflorestamento. Além disso, roteiros turísticos poderiam incorporar leituras da paisagem que mostrem aos visitantes a transformação histórica do território, das florestas originais à realidade atual e os desafios relacionados à água, um dos problemas mais sérios enfrentados atualmente pelo município.

Assim, a etnografia sensível evidencia que a cachaça em Jandaia do Sul não pode ser reduzida a um produto econômico ou turístico. Ela constitui uma chave interpretativa para compreender as relações entre território, memória e futuro. Sua força reside tanto nos alambiques reformados e nos mercados que se abrem, quanto nas histórias narradas no ritmo de uma boa prosa, nas alianças entre produtores, na participação da indústria, nos espaços compartilhados do festival, na paisagem em mutação, na gastronomia e nas práticas ambientais ainda incipientes. O desafio, portanto, não é apenas planejar o turismo, mas reconhecer, valorizar e regenerar os vínculos simbólicos, culturais e ecológicos que fazem da cachaça uma expressão de pertencimento e um horizonte de desenvolvimento para a comunidade.

5.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Diante do crescimento da atividade turística no país, torna-se imprescindível repensar as formas de planejar e gerir os territórios, incorporando não apenas práticas de ordenamento e sustentabilidade, mas também perspectivas que apontem para o turismo regenerativo. Esta abordagem propõe superar o paradigma da mitigação de impactos, assumindo o compromisso de restaurar, revitalizar e fortalecer os ecossistemas e as comunidades locais envolvidos no fenômeno turístico. Reconhece-se, contudo, que o turismo, ao mesmo tempo em que pode gerar oportunidades, também acarreta pressões significativas sobre as regiões receptoras. Nesse cenário, o planejamento estratégico revela-se fundamental para alinhar as potencialidades do setor à promoção de processos de regeneração territorial e comunitária, minimizando impactos negativos e favorecendo práticas transformadoras (Lima; Alves; Silva, 2017).

Segundo Araujo (2024), o planejamento estratégico consiste em um método de análise e desenvolvimento de técnicas que auxiliam na tomada de decisões, proporcionando uma visão abrangente do mercado. Trata-se de um processo que define a direção a ser seguida pela organização, com foco em objetivos de longo prazo.

Já para Marques (2009, p. 16):

O planejamento estratégico é, normalmente, de responsabilidade dos níveis mais altos da organização, e diz respeito, tanto à formulação de objetivos quanto a seleção dos cursos de ação a serem seguidos para a sua consecução, levando em conta as condições externas e internas à organização e sua evolução esperada.

No caso de Jandaia do Sul, essa abordagem mostra-se pertinente diante do cenário atual, marcado pela consolidação do Festival da Cachaça, pelo título de Capital Paranaense da Cachaça, pela constituição da Associação dos Produtores de Cachaça, pela atuação da UNESPAR no campo do turismo e dos negócios no Vale do Ivaí, pela articulação com a Indústria Missiata de Bebidas (Jamel) e com o poder público municipal. A Hélice Quíntupla (HQ) oferece, assim, um arcabouço inicial para compreender como esses diferentes atores podem se mobilizar em torno de um planejamento estratégico voltado ao desenvolvimento turístico regenerativo ancorado na cachaça artesanal.

Todavia, é preciso reconhecer que a HQ também apresenta limites. Ao nascer de um paradigma tecnocrático e orientado pela lógica da inovação mercadológica, corre o risco de reduzir a complexidade das relações sociais, culturais e ambientais à sua funcionalidade instrumental. Em contextos como Jandaia do Sul, onde a cachaça é carregada de memórias, afetos e tensões históricas, essa perspectiva pode negligenciar dimensões simbólicas e invisibilizar saberes locais. É nesse ponto que este trabalho propõe uma inflexão crítica: ampliar a aplicação da HQ a partir do diálogo com referenciais do turismo regenerativo e com diferentes correntes do pensamento que reivindicam uma relação mais integrada entre sociedade e natureza. Autores como Anna Pollock, Arne Naess, Félix Guattari, Ailton Krenak, Arturo Escobar, Maria Lugones, bell hook entre outros, que foram a lente de sustentação teórica do turismo regenerativo, discutidos e tramados nos capítulos iniciais deste estudo, ofereceram aportes que possibilitaram ressignificar o modelo, orientando-o para um planejamento estratégico que vai além da inovação tecnológica e econômica, e que incorpora o cuidado, a regeneração e a valorização dos modos de vida que sustentam o território.

5.4 O ENCONTRO DE MUNDOS: A CACHAÇA E A PROPOSIÇÃO DE UM TURISMO REGENERATIVO PARA JANDAIA DO SUL - PR

5.4.1 Introdução

A presente proposta de um planejamento estratégico para o desenvolvimento do turismo em Jandaia do Sul parte do reconhecimento da cachaça artesanal como elemento central da identidade local e como vetor de possibilidades culturais, ambientais e econômicas. A proposta aqui delineada busca orientar gestores públicos, produtores, associações, instituições acadêmicas, empresas e comunidade em torno de uma visão compartilhada: consolidar Jandaia do Sul como referência em turismo regenerativo, articulando memória, tradição, inovação e cuidado com o território.

Mais do que um produto, a cachaça em Jandaia do Sul se configura como uma linguagem do território, carregada de histórias e saberes que atravessam gerações. Apesar das conquistas recentes que trouxeram visibilidade e reconhecimento ao produto, desafios significativos persistem. Entre eles, destacam-se a ausência de políticas públicas específicas, a fragilidade de iniciativas de educação patrimonial e ambiental, e a necessidade urgente de uma maior articulação entre os diferentes setores sociais.

Diante desse cenário, o planejamento estratégico organiza diretrizes e ações a partir do modelo da Hélice Quíntupla, que integra cinco dimensões: governo, universidade, empresas, sociedade civil e meio ambiente. Esse modelo é aqui apropriado de forma crítica e sensível, em diálogo com princípios do turismo regenerativo, que propõe mais do que a sustentabilidade: convida à regeneração dos vínculos entre pessoas, comunidades e ecossistemas.

A proposta não se limita a metas numéricas ou à ampliação da atividade turística em sentido estrito. Ele propõe um caminho coletivo para fortalecer a cachaça artesanal como patrimônio vivo e, ao mesmo tempo, como eixo articulador de um desenvolvimento territorial que reconheça as memórias, valorize os saberes locais e regenere as condições ambientais. Trata-se de um convite à cooperação entre todos os atores, para que o turismo em Jandaia do Sul se torne um caminho de regeneração e prosperidade, ancorado na diversidade cultural, na inovação solidária e no cuidado com a vida.

5.4.2 Visão e princípios orientadores

5.4.2.1 Visão de futuro

Ser reconhecida como um território de referência no turismo regenerativo, no qual a cachaça artesanal é patrimônio vivo, que conecta cultura, memória, inovação e cuidado ambiental, fortalecendo os vínculos entre comunidade, visitantes e natureza.

5.4.2.2 Missão

Promover um modelo de desenvolvimento turístico que regenere laços culturais e ambientais, valorize os saberes locais, amplie oportunidades econômicas e fortaleça a identidade de Jandaia do Sul, posicionando o município como capital da cachaça artesanal e como destino inspirador de experiências autênticas e comprometidas com a vida.

5.4.3 Fundamentos orientadores

A proposta de planejamento estratégico para o turismo regenerativo em Jandaia do Sul, a partir da cachaça artesanal, é guiada por uma ética de cuidado e pela complexidade das relações. Através de diálogos interdisciplinares com autores como Anna Pollock, Edgar Morin, Félix Guattari, Arne Naess, bell hooks, Paulo Freire, Isabelle Stengers, Maria Lugones, Ailton Krenak e Arturo Escobar, é possível tecer a trama teórica que sustenta as ações do planejamento. Esses pensadores, em sua interconexão, servem como fios condutores que garantem que o planejamento seja coerente, ético e capaz de gerar um impacto real e transformador no território. A partir dessa tessitura, os seguintes fundamentos norteadores foram propostos:

1. **Regeneração Biocêntrica:** Fundamentado na visão de Anna Pollock e na Ecologia Profunda de Arne Naess, este princípio reconhece que o território e suas formas de vida não são meros recursos a serem explorados. As ações de planejamento devem ir além da sustentabilidade, buscando restaurar ecossistemas e revitalizar os vínculos com o lugar, honrando o valor de todos os seres vivos.
2. **Visão Holística e Interdependente:** Inspirado na Ecosofia de Guattari e no pensamento complexo de Morin, este fundamento defende que o planejamento deve abordar as três ecologias: ambiental, social e subjetiva, de forma integrada. O objetivo é reconhecer as múltiplas inter-relações entre cultura, economia e ecologia, permitindo que o planejamento seja flexível e adaptativo.
3. **Centralidade da Comunidade e do Diálogo:** Em sintonia com a ética do amor de bell hooks e a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, este princípio coloca a

comunidade como protagonista do processo. As propostas devem ser construídas por meio de um diálogo horizontal e participativo, cultivando a confiança, o afeto e o respeito para que os moradores se tornem agentes de sua própria história.

4. **Justiça Territorial e Descolonização do Olhar:** Este fundamento é guiado pelas reflexões de Arturo Escobar e pelas Epistemologias do Sul, que criticam a lógica hegemônica e extrativista do desenvolvimento. Em diálogo com a Cosmopolítica de Isabelle Stengers e o *World-traveling* de Maria Lugones, o planejamento busca garantir que as ações turísticas beneficiem a comunidade de forma equitativa, desafiando modelos universais e reconhecendo a sabedoria local com um olhar de respeito e cuidado.
5. **Pertencimento e Memória Ancestral:** Este princípio orienta o fortalecimento do vínculo afetivo entre comunidade e território, reconhecendo a cachaça artesanal como uma expressão de identidade. O fundamento se alinha às reflexões de Ailton Krenak sobre a importância dos vínculos profundos com o lugar de origem e a memória para combater a fragmentação e a alienação.

5.4.4 Diagnóstico estratégico

O desenvolvimento do turismo em Jandaia do Sul apresenta um cenário marcado por conquistas significativas e desafios persistentes. A cachaça artesanal entendida como vetor de oportunidades, constitui-se como eixo central desse processo. Entretanto, os avanços alcançados convivem com fragilidades estruturais e com a necessidade de ampliar o horizonte de ação em direção a práticas regenerativas, como destacado na matriz SWOT:

Quadro 3: Matriz SWOT de Jandaia do Sul

| Forças | Fraquezas |
|--|---|
| Memória e pioneirismo: presença de famílias fundadoras (Pereira, Zan, Romani), que reforçam a legitimidade histórica da cachaça em Jandaia do Sul. | Preconceito persistente: embora em declínio, ainda existe estigma histórico em parte da população local. |
| Orgulho crescente: relatos de produtores e descendentes revelam satisfação em ver a cachaça vinculada ao festival, a premiações e ao título de Capital Paranaense da Cachaça. | Fragilidade identitária: dificuldade de alguns moradores em reconhecer a cachaça como patrimônio cultural e elemento de identidade de Jandaia. |

| | |
|--|--|
| <p>Festival consolidado: o evento anual tornou-se vitrine do município, ampliando a visibilidade e atraindo novos públicos (famílias, mulheres, turistas)</p> | <p>Descontinuidade familiar: histórias de pioneiros que não tiveram continuidade na produção (como a família Zan e Romani) revelam fragilidade na transmissão do saber-fazer.</p> |
| <p>Qualidade dos produtos: destaque para o cuidado no processo artesanal, uso de madeiras variadas, inovação nos <i>blends</i> e reconhecimento em concursos. Soma-se a isso a existência de articulações entre produtores locais em torno da estruturação de um projeto voltado à futura obtenção de Denominação de Origem, iniciativa ainda em desenvolvimento, mas que sinaliza um movimento de qualificação territorial, padronização técnica e valorização identitária do produto.</p> | <p>Dependência institucional: necessidade de apoio constante de poder público e universidades para que ações patrimoniais e turísticas avancem.</p> |
| <p>Aperfeiçoamento e inovação: produtores demonstram busca contínua por melhorias técnicas, incluindo parcerias com universidades, experimentação de novas madeiras e atualização de processos.</p> | <p>Ausência de políticas públicas municipais: embora a cidade tenha recebido o título de Capital Paranaense da Cachaça, não existem leis ou políticas locais que amparem a bebida como bem cultural, de memória ou patrimônio. O apoio da gestão restringe-se à manutenção do festival, sem iniciativas mais estruturadas relacionadas à cachaça ou ao turismo.</p> |
| <p>Associação de produtores: recente, mas estratégica, fortalece a união entre os produtores artesanais e até mesmo a indústria local (Jamel), mostrando capacidade de articulação coletiva.</p> | |
| <p>Oportunidades</p> | <p>Ameaças</p> |
| <p>Turismo regenerativo: possibilidade de articular a cachaça com práticas de educação patrimonial, turismo cultural ampliado e regeneração territorial</p> | <p>Políticas restritivas: excesso de exigências legais e burocráticas voltadas à produção da cachaça artesanal dificultam a expansão e desestimulam novos produtores.</p> |
| <p>Expansão de mercado: interesse em exportações já iniciadas em mercados como República Dominicana, Portugal e França, com perspectiva de ampliar ainda mais o alcance internacional.</p> | <p>Entraves à exportação: altos custos e barreiras legais complicam o acesso a novos mercados, dificultando o crescimento internacional das marcas locais.</p> |
| <p>Rota dos Destilados do Vale do Ivaí: iniciativa capaz de integrar municípios</p> | <p>Descaracterização cultural: risco de que o festival se reduza a shows e</p> |

| | |
|--|--|
| e diversificar atrativos, potencializando fluxos turísticos regionais | entretenimento, perdendo a centralidade da cachaça e de seu valor patrimonial. |
| Novos roteiros turísticos: criação de roteiros complementares voltados ao turismo no espaço rural e à valorização cultural, ampliando a oferta de experiências para além da rota principal. | Políticas públicas instáveis: mudanças administrativas podem comprometer o apoio ao festival, à associação e às iniciativas de educação patrimonial. |
| Valorização acadêmica: pesquisas, inventários e projetos de extensão universitária podem legitimar a cachaça como objeto de estudo e de preservação cultural. | Memória em risco: ausência de registros sistematizados ameaça a preservação da história dos pioneiros e a transmissão do legado às novas gerações. |
| Inovação em experiências: confrarias, oficinas, cicloturismo e até corrida de rua associadas ao festival são estratégias para atrair públicos diversos. | Infraestrutura insuficiente no festival: embora a cidade possua hotéis e restaurantes que atendem à demanda regular de visitantes, durante o festival a capacidade torna-se limitada, exigindo apoio das cidades vizinhas (Apucarana, Maringá, Mandaguari). |
| Novos negócios associados à cachaça: surgimento de empreendimentos ligados à bebida, como bares, restaurantes, produtos derivados e experiências gastronômicas. | Agricultura: predominância de práticas agrícolas baseadas em monoculturas e no uso intensivo de agrotóxicos. |
| Espaço de memória: possibilidade de criação de uma Casa de Memória da Cachaça, para sistematizar registros, reunir acervo e fortalecer a identidade histórica e cultural do município. | Gestão pública: fragilidade em estruturar políticas de longo prazo e a ausência de visão integrada para o turismo. |

Fonte: a autora (2025)

Pontos fortes incluem o fortalecimento da identidade coletiva em torno da cachaça, a realização e consolidação do Festival da Cachaça, a criação da Associação de Produtores, a cooperação entre alambiques e a participação da indústria local em iniciativas de curadoria. Esses elementos revelam dinamismo, orgulho comunitário e capacidade de mobilização.

Entre as fragilidades, destacam-se a ausência de políticas públicas municipais específicas para a valorização da cachaça e do turismo, a descontinuidade de espaços de governança participativa, como o Conselho de Turismo, a fragilidade da memória coletiva pela falta de registros sistematizados e a insuficiência de infraestrutura em períodos de maior demanda, como no festival.

As oportunidades incluem a criação de novos roteiros turísticos integrados, a valorização da gastronomia local vinculada à cachaça, a implantação de uma Casa da Memória, a elaboração de um livro de memórias, a obtenção do selo de denominação de origem e a expansão do mercado para além das fronteiras locais e internacionais. O engajamento da universidade e de instituições de ensino na educação patrimonial e ambiental abre perspectivas para que Jandaia do Sul se consolide como cidade educadora.

Por outro lado, as ameaças envolvem a predominância de práticas agrícolas baseadas em monoculturas e no uso intensivo de agrotóxicos, o comprometimento dos recursos hídricos e a falta de integração comunitária em projetos turísticos. A fragilidade da gestão pública em estruturar políticas de longo prazo e a ausência de visão integrada para o turismo também representam riscos à continuidade das iniciativas.

De forma transversal, a análise etnográfica sensível revelou dimensões que extrapolam a objetividade do diagnóstico. A cachaça, em Jandaia do Sul, não é apenas produto ou mercadoria, mas linguagem de pertencimento e memória. Ela expressa vínculos familiares, afetivos e comunitários, ao mesmo tempo em que projeta expectativas de futuro. Contudo, essas dimensões só se consolidarão plenamente se acompanhadas de um olhar regenerativo: um turismo capaz de restaurar ecossistemas, valorizar modos de vida e reconstruir vínculos simbólicos entre território, sociedade e natureza.

Assim, o diagnóstico estratégico aponta para a necessidade de articular políticas, práticas e saberes que transcendam o enfoque econômico, ampliando a cachaça como patrimônio vivo e como catalisadora de processos de regeneração territorial.

5.4.5 Diretrizes estratégicas pela Hélice Quintupla

1) Governo

- Implementar políticas públicas que valorizem a cachaça como patrimônio vivo, integrando as dimensões de turismo, memória e desenvolvimento. As ações devem ser orientadas pelos princípios da Justiça Territorial e da Cosmopolítica, garantindo que as iniciativas públicas beneficiem de forma equitativa os diferentes grupos sociais e reconheçam a pluralidade de saberes locais.

- Retomar os espaços de governança participativa, como conselhos e fóruns, garantindo a transparência e a horizontalidade das decisões. A comunidade deve ser o principal agente de transformação, em sintonia com a centralidade da comunidade e do diálogo.
- Elaborar um Plano Municipal de Turismo Regenerativo, alinhado a metas de curto, médio e longo prazo. Este plano deve ser transversal às secretarias de meio ambiente, cultura, entre outras, refletindo a visão holística e a complexidade do sistema territorial.
- Apoiar a criação da Casa da Memória da Cachaça e outras iniciativas de registro histórico, consolidando a memória e pertencimento do município.
- Melhorar a infraestrutura de apoio ao turismo como transporte, hospedagem, sinalização, etc, a partir de uma visão que integre as necessidades da comunidade e os princípios regenerativos.

2) Universidade

- Fomentar pesquisas e projetos de extensão voltados à Regeneração Biocêntrica, integrando saberes tradicionais e inovações tecnológicas para aprimorar a produção artesanal da cachaça, com ênfase em manejos agroecológicos, uso de energias renováveis e estratégias de recuperação de ecossistemas locais.
- Contribuir tecnicamente para a estruturação de processos de certificação territorial, como Indicação Geográfica e Denominação de Origem, por meio de estudos de caracterização produtiva, mapeamento de práticas tradicionais, sistematização de dados históricos, elaboração de dossiês técnicos e apoio metodológico à organização coletiva dos produtores.
- Implementar programas de educação patrimonial e ambiental nas escolas e na comunidade, incentivando a memória e pertencimento e a adoção de práticas sustentáveis e regenerativas.
- Criar um observatório de turismo, para que a universidade se torne um polo de conhecimento e de articulação entre pesquisadores, estudantes e todos os atores da Hélice Quíntupla, fortalecendo a Cooperação.
- Apoiar a produção de um livro de memórias da cachaça de Jandaia do Sul, em parceria com a associação de produtores, para resgatar e perpetuar a história e o legado dos pioneiros.
- Promover intercâmbios regionais e internacionais, ampliando redes de aprendizado e cooperação e fóruns de discussões.

3) Empresas

- Fortalecer a cooperação entre alambiques artesanais e a indústria, consolidando iniciativas de curadoria e promoção conjunta que valorizem o processo artesanal. Este princípio de cooperação é a base para a sustentabilidade do setor.
- Estimular novos empreendimentos em gastronomia, vinculando receitas, harmonizações e pratos típicos ao universo da cachaça.
- Investir em roteiros e negócios que promovam a regeneração e a memória, conectando os alambiques a experiências culturais, hospitalidade rural e à gastronomia local.
- Adotar e certificar práticas regenerativas, como o uso de energias limpas e o reaproveitamento de resíduos, tornando-as diferenciais de mercado.
- Apoiar *startups* e negócios criativos que se baseiem em uma visão de turismo como *World-traveling* (viagem por mundos), propondo experiências que conectem os turistas à história e aos saberes da comunidade de forma respeitosa e ética.

4) Sociedade civil

- Ampliar a participação comunitária na gestão do turismo, por meio de fóruns e incentivo ao associativismo. Este é o alicerce da centralidade da comunidade e do diálogo.
- Atuar como guardião da memória e do patrimônio cultural, promovendo o reconhecimento da cachaça como um bem da comunidade. Estimular ações de educação patrimonial em escolas e comunidades, promovendo o reconhecimento da cachaça como patrimônio cultural.
- Fomentar a criação de grupos culturais e gastronômicos que mantenham vivas as tradições ligadas à cachaça e à colonização do município.
- Recrutar e treinar moradores dispostos a atuar como "embaixadores da cachaça", recebendo grupos de visitantes em locais públicos para contar a história do município e do festival.
- Resgatar a vocação histórica de "Cidade Simpatia"⁴² para valorizar e potencializar a hospitalidade local. Essa ação visa estimular a comunidade a se tornar protagonista na

⁴² A alcunha "Cidade Simpatia", atribuída a Jandaia do Sul, consolidou-se a partir da segunda metade do século XX como elemento identitário utilizado em materiais institucionais e comunicacionais, refletindo a percepção regional de uma sociabilidade marcada pela cordialidade e pelo acolhimento. Diferentemente de outras cidades paranaenses que desenvolveram epítetos ancorados em atributos físicos ou econômicos, como Arapongas ("Cidade dos Pássaros"), Londrina ("Capital do Café") ou Apucarana ("Cidade Alta"), a

construção de um destino mais acolhedor e em sintonia com os princípios regenerativos da pesquisa.

- Consolidar o Festival da Cachaça como um espaço de cooperação e de pertencimento, que una produtores, artistas e comunidade em torno da celebração do território, fortalecendo os vínculos sociais e afetivos.

5) Meio ambiente

Governo: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, ou equivalente como principal órgão responsável por fiscalizar, propor políticas e garantir marcos regulatórios. Pode assumir ações como: recuperação de áreas degradadas, incentivos à produção agroecológica da cana, fiscalização do uso de agrotóxicos, programas de educação ambiental, promover campanhas de sensibilização sobre a importância da água e da biodiversidade, integrando moradores, visitantes e produtores.

Universidade: Desenvolvimento de pesquisa aplicada, como por exemplo manejo sustentável da cana, reaproveitamento de resíduos da cachaça, energias renováveis nos alambiques. Projetos de extensão voltados para educação ambiental comunitária e monitoramento da biodiversidade. Criar roteiros de leitura da paisagem, destacando as transformações da colonização até o presente e suas implicações socioambientais. Estimular práticas de economia circular, como o aproveitamento de resíduos da produção de cachaça para biofertilizantes e energia.

Sociedade civil: Associações de produtores e comunidade locais como parceiros diretos na gestão do território. Atuar em práticas de conservação (hortas comunitárias, plantio de flores, reflorestamento, mutirões de limpeza) e na vigilância social sobre ações do poder público e privado.

Setor produtivo: Adoção de práticas regenerativas na produção (energia limpa, uso do bagaço da cana para biomassa, tratamento de efluentes). Certificações de sustentabilidade e turismo regenerativo como diferenciais de mercado.

Articulação inter-hélices: criar comitês mistos ou fóruns locais de turismo regenerativo, em que cada hélice tenha responsabilidades definidas, mas compartilhe decisões. O meio ambiente, assim, não fica “órfão”: ele é representado por meio das ações conjuntas dessas instâncias.

designação conferida a Jandaia do Sul remete a um imaginário cultural de hospitalidade pública e afetuosa, constituindo-se como marcador simbólico de um ethos social específico e não de uma característica geográfica ou produtiva.

No eixo do meio ambiente, as ações previstas serão assumidas de forma colaborativa entre os diferentes atores da Quintupla Hélice. Cabe ao **poder público**, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, assegurar marcos regulatórios e implementar programas de recuperação e conservação. À **universidade**, incumbe o desenvolvimento de pesquisas aplicadas e projetos de pesquisa e extensão que fortaleçam práticas regenerativas. O **setor produtivo**, por sua vez, deve incorporar inovações sustentáveis em seus processos, enquanto a **sociedade civil** atua como guardiã e parceira nas práticas de cuidado e conservação. Dessa forma, o **meio ambiente, compreendido como sujeito, torna-se eixo articulador das estratégias, demandando responsabilidades compartilhadas e corresponsabilidade coletiva.**

5.4.6 Ações estratégicas transversais

a) Educação patrimonial e ambiental

Integrar a cachaça ao currículo escolar e a projetos educativos, de modo a fortalecer o sentimento de pertencimento das novas gerações. Promover atividades de campo em alambiques, oficinas de memória oral e ações de sensibilização ambiental, articulando o município ao movimento de “cidade educadora”.

b) Gastronomia

Desenvolver uma culinária identitária associada à cachaça, resgatando práticas dos imigrantes e dos pioneiros e estimulando chefs e empreendedores locais a criar receitas autorais. Fomentar concursos, festivais e roteiros gastronômicos que dialoguem com a produção artesanal e com ingredientes locais, fortalecendo a economia e a identidade territorial.

c) Memória e patrimônio vivo

Consolidar a criação da Casa da Memória da Cachaça, bem como incentivar publicações e registros, como o livro de memórias, que retratem as histórias familiares, os modos de produção e as transformações do território. Estimular a coleta de relatos orais e o registro fotográfico para compor um acervo comunitário de acesso público.

d) Marketing territorial

Construir uma identidade de marca para Jandaia do Sul como Capital Paranaense da Cachaça, e quem sabe no futuro Capital da Cachaça Artesanal Regenerativa, ampliando a visibilidade do município em redes regionais, nacionais e internacionais. Investir em campanhas que destaquem a singularidade do produto local e promovam a integração com o turismo, a gastronomia e a hospitalidade.

e) Festival da Cachaça

Consolidar o festival como um espaço de encontro, celebração e negócios, reforçando sua dimensão educativa e cultural. Ampliar atividades paralelas, tais como: seminários, oficinas, esporte, feiras gastronômicas e culturais e fortalecer o festival como plataforma de projeção nacional da cachaça de Jandaia do Sul.

f) Turismo regenerativo como eixo

Garantir que todas as ações estratégicas estejam alinhadas à lógica regenerativa, ou seja, orientadas para restaurar ecossistemas, revitalizar vínculos comunitários e ressignificar práticas culturais. Essa transversalidade exige que cada hélice atue de forma integrada, reconhecendo a interdependência entre sociedade, natureza e economia.

5.4.7 Implementação e acompanhamento

A efetivação deste planejamento estratégico exige que as ações propostas sejam articuladas em rede, envolvendo os cinco atores da Hélice Quintupla, governo, universidade, empresas, sociedade civil e meio ambiente, em um processo contínuo de corresponsabilidade.

1) Estrutura de governança

- Criação de um Comitê Gestor do Turismo Regenerativo de Jandaia do Sul, com representantes de todas as hélices. Esse comitê será responsável por coordenar iniciativas, monitorar resultados e promover ajustes.
- Instituição de grupos de trabalho temáticos: memória e patrimônio, gastronomia, meio ambiente, educação patrimonial, mercado e comercialização, garantindo maior foco às ações.

2) Etapas de implementação

- Curto prazo (1 a 2 anos): consolidação do Festival da Cachaça como plataforma de visibilidade; criação de programas de educação patrimonial nas escolas; início do projeto da Casa da Memória; lançamento do livro de memórias: elaboração de roteiros gastronômicos e culturais.
- Médio prazo (3 a 5 anos): fortalecimento do associativismo; implementação de práticas agroecológicas em alambiques parceiros; melhorias na infraestrutura turística.
- Longo prazo (5 a 10 anos): consolidação de Jandaia do Sul como destino de referência em turismo regenerativo; reconhecimento nacional da cachaça artesanal local; expansão do mercado internacional; integração plena da cachaça ao marketing territorial do município.

3) Indicadores de acompanhamento

- Qualitativos: percepção de pertencimento e orgulho comunitário, fortalecimento da identidade cultural, integração entre alambiques e comunidade, avaliação das ações de políticas públicas pontuadas no planejamento.
- Quantitativos: número de visitantes no festival e em roteiros turísticos, novos empreendimentos ligados à cachaça e à gastronomia, áreas cultivadas com práticas agroecológicas, participação em mercados externos, instituição de políticas públicas de valorização da cachaça, criação do Conselho Municipal do Turismo e outros fóruns comunitários.
- Ambientais: avaliação quantitativa e qualitativa da redução no uso de agrotóxicos, recuperação de nascentes e matas ciliares, adoção de energias limpas em alambiques.

4) Princípios de acompanhamento

O acompanhamento será orientado por uma ética da complexidade e da regeneração, baseada nos seguintes princípios conceituais do turismo regenerativo (Pollock & Bellato, 2022-2023):

- **Visão ecológica:** avaliar os impactos considerando os limites ecológicos do território;
- **Pensamento como sistemas vivos:** ver o território, seus atores humanos e não humanos, como sistema dinâmico que interage e se transforma;
- **Intervenções com propósito:** priorizar ações restaurativas e transformadoras em vez de meramente mitigadoras;

- **Reciprocidade e responsabilidade relacional:** cada ação deverá promover o diálogo entre diferentes atores, responsabilizando-se não só pelos resultados, mas pelas relações que se constroem;
- **Aderência ao lugar:** levar em conta saberes locais, cultura, ecologia, história de Jandaia do Sul na concepção e implementação das ações;
- **Aprendizagem adaptativa e emergente:** ajustes serão feitos de forma participativa, diante dos *feedbacks* dos atores locais, reconhecendo o planejamento como processo vivo e em constante transformação;
- **Justiça, equidade e inclusão:** garantir que os benefícios e impactos das ações sejam distribuídos equitativamente e que vozes historicamente marginalizadas participem do planejamento e da execução.

Cada ação deverá ser avaliada não apenas em termos de resultados imediatos, mas sobretudo em relação à sua capacidade de restaurar vínculos, regenerar ambientes e ampliar a cooperação comunitária. Ajustes serão feitos de forma participativa, valorizando o diálogo entre diferentes atores e reconhecendo que o planejamento é um processo vivo, em constante transformação.

6 SAIDEIRA⁴³

Não se encerra uma travessia como quem fecha um livro. Certas caminhadas continuam reverberando, mesmo após a última linha. Esta dissertação é uma dessas travessias: marcada por escutas, silêncios, afetos e encontros. Ela nasce de uma inquietação, mas também de uma fidelidade ao território, aos saberes enraizados e aos vínculos que resistem à lógica do esquecimento.

A investigação permitiu evidenciar que a cachaça, para além de um produto, constitui-se como uma linguagem do território, expressão viva de memórias, vínculos, lutas e pertencimentos que atravessam gerações. Trata-se de um bem simbólico e produtivo que, embora historicamente marcado por estigmas, revelou-se essencial para a compreensão das dinâmicas econômicas, afetivas e culturais do município.

Analisando as narrativas construídas por meio das entrevistas e da observação participante, evidenciou-se o papel central da cachaça artesanal na constituição da identidade local e no fortalecimento de redes de solidariedade. Mais do que um objeto de estudo, a cachaça emergiu como chave interpretativa de um modo de vida, de um *ethos* comunitário que articula tradição e inovação. A abordagem metodológica de base qualitativa, ancorada em uma escuta sensível e situada, possibilitou captar nuances que escapariam a metodologias meramente técnicas, permitindo a imersão em uma realidade rica em contradições e afetos.

Procurou-se compreender, ao longo do percurso, de que modo a cachaça artesanal poderia ser reconhecida e articulada como potência territorial e turística. Para tanto, adotou-se o turismo regenerativo como eixo analítico, um conceito que busca ir além de práticas exploratórias e que aponta para a reconstrução de vínculos entre pessoas, ecossistemas, culturas e modos de vida. Para a elaboração da proposta do planejamento, a Hélice Quíntupla foi utilizada como recurso metodológico, adaptada a partir dos fundamentos do turismo regenerativo. Isso permitiu subverter o modelo, transformando-o em um instrumento de justiça territorial e da materialização dos pressupostos conceituais dos autores que me guiaram.

Essa abordagem possibilitou uma leitura ampliada do turismo, não como mera atividade econômica, mas como uma prática ética, territorializada e profundamente

⁴³ Como despedida, deixo ao leitor a sugestão da canção Sal da Terra, interpretada por Beto Guedes. Sua melodia e sua letra, que clamam pela responsabilidade coletiva diante da vida e do planeta, ecoam o espírito deste trabalho. Assim como a pesquisa busca inspirar práticas regenerativas e solidárias, a canção convida à esperança ativa e à construção de futuros mais justos e amorosos, lembrando-nos de que cada gesto, por menor que pareça, é também parte da transformação do mundo.

implicada com os processos de regeneração ambiental, social e cultural. A investigação revelou que, em contextos como o de Jandaia do Sul, o turismo só poderá assumir uma função verdadeiramente transformadora se for construído de forma participativa, respeitando os tempos, os saberes e as singularidades do território.

O planejamento estratégico proposto, ao final do quinto capítulo, buscou responder a essa exigência, delineando caminhos possíveis a partir das vozes locais e da valorização da cachaça artesanal como eixo estruturante. O plano dialoga diretamente com os princípios de uma visão holística e biocêntrica, na qual o meio ambiente é compreendido como sujeito, e com a ética do cuidado. Ele propõe a transformação do turista em viajante ético, buscando romper com a lógica da exploração e da percepção arrogante.

Do ponto de vista dos resultados, o objetivo central da pesquisa foi alcançado. O estudo demonstrou que a cachaça pode ser reconhecida e articulada como vetor de desenvolvimento turístico e territorial, reforçando sua relevância histórica, econômica e identitária. Os objetivos específicos também foram plenamente alcançados, traçando um panorama histórico e territorial, analisando o turismo como fenômeno complexo, evidenciando os princípios regenerativos e mapeando atores e práticas, a fim de realizar um diagnóstico completo do município.

Contudo, o caminho metodológico e interpretativo não foi isento de desafios. A escassez de registros escritos sobre a história da cachaça em Jandaia do Sul, uma consequência da sua desvalorização histórica, reforçou a necessidade de uma abordagem metodológica diferenciada. Nesse contexto, a escuta sensível às memórias locais não foi apenas um instrumento, mas a principal via para acessar uma história que existe nas falas, nos afetos e nas vivências.

Em adição a essa dificuldade estrutural, somaram-se os tensionamentos políticos que atravessaram o campo de pesquisa. Notáveis dificuldades marcaram o agendamento de encontros com o poder público municipal, bem como com pessoas envolvidas na organização do Festival da Cachaça. Obstáculos metodológicos inesperados surgiram com a não obtenção de dados e a restrição de acesso a determinados atores, frequentemente motivadas por questões de ordem política e partidária.

A instabilidade política acabou por comprometer, ainda, a elaboração do planejamento estratégico, dada a dificuldade em obter o engajamento institucional necessário para sua validação e efetivação. Tal conjuntura evidenciou que a desvalorização da cachaça e sua invisibilidade histórica se manifestam também nas

barreiras institucionais, onde a gestão da informação e a participação social são vulneráveis a disputas de poder.

Essa postura política diante dos saberes de sujeitos muitas vezes excluídos dos arquivos oficiais e das narrativas consagradas não apenas evidenciou a desvalorização histórica da cachaça, mas também reforçou a importância de sua patrimonialização simbólica. Contudo, a lacuna de registros formais, longe de constituir um obstáculo metodológico, validou o percurso de pesquisa e fortaleceu o compromisso em conferir visibilidade epistemológica a uma história que resiste e persiste, mesmo diante da ausência de reconhecimento institucional.

A desvalorização histórica da cachaça, marcada por preconceitos sociais, ainda reverbera, inclusive no meio acadêmico. Por essa razão, a própria construção da pesquisa exigiu um esforço constante de legitimação, enfrentando invisibilidades estruturais. Escolher a cachaça como objeto central da dissertação implicou em afirmar sua relevância como patrimônio vivo, como possibilidade epistemológica e como campo fértil para tensionar paradigmas hegemônicos e propor alternativas mais sensíveis de desenvolvimento.

Infelizmente, a pesquisa também foi atravessada por circunstâncias pessoais intensas. A escuta sensível, aplicada ao território, precisou coexistir com a escuta do próprio corpo e das dores da vida. Perder meu pai, conviver com o luto, conferiu à dissertação uma dimensão humana que não se traduz apenas em palavras, mas que está inscrita na memória e no cuidado com o outro. A ausência dele se transformou em presença simbólica que sustenta cada linha, cada escolha e cada silêncio.

Escrever sobre a cachaça é também escrever sobre o Brasil profundo, que pulsa nos alambiques, nos quintais e nas histórias contadas ao pé do canavial. Um Brasil que resiste à homogeneização e à mercantilização da cultura, e que insiste em existir, em fermentar e em destilar possibilidades de futuro.

Por fim, esta pesquisa não se encerra aqui. Pelo contrário, ela abre-se à continuidade. Sugerem-se, portanto, novas investigações, como os atravessamentos de gênero na produção e no consumo da cachaça, especialmente em diálogo com as relações de poder no território; a patrimonialização simbólica e institucional da cachaça brasileira; e o aprofundamento da relação entre a cachaça e a gastronomia como expressões culturais e afetivas. Cada um desses temas, por si só, poderia dar origem a novas pesquisas, mantendo vivo o compromisso com a pluralidade de vozes e com a regeneração dos sentidos atribuídos à cachaça, ao turismo e ao próprio território.

7 REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, F. Política regional y desarrollo territorial en América Latina y el Caribe. *Informe Gepec*, v. 18, n. 2, p. 163-190, 2014. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/10431/8204>. Acesso em: 17 mar. 2024.

ALMEIDA, A. C. S. A colonização do território paranaense e o dinamismo dos municípios da frente norte. *Revista GEOMAE*, Campo Mourão, v. 7, n. 1, p. 9-20, 1. sem. 2016. ISSN 2178-3306. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/geomae/article/view/7415/5273>. Acesso em: 17 mar. 2024.

ALHITMI, H. K.; RAHMAN, E. Z.; BAYRAM, G. E. Regenerative Tourism – The Concept of Moving Beyond Responsible and Sustainable Tourism. In: ALNOOR, A.; BAYRAM, G.; XINYING, C.; SHAH, S. (org.). **The Role of Artificial Intelligence in Regenerative Tourism and Green Destinations**. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2024. p. 33-50.

ARANEDA, Martín. ¿Por Que Regeeración?. Disponível em: <https://turismoregenerativo.org/2017/11/por-que-regeneracion/> Acesso em: 08 jul. 2025.

ARAUJO, A. E. N. F. **Planejamento Estratégico no Turismo: explorando o potencial da identidade cultural da banana para o desenvolvimento turístico de Bananeiras/PB**. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Paraíba. Bananeiras, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/32766/1/Anna%20Elisa%20Negromonte%20Freire%20de%20Ara%20c3%20bajo.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2025

ÁVILA, N. F. **Comunicação corpoiesis e turismo: tramas turístico-comunicacionais para a (auto) transpoiese de sujeitos e lugares, em São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul**. 2023. 522 f. Tese (Doutorado). Universidade De Caxias Do Sul. Caxias Do Sul, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/12582>. Acesso em 20 de mar. 2024

AZAMBUJA, J. M. P. **Regulação Positiva e a Indústria da Cachaça**. 2023. 96 f. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

BAITELLO JR, N. **A mídia antes da máquina**. Rio de Janeiro: JB Online, Caderno Idéias, 1999.

BAITELLO JR., N. **A Era da Iconofagia: ensaios de comunicação e cultura**. São Paulo: Hacker, 2005.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARBOSA, J. L. A. **Alimento, bebida e droga: uma abordagem histórica sobre a imagem e o uso da cachaça**. In: Engenho de cana-de-açúcar na Paraíba: por uma sociologia da cachaça. Campina Grande: EDUEPB, 2014. Disponível em:

<<https://static.scielo.org/scielobooks/gr7y8/pdf/barbosa-9788578793302.pdf>> Acesso em: 02 nov. 2023.

BARBOSA, L. **Projeto UakariLodge: Experiências de Turismo Regenerativo na Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2019.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

BECKEN, S.; KAUR, J. Anchoring “tourism value” with in a regenerative tourism paradigm – a government perspective. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 30, n. 1, p. 52-68, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2021.1990305>. Acesso em: 23 jun. 2025.

BELLATO, L.; POLLOCK, A. Regenerative tourism: a state-of-the-art review. *Tourism Geographies*, v. 27, n. 3–4, p. 558–567, 2023. Available at: <https://doi.org/10.1080/14616688.2023.2294366>. Acesso em 22 de jun. 2025

BELLATO, L.; FRANTZESKAKI, N.; NYGAARD, C. A. Regenerative tourism: a conceptual framework leveraging theory and practice. *Tourism Geographies*, v. 25, n. 4, p. 1026-1046, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/358966495_Regenerative_tourism_a_conceptual_framework_leveraging_theory_and_practice. Acesso em 22 de jun. 2025

BELTRAN, M. H. R. **Destilação: A Arte de Extrair Virtudes**. Historia da Química. 1998.

BENI, M. C.; MOESCH, M. M. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. *Turismo: Visão e Ação*, Itajaí, v. 19, n. 3, p. 430–457, set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/10193>. Acesso em: 21 maio 2025.

BERTONCELLO, A. G.; SILVA, K. F. R.; GODINHO, Â. M. M. Indicação Geográfica Protegida: Agrega Valor ao Produto e Induz ao Desenvolvimento Regional? O Caso da Cachaça de Paraty. *Desafio Online*, v. 4, n. 1, p. 1–27, 2016. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/1662>. Acesso em 11 de abr. 2024.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball Sampling: problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981. Disponível em: <https://ethnographyworkshop.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/11/biernacki-waldorf-1981-snowball-sampling-problems-and-techniques-of-chain-referral-sampling-sociological-methods-research.pdf>. Acesso em: 01 de out. 2024.

BORTOLETTO, Aline Marques. **Influência da madeira na qualidade química e sensorial da aguardente de cana envelhecida**. 2016. 231 f. Tese (Doutorado em Ciências, área de concentração: Ciência e Tecnologia de Alimentos) – Escola Superior

de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11141/tde-19042016-122917/publico/Aline_Marques_Bortoletto_versao_revisada.pdf. Acesso em: 14 maio. 2025.

BRAGA, M. V. F.; KIYOTANI, I. B. A cachaça como patrimônio: turismo cultura e sabor. *Revista de Turismo Contemporâneo.*, v. 3, n. 2, p. 254-275, 2015.

BRASIL. **Decreto n.º 34.645, de 14 de abril de 1993.** Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5034>> Acesso em: 25 mai. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 8.918, de 14 de julho de 1994.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8918.htm> Acesso em: 25 mai. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 4.062, de 21 de dezembro de 2001.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decre-to/2001/D4062.htm> Acesso em: 25 mai. 2024.

BRASIL. **Instrução Normativa n.º 20, de 25 de outubro de 2005.** Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=13717>> Acesso em: 25 mai. 2024.

BRASIL. **Portaria n.º 6, de 05 de janeiro de 2006.** Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=17517>> Acesso em: 25 mai. 2024.

BRASIL. **Câmara dos Deputados.** *Projeto de Lei nº 4.861, de 2016.* Reconhece a cachaça como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1848628. Acesso em: 11 nov. 2024.

BRASIL. **Ministério da Agricultura e Pecuária.** Anuário da cachaça 2025: principais dados e indicadores da cadeia produtiva da cachaça no Brasil. Brasília: MAPA, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/cadeias-produtivas/bebidas/anuario-da-cachaca/anuario-da-cachaca-2025.pdf>. Acesso em: 11 maio. 2025.

CACHAÇA COMPANHEIRA. *Página inicial do site oficial.* [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.cachacacompanheira.com.br>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CAPISTRANO DE ABREU, J. **Capítulos de história colonial: 1500-1800.** Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

CARAYANNIS, E. G.; RAKHMATULLIN, R. The Quadruple/Quintuple Innovation Helixes and Smart Specialisation Strategies for Sustainable and Inclusive Growth in Europe and Beyond. *Journal of Knowledge Economic*, v. 5, p. 212-239, 2014.

CARVALHEIRO, E. M. **A agroindústria canavieira do Paraná: evolução histórica e impactos sobre o desenvolvimento local**. 2005. 258 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Campus de Toledo, Toledo, 2005. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2298/1/Dissertacao%20Elizangela%20Mara%20Carvalho.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2025.

CARUSO, M. S. F.; NAGATO, L. A. F.; ALABURDA, J. Benzo(a)pireno, carbamato de etila e metanol em cachaças. *Quím. Nova*, v. 33, p. 1973– 1976, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/PVqQqHZ9dkpcQ8yyt4PYRQR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 de abr. 2024.

CASARAMONA, A; SAPIA, A.; SORACI, A. How TOI and the Quadruple and Quintuple Helix Innovation System Can Support the Development of a New Model of International Cooperation. *Journal of Knowledge Economic*, v. 6, n. 3, p. 505–521, 2015.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Prelúdio da Cachaça: etnologia, história e sociologia da aguardente no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

CASTRO, Y. P. de. **Falares Africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

CASTRO, T. P.; SANTOS, T. S.; SOUZA, F. L. M. O amor como ferramenta revolucionária: uma análise sob a perspectiva de bell hooks em ‘tudo sobre o amor’ à luz da experiência vivida nas aulas de Etnoconhecimento e Educação Escolar. *Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências*, Ceará, v. 5, n. 1, 2024. Disponível em: <https://riec.univs.edu.br/index.php/riec/article/view/433>. Acesso em: 2 jul. 2025.

CECHIN, A. **A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: Senac São Paulo; Edusp, 2010.

COLASANTE, T.; SILVA, E. P. Potencialidades para o desenvolvimento do turismo em Magalhães de Almeida – MA. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação no Turismo*, v. 15, n. 2, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/raoit/article/view/6291/3458>. Acesso em 23 jun. 2024

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). ES é o 3º estado com mais cachaçarias do Brasil. Região: Espírito Santo. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/es-e-o-3o-estado-com-mais-cachacarias-do-brasil>. Acesso em: 02 mai. 2025

CORREA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. B. B. Sobre O Conceito De Desenvolvimento Regional: Notas Para Debate. *Revista Brasileira de Gestão e*

Desenvolvimento Regional, v. 15, n. 7, p. 3-15, 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5255/870>. Acesso em: 24 jun. 2024.

COSTA, M. P.; BONI, P. C. **Apucarana: um olhar sobre o passado**. p. 85-102. In: BONI, P. C. (Org.). *Certidões de nascimento da história: o surgimento de municípios no eixo Londrina Maringá*. Londrina: Planográfica, 2009.

CORREIO BRAZILIENSE. Iphan inicia reconhecimento do modo de fazer cachaça artesanal como patrimônio cultural. Brasília, 30 maio 2025. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2025/05/7160927-iph-an-inicia-reconhecimento-do-modo-de-fazer-cachaca-artesanal-como-patrimonio-cultural.html>. Acesso em: 9 jul. 2025.

CRUZ, R. C. A. Ensaio sobre a relação entre Estado, políticas públicas de turismo e desenvolvimento regional no Brasil. *Confins – Revista franco-brasileira de geografia*, Paris, n. 44, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/26416>. Acesso em: 26 jul. 2025.

DA SILVA JÚNIOR, C. V. A. **Cachaça no Brasil: Origem, Declínio Cultural e Revalorização**. 2019. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/53914/3/2019_tcc_cvsilvajunior.pdf, Acesso em: 6 mar. 2024

DA SILVA, N. C. *et al.* Avaliação das Boas Práticas de Fabricação na fabricação de cachaça de alambique de três regiões de Minas Gerais e do Sul Fluminense. *Brazilian Journal Development*, v. 7, n. 4, p. 42441–42456, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/28891/22834>. Acesso em 06 mar. 2024

DE OLIVEIRA MENEZES, E. C.; COUTO CURVELO, E. B.; DERRETI, S. Sistema Agroalimentar Localizado e Desenvolvimento Territorial Sustentável: um estudo da experiência dos produtores de cachaça do município de Morretes – PR. *Revista Desenvolvimento Regional*, v. 25, n. 2, p. 2524-2548, 2020.

DIAS, L.; ALMEIDA, J. **Os segredos da cachaça: o que a indústria de outros destilados não quer que você saiba**. São Paulo: Os autores, 2017.

DICICCO-BLOOM, B.; CRABTREE, B. F. The qualitative research interview. *Medical Education*, v. 40, n. 4, p. 314-321, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/7205220_The_qualitative_research_interview. Acesso em 11 de jul. 2024.

DOMINGOS, F. O. **A política de regionalização do turismo no Vale do Ivaí: uma análise a partir do conceito de desenvolvimento regional**. 309 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/items/9fd89752-c6b9-4669-b0d2-308efd3d7b09>. Acesso em: 11 ago. 2025.

DREDGE, D. Regenerative tourism: transforming mindsets, systems and practices. *Journal of Tourism Futures*, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 269-281, 2022. Emerald Publishing Limited. <https://doi.org/10.1108/JTF-01-2022-0015>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/360975557_Regenerative_tourism_transforming_mindsets_systems_and_practices. Acesso em: 8 de mai. 2025

DUXBURY, N.; BAKAS, F.; CASTRO, T. V.; SILVA, S. Creative tourism development models towards sustainable and regenerative tourism. *Sustainability*, v. 13, n. 1, p. 2, 2020. <https://doi.org/10.3390/su13010002>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/13/1/2>. Acesso em: 9 de mai. 2025.

ESCOBAR, A. **Encountering development: the making and the unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995 .

_____. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, Daniel (Coord.). Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17-31. Disponível em: <http://aescobar.web.unc.edu/files/2013/09/El-postdesarrollo-como-concepto1.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2025.

_____. Territories of difference: place, movements, life, redes. Durham: Duke University Press, 2008. Disponível em: <http://aescobar.web.unc.edu/files/2013/09/Territorios.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2025.

ESPARTEL, L. B.; BARCELLOS, M. D.; GOULARTE, J. H. O mercado de cachaça da região Sul do Brasil: um estudo exploratório. *Revista Alcance - Eletrônica*, v. 18, n. 2, p. 219-236, 2011. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/10133/2/O_MERCADO_DE_CACHACA_DA_REGIAO_SUL_DO_BRASIL_UM_ESTUDO_EXPLORATORIO.pdf. Acesso em 17 de abr. 2024.

ESTÂNCIA MORETTI. Nossa história. 2025. Disponível em: <https://estanciamoretti.com.br/nossa-historia/>. Acesso em: 20 jul. 2024

FEIJÓ, A.; MACIEL, E. **Cachaça Artesanal: do alambique à mesa** . Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004.

FEITOSA, P. C. L. **A Cachaça Como Identidade Cultural. 2005. Monografia. Especialização em Turismo, Cultura e Lazer.** 2005. 58 f. Monografia. Universidade de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/620/1/2005_PatriciaCristinaLeiteFeitosa.pdf. Acesso em 16 de abr. 2024.

FERLINI, Vera L. **Amaral. Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial.** São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988.

FERREIRA, J. L. M. **Cachaça, o espírito mineiro.** 2013.

FIGUEIREDO, L. R. A. A linguagem da embriaguez: cachaça e álcool no vocabulário político das rebeliões na América portuguesa. *Revista de História*, São Paulo, n. 176,

a03416, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2017.114859>. Acesso em 12 de ago. 2025.

FLEMMING, R. M. B. P.; MOREIRA, J. C.; ALBACH, V. M.; FORBECK, G. TURISMO REGENERATIVO: Estudo de Caso no Refúgio das Curucacas – Paraná. *Revista Tocantinense de Geografia*, [S. l.], v. 12, n. 28, p. 59–79, 2023. DOI: 10.20873/rtg.v12i28.16676. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/geografia/article/view/16676>. Acesso em: 7 jul. 2025.

GERK, A. *et al.* **200 anos _ 200 cachaças: a evolução da cachaça, da independência até os dias de hoje , contada em 200 rótulos.** Ed: PCN Comunicação, Campinas - SP, 2022.

GERKE, M.; ADAMS, M.; OOI, C. S.; DAHLES, H. Entrepreneurship for regenerative tourism: doing business differently in Tasmania’s regional hospitality sector. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 32, n. 10, p. 2207-2224, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2023.2273757>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/375065095_Entrepreneuring_for_regenerative_tourism_Doing_business_differently_in_Tasmania's_regional_hospitality_industry. Acesso em: 18 de mai. 2025.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro; LTC, 1989.

GOMES, C. L. *et al.* Inserção do lazer no contexto da pós-graduação stricto sensu em turismo/hospitalidade no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 8, n. 3, 2008. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/296>. Acesso em: 23 jul. 2025.

GUATTARI, F. **As três ecologias.** Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas, SP: Papirus, 1990.

GUAZI, T. S. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. *Revista Educação, Pesquisa e Inclusão*, v. 2, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://revista.ufr.br/rep/article/view/e202114/pdf>. Acesso em: 22 de mai. 2024.

GUIBERNAU, M. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

GOMES, M. I. S. Gosto amargo da escravidão: vício da embriaguez de escravizados no conto Pai contra mãe (1906) de Machado de Assis. *Horizontes Históricos*, v. 5, n. 2, p. 168-183, ago./dez. 2022. ISSN 2596-0377. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/horizontes/article/view/18377>. Acesso em: 7 ago. 2025.

HARAWAY, D. **Ciencia, Cyborgs y Mujeres: la reinención de la naturaleza.** Madrid, Cátedra, 1995.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas.** tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

IBITI PROJETO. Disponível em: <https://ibiti.com/>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios – PIB 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>. Acesso em: 19 de nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Estimativas da População Residente – Municípios (2022–2025). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/jandaia-do-sul.html>. Acesso em: 19 de nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades@: dados municipais de área territorial, densidade demográfica e outros. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/jandaia-do-sul/panorama>. Acesso em: 19 de nov. 2025.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2024. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br> Acesso em: 5 jun. 2024.

JACKSON, M. O. **The human network: how your social position determines your power, beliefs, and behaviors**. New York, NY: Vintage Books, 2019.

KALLIS, G.; KERSCHNER, C.; MARTINEZ-ALIER, J. The economics of degrowth. *Ecological Economics*., v. 84, p. 172-180, 2012.

KOVALESKI, A.; MASCARENHAS, R. G. T.; VALDUGA, V.; HORODYSKI, G. S. A oferta de souvenirs gastronômicos no litoral do Paraná: estudo de caso em Morretes/PR. *Cultur*, v. 14, n. 2, 2020. DOI: 10.36113/cultur.v14i02.2593. Acesso em: 25 mai. 2024.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Texto para discussão n° 358. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20358.pdf> Acesso em: 10 jun. 2024.

LIMA, L. G. D.; ALVES, L. S. F.; SILVA, A. M. Ordenamento Territorial Do Turismo Nas Regiões Metropolitanas De Fortaleza, Natal, Recife E Salvador: Prodetur I E Ii E Estruturas De Apoio Turístico. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação no Turismo*, v. XI, n 1, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/raoit/article/view/4516/2329>. Acesso em 11 de mai. 2025

LOHMANN, G.; LOBO, H. A. S.; TRIGO, L. G. G.; VALDUGA, V.; CASTRO, R.; COELHO, M. D. F.; UVINHA, R. R. O Futuro do turismo no Brasil a partir da análise crítica do período 2000-2019. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 16, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2456/1524>. Acesso em 1 de mai 2024.

LOMBARDI, P.; GIORDANO, S.; FAROUH, H.; YOUSEF, W. Modelling the smart city performance. *European Journal of Social Science Research*, v. 25, n. 2, p 137-149, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/13511610.2012.660325>

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 18, n. 0, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958/17247>. Acesso em 22 mai de 2024.

LUGONES, M. Playfulness, “World”-Traveling, and Loving Perception. In: MEHURON, Kate; PERCESEPE, Gary (org.). *Free Spirits: Feminist Philosophers on Culture*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1995. p. 121–128.

MANG, P.; REED, B. Designing from place: a regenerative framework and methodology. *Building Research & Information*, v. 40, n. 1, p. 23-38, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/09613218.2012.621341>.

MANZINI, E. J. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um Programa de Pós-graduação em Educação. *Revista Percurso*, v. 4, n. 2, p. 149-171, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/49548>. Acesso em 30 de jun. 2024.

MAPA DA CACHAÇA. **Paraná produz a melhor cachaça do Brasil em 2020**, 2020. Disponível em: <https://mapadacachaca.com.br/noticias/parana-produz-a-melhor-cachaca-do-brasil-em-2020/> Acesso em: 25 mai. 2024.

MAPA DA CACHAÇA. **As diferentes regiões produtoras de cachaça no Brasil**, 2023. Disponível em: <https://mapadacachaca.com.br/artigos/as-diferentes-regioes-produtoras-de-cachaca-no-brasil/> Acesso em: 25 mai. 2024.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Anuário da chácara – 2021**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/publicacoes/anuario-da-cachaca-2021-1.pdf> Acesso em: 25 de maio de 2024.

MAPA DA CACHAÇA. **Anuário da cachaça 2025** [PDF]. Disponível em: <https://mapadacachaca.com.br/wp-content/uploads/2025/05/anuario-da-cachaca-2025.pdf>(<https://mapadacachaca.com.br/wp-content/uploads/2025/05/anuario-da-cachaca-2025.pdf>). Acesso em: 03 mai. 2025.

MARQUES, W. L. **Marketing**. Cianorte: Gráfica Vera Cruz, 2009.

MARTINS, A. **Turismo Regenerativo em Comunidades Indígenas: Estudo de Caso na Reserva Yawanawa**. São Paulo: Editora Senac, 2019.

MATUNGA, H.; MATUNGA, H. ; URLICH, S. From exploitative to regenerative tourism. *MAI Journal: A New Zealand Journal of Indigenous Scholarship*, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 295-308, 2020. Disponível em: https://www.journal.mai.ac.nz/system/files/MAI_Jrnl_2020_V9_3_Matunga_2.FINAL_.pdf. Acesso em 11 jun. 2025.

MEIRA, E. D. A cachaça morretiana e seus usos turísticos na contemporaneidade. *Cadernos do CEOM*, v. 26, p. 39, 2013. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1730>. Acesso em: 17 abr. 2024.

MEIRA, E. D.; COELHO, I. As representações da cachaça artesanal da cidade de Morretes – PR na contemporaneidade. *Seminário Internacional História e Historiografia*, v. 10, n. 1, p. 3, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/42928/1/2012_eve_edmaia.pdf. Acesso em 17 de abr. 2024.

MELO, E. S.; PRESTER, A. F.; VIANA, F. D. F.; MARINI, M. J. Desenvolvimento regional e o setor de turismo: um estudo para a região do Lago de Furnas. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, v. 11, n. 03, p. 741-766, 2022. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/14961/9080>. Acesso em: 27 de mai. 2025.

MENIN, A. F. Por uma escuta sensível na história oral. *História Oral*, v. 20, n. 1, p. 241-244, 2017. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/688/pdf>. Acesso em 28 de jun. 2025.

MIEDES-UGARTE, B.; FLORES-RUIZ, D. Strategies for the Promotion of Regenerative Tourism: Hospitality Communities as Niches for Tourism Innovation. *Administrative Sciences*, Basel, v. 15, n. 1, p. 10, 2025. DOI: 10.3390/admsci15010010 ([mdpi.com][1]) Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-3387/15/1/10>. Acesso em: 30 de mai. 2025.

MINEIRO, A. A. C.; SOUZA, D. L.; VIEIRA, K. C.; CASTRO, C. C.; BRITO, M. J. Da Hélice Tríplice A Quintupla: Uma Revisão Sistemática. *Economia e Gestão*, v. 18, n. 51, 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/economiaegestao/article/view/17645/14417>. Acesso em: 7 de jul. 2025.

MINEIRO, A. A. C.; SOUZA, T. A.; CASTRO, C. C. Desafio e críticas ao modelo de hélice tríplice: uma revisão integrativa. *Desenvolvimento em questão*, v. 18, n. 52, p. 233-248, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/9439/6431>. Acesso em 7 jul. 2025.

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MONASTÉRIO, L.; CAVALCANTE, L. R. **Fundamentos do pensamento econômico regional**. In: CRUZ, B. O. *et al.* (Orgs.). Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: IPEA, p. 79-112, 2011.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MCGRATH, C.; PALMGREN, P. J.; LILJEDAHL, M. Twelve tips for conducting qualitative research interviews. *Medical Teacher*, v. 41, n. 9, p. 1002-1006, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0142159X.2018.1497149?scroll=top&needAccess=true#abstract>. Acesso em: 16 de mai. 2024.

NAESS, A. The Shallow and the Deep, Long-Range Ecology Movement: A Summary. In: DRENGSON, A.; GLASSER, H. (eds.). *Selected Works of Arne Naess*, X. Dordrecht: Springer, 2005. p. 7–12. Publicado originalmente em *Inquiry*, v. 16, n. 1, p. 95–100, 1973. Disponível em: https://openairphilosophy.org/wp-content/uploads/2018/11/OAP_Naess_Shallow_and_the_Deep.pdf. Acesso em 28 de mai. 2025.

NADALIN, S. O. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Coleção História do Paraná. Textos Introdutórios. 2 ed. Curitiba: SAMP, 2017. Disponível em: https://www.museuparanaense.pr.gov.br/sites/mupa/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/ebook_parana_ocupacao_do_territorio.pdf. Acesso em: 11 dez. 2024.

NELSON, R. R. (Ed.). **National innovation systems: a comparative analysis**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

NIGRI, E. M. *et al.* **Comparando Processos Industriais e Artesanais: Uma Aplicação da Análise Simplificada do Ciclo de Vida na Produção de Cachaça**. In: XXX Encontro Nacional De Engenharia De Produção, 2010, São Carlos, SP. 2010.

OLIVEIRA, L. D. O.; FERRARESE JUNIOR, E. Produção de cachaça artesanal. *Revista Interface Tecnológica*, v. 19, n. 2, p. 810-818, 2022. Disponível em: https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/pt_BR/article/view/1542. Acesso em: 19 de mai. 2024.

OLIVEN, R. G. **A antropologia e a cultura brasileira**. in. BIB. Rio de Janeiro, n° 27, 1° semestre de 1989 (pp. 74-88).

ORTIZ, H. T. **Conferência de Abertura: Saberes e Fazeres do Turismo Rural para o Mundo Novo. 13° Congresso Brasileiro de Turismo Rural**, Gramado, RS, 2025. [Vídeo]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=e_Pnfsp748. Acesso em: 31 jul. 2025.

PADDISON, B.; HALL, J. Regenerative tourism development as a response to crisis: harnessing practise-led approaches. *Tourism Geographies*, p. 1-18, 2024. (<https://doi.org/10.1080/14616688.2024.2381071>). Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14616688.2024.2381071>. Acesso em 24 de jun. 2025

PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. *GEOUSP Espaço e Tempo*, v. 21, n. 3, p. 667-684, 2017. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/128345/138749>. Acesso em 4 de jun. de 2025.

PAIXÃO, L. M. **Arranjos produtivos locais, governança territorial e desenvolvimento turístico no meio rural: o caso das regiões turísticas da Serra**

Gaúcha, Bonito e Treze Tílias. 180 f. Dissertação (Mestrado), Universidade de Salvador. Salvador, 2013. Disponível em: <https://tede.unifacs.br/tede/handle/tede/238>. Acesso em 30 de jul. 2024.

PARANÁ (Estado). Secretaria do Turismo. Rota dos destilados do Paraná é opção turística diferenciada do Vale do Ivaí. Curitiba, 2023. Disponível em: <https://www.turismo.pr.gov.br/Noticia/Rota-dos-Destilados-do-Parana-e-opcao-turistica-diferenciada-do-Vale-do-Ivai>.

PASSOS, M.; SANT'ANA, L.; BUENO, M. O Norte do Paraná: do café à cana do açúcar. **Rev. Geog. Orden. Territ.**, n.º 1 181 a 206. 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/287537664_O_Norte_do_Parana_do_cafe_a_cana_do_acucar> Acesso em: 01 dez. 2023.

PEREIRA, A. L.; JUNIOR, V. J. W. **SETOR SUCROENERGÉTICO PARANAENSE: HISTÓRICO E MENSURAÇÃO.** In: Anais do 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) & 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). Brasília(DF) UnB, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/soberebpc2021/334513-SETOR-SUCROENERGETICO-PARANAENSE--HISTORICO-E-MENSURACAO>. Acesso em: 05 fev. 2025.

PIACENTI, C. A. **O desenvolvimento endógeno das regiões.** In: PIACENTI, C.A.; LIMA, J. F.; EBERHARDT, P. H. C.; ALVES, L. R. (Org.). Economia e desenvolvimento regional. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, p. 122-141, 2016.
PIMENTA, C. A. M.; RIBEIRO, J. C. R.; REMOALDO, P. Regional Development and Creative Tourism: A Bibliometric Survey of the Literature Available in Two Scientific Literature Databases. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 2, p. 290-301, 2021. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6345>. Acesso em 6 de mai. de 2025.

PINHEIRO, P. C.; LEAL, M. C.; ARAÚJO, D. A. de. **Origem, Produção e Composição Química da Cachaça.** Química Nova na Escola, [S. l.], 2003.

PORTO, B. M.; PHILIPPI, D. A.; VENDRAMIN, E. O. O planejamento estratégico do turismo em um destino turístico sulmatogrossense: uma análise calcada na ferramenta da matriz SWOT. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 8, e408985916, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342944965_O_planejamento_estrategico_do_turismo_em_um_destino_turistico_sulmatogrossense_uma_analise_calcada_na_ferramenta_da_matriz_SWOT. Acesso em 01 de jul. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. Painel IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/painel-idhm>. Acesso em: 19 de nov. 2025.

RAWORTH, K. **Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

ROCHA PEREIRA, D.; ARAÚJO, T.F.A.; FONTES, C. L. A.; SPINOLA, C. A. Experiências de Turismo Regenerativo no Brasil: uma pesquisa exploratória. **RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 14, n. 1, p. 90–107, 2024. DOI: 10.28998/10.28998/RITURritur.V14.N1.A17182pp.90-10717182. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/17182>. Acesso em: 6 de maio. 2025.

ROCKSTRÖM, J.; STEFFEN, W.; NOONE, K.; PERSSON, Å.; CHAPIN, F. S.; LAMBIN, E. F.; FOLEY, J. A. A safe operating space for humanity. *Nature*, v. 461, n. 7263, p. 472-475, 2009.

RODRIGUES, R. F. **Paradigmas emergentes em turismo sustentável: uma análise do potencial do turismo regenerativo**. In: sustentabilidade: desafios e impactos. São Paulo: Editora Científica Digital, p. 21-31, 2024.

RODRIGUES DE SOUSA, F.; MORAIS GARCIA LIMA, L. História oral e educação popular: reflexões sobre metodologia e práticas de pesquisa pautadas no diálogo e na escuta sensível. *História Oral, [S. l.]*, v. 25, n. 2, p. 135–152, 2022. DOI: 10.51880/ho.v25i2.1262. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1262>.

ROSSI, E. **Turismo Regenerativo na Toscana: Estratégias e Desafios**. Florença: Editora Universitária, 2017.

ROVAI, M. G. O. A ética da escuta: o desafio dos pesquisadores em história oral. *Testimonios*, n. 4, p. 109-120, 2015. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/testimonios/article/view/32375/33158>. Acesso em: 01 de mai. 2025.

SÁBATO, J.; BOTANA, N. Tecnología en el desarrollo futuro de América Latina. *Revista de la Integración*, p.15-36, 1968.

SACCARDO DOS SANTOS, M.; BERNARDY, R. J. A formação de redes interorganizacionais para o desenvolvimento regional. *Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 9, p. 140-159, 2019.

SANNOMIYA, B. M. Gestão do composto mercadológico de uma cachaçaria no litoral do Paraná-Brasil. *Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação*, Paranaguá, v. 2, n. 1, p. 178-186, março 2020. DOI: 10.33871/26747170.2020.2.1.3294.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Maior produtor nacional, São Paulo premia as melhores cachaças paulistas. 2024. Disponível em: <https://agricultura.sp.gov.br/2024/12/03/maior-produtor-nacional-sao-paulo-premia-as-melhores-cachacas-paulistas/>. Acesso em: 02 fev.2025

SANTOS, B. S; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul** [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2013.

SEABRA, M. C. T. C. Cachaça: cultura, origem, variações (Cachaça: culture, origin, variation). *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 52, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/15461>. Acesso em: 19 dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.9771/2176-4794ell.v0i52.15461>.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESA. **Cachaça Artesanal: serie estudos mercadológicos**, 2019. Disponível em: <https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/444c2683e8debad2d7f38f49e848f449/%24File/4248.pdf> Acesso em: 17 mar. 2023.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESA. **Aguardente de Cana e Cachaça de Morretes conquista a 13ª Indicação Geográfica no Paraná**, 2023. Disponível em: <<https://agenciasebrae.com.br/cultura-empresendedora/aguardente-de-cana-e-cachaca-de-morretes-conquista-a-13a-indicacao-geografica-no-parana/>> Acesso em: 29 mai. 2024.

SCHWARCZ, L. M. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SILVA, D. A. **Antropologia da cachaça: um estudo sobre produção, circulação e consumo do destilado brasileiro**. 2019. 241 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33763?mode=full> Acesso em: 06 nov. 2024.

SILVA, D. R.; MELLO, S. C. B. A mitologia na representação cultural da cachaça: imagem negativa e tentativa de ressignificação. *E-Compós*, Brasília, v. 13, n. 1, p. 1-22, jan./abr. 2010. Disponível em: [<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/466>]. Acesso em 06 nov. 2024.

SILVA, H. W. O. **Os santos e o público: etnografia visual da roda de preto velho de Caruaru, Pernambuco**. 117 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/52134/6/tcc%20Hugo%20weslley%20Oliveira%20Silva.pdf>. Acesso em 29 de jun. 2025.

SILVA, J. H. N. E. *et al.* Total nitrogênio content and its influence on ethyl carbamate incidence in cachaça. *Scientia Agrícola*, v. 79, n. 4, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sa/a/NfqmSnLzfHrHdHGVmYT7M4K/?format=pdf&lang=en>. Acesso em 17 jun. 2024.

SILVA, J. M. da. **Cachaça: o mais brasileiro dos prazeres**. São Paulo: Anhembi Morumbi. 2006.

SILVA, T. P. G.; NASCIMENTO, F. G.; SILVA, J. A.; SOARES, A. M. C. Turismo regenerativo : uma análise da atuação da Biofábrica de Corais em Porto de Galinhas/PE. *Caderno Virtual de Turismo*, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 51–75, 2025. DOI: 10.18472/cvt.25n2.2025.2233. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/2233>. Acesso em: 3 set. 2025.

SILVELLO, G. C.; ALVES, A. S.; ALCARDE, A. R. Integrated technology road mapping in startups: a case study of an AgTech in the Cachaça indutor. *Scientia Agrícola*, v. 78, n. 5, 2021. Disponível em: <https://revistas.usp.br/sa/article/view/183898/170329>. Acesso em: 17 de jun. 2024,

SIMONSEN, R. C. História econômica do Brasil: 1500-1820. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1111>. Acesso em 14 de jun. 2024.

SORATTO, A. N.; VARVAKIS, G.; HORII, J. A Certificação Agregando Valor à Cachaça do Brasil. *Rev. Ciênc. Tecn. Além.*, v. 27, n. 4, p. 681-687, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cta/a/DJbPvt8mD8fhzTT4Whf5W3K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 3 de abr. 2024.

SOUSA-SANTOS, T.; SILVA-PEREIRA, R. O turismo como impulsionador do desenvolvimento regional: análise no Campo das Vertentes (MG), Brasil. *EURE*, v. 46, n, 137, p. 113-133, 2020. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612020000100113. Acesso em: 6 de jul. de 2024.

SOUZA, L. M. et al. **Produção de Cachaça de Qualidade**. ESALQ, Piracicaba, p. 9-59, 2013.

SCÓTOLO, D.; NETTO, A. P. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. *Revista de Cultura e Turismo*, v. 9, n. 1, p. 36-59, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/554/505>. Acesso em 11 de jun. 2025.

STENGERS, I. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p442-464>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/145663/139603>. Acesso em 8 de jul. 2025.

STOFFELEN, A.; VANNESTE, D. Institutional (dis)integration and regional development implications of whisky tourism in Speyside, Scotland. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism.*, v. 16, n. 1, p. 42-60, 2015. DOI: 10.1080/15022250.2015.1062416. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280562266_Institutional_Disintegration_and_Regional_Development_Implications_of_Whisky_Tourism_in_Speyside_Scotland. Acesso em 07 de jul. 2024.

STOPPER, M.; KOSSIK, A.; GASTERMANN, B. Development of a sustainability model for manufacturing SMEs based on the innovative doughnut economics framework. *Proceedings of the International Multi Conference of Engineers and Computer Scientists*, v. 2, p. 16-18, 2016.

TAIBO, C. **Colapso: capitalismo terminal, transição ecossocial, ecofascismo**. Tradução de Marília Andrade Torales Campos e Andrea Macedônio de Carvalho. Curitiba: Editora UFPR, 2019.

TAVERAS-DALMAU, V. It's getting personal: exploring our inner world in the regenerative paradigm shift. *Tourism Geographies*, p. 1-28, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/14616688.2024.2386269>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/382825777_It's_getting_personal_exploring_our_inner_world_in_the_regenerative_paradigm_shift. Acesso em 20 de mai. 2025.

TOMAZZONI, E. L. **Turismo e desenvolvimento regional: modelo apl tur aplicado à região das Hortênsias (Rio Grande do Sul-Brasil)**. 2007. 385 f. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

THAM, A.; SHARMA, B. Regenerative tourism: opportunities and challenges. *Journal of Responsible Tourism Management*, v. 3, n. 1, p. 15–23, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47263/JRTM.03-01-02>. Disponível em: <https://jrtm.org/doi/10.47263/JRTM.03-01-02.pdf>. Acesso em: 16 de ago. 2025.

THEIS, I. M. *et al.* Desenvolvimento Regional: Construção De Um Campo De Saber? *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 1, p. 258-271, 2022. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6383/1161>. Acesso em: 19 de jul. 2025.

THOMÉ, K. M. **Práticas normativas e plasticidade de mercado: a construção de uma dose de cachaça**. 2018. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.propaga.unb.br/images/Dissertacoes/2016/kahlil-Marini-Thome.pdf>> Acesso em: 17 jun.2024

TNONLINE. 4º Festival da Cachaça é aberto oficialmente em Jandaia do Sul. 23 jan. 2025. Disponível em: <https://tnonline.uol.com.br/noticias/vale-do-ivai/4-festival-da-cachaca-e-aberto-oficialmente-em-jandaia-do-sul-983154>. Acesso em: 11 jul. 2025.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**, 2003, Art. 2.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE (USTR). Brazilian-U.S. spirits exchange: cachaça and bourbon/tennessee whiskey. Washington, D.C.: USTR, 2012. Disponível em: <https://ustr.gov/about-us/policy-offices/press-office/blog/2013/february/Brazilian-US-Spirits-Exchange>. Acesso em: 7 ago. 2024.

VERSCHOORE, J. R.; PRISCO, B. H.; MONTICELLI, J. M. Desenvolvimento local Sustentável: um framework de transformação local alicerçado nas relações sociais em rede. *Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 13, p. 231-255, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/4761>. Acesso em: 19 dez. 2024.

VIDAL, M. F.; GONÇALVES, M. F. Produção de Cachaça na Área de Jurisdição do BNB: Mercado e Estruturação da Cadeia Produtiva. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. **Estrutura, Evolução e Dinâmica dos Sistemas Agroalimentares e Cadeias Agroindustriais**. Acre, 2013.

VILELA, A. F. *et al.* Acesamento of sensory and physical-chemical quality, and potential for certification of cachaças from the state of Paraíba, Brazil. *Food Science and Technology*, v. 41, n. 3, p. 661-668, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cta/a/YtPjqXwtRkLfnfD4ZtwWWSM/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 2 de jul. 2024.

WAHL, Daniel C. Além da Sustentabilidade: estamos vivendo no século da regeneração. *Emergir*. fev. 2019. Disponível em: https://www.emergir.co/alem_da_sustentabilidade/. Acesso em: 03 jul. 2025

WIEMAN, E. A saga dos Destilados. *Revista Cachaça*, v. 3, n. 3, p. 56-58, 2015. Disponível em: https://www.cupuladacachaca.com.br/wp-content/uploads/2015/08/REV_CACHACA_SITE.pdf Acesso em: 02 set. 2023.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. Bookman, 2015.

YOON, J.; YANG, J; PARK, H. Quintuple helix structure of Sino-Korean research collaboration in science. *Scientometrics*, v. 113, p. 61–81, 2017.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ANÁLISE INDIVIDUAL DAS ENTREVISTAS

Entrevistado: Sr. Natanael C. Bonicontró (Alambique A Companheira)

Orgulho

O orgulho atravessa de maneira marcante a narrativa do Sr. Natanael. Ele destaca, em primeiro lugar, a experiência de ter construído a própria destilaria com recursos limitados, transformando sucata em equipamento funcional e original, fruto de sua criatividade e conhecimento técnico. Esse sentimento também se expressa na satisfação em ter desenvolvido um sistema contínuo de produção considerado único no Brasil, comparando-o ao processamento de petróleo, área de sua formação profissional. O caráter familiar do empreendimento é igualmente valorizado, descrito como “pequeno” e movido pelo amor ao ofício. Esse orgulho não se limita à produção individual, mas se estende ao coletivo: o Festival da Cachaça de Jandaia do Sul é citado como motivo de reconhecimento público, tanto pelo sucesso de público quanto pela ausência de ocorrências policiais, sinal de maturidade e organização comunitária.

Preconceito

Apesar do orgulho em relação às conquistas pessoais e coletivas, o entrevistado reconhece a persistência de preconceitos em torno da cachaça. Ele mesmo, em sua trajetória, relata ter considerado a bebida como “a pior coisa do mundo”, ecoando a estigmatização social que historicamente marcou o destilado. Essa percepção permanece presente, segundo sua avaliação, pois a cachaça “ainda tem essa forma de ser ruim” para parte da sociedade. Sua fala também aponta para o uso indiscriminado da palavra “artesanal”, frequentemente associada a produtos de baixa qualidade ou até clandestinos. Ao diferenciar a chamada “cachaça de boteco” da produção de alambique qualificada, reforça a ideia de que o preconceito é, em grande medida, alimentado por práticas desregulamentadas que não refletem a realidade da cachaça de qualidade.

Identidade

A identidade do território e da produção é outro aspecto recorrente. O Sr. Natanael reconhece que Jandaia do Sul oferece condições ideais para a fabricação de cachaça, seja pela presença da cooperativa de cana, seja pela tradição agrícola da região. Essa ligação se fortalece com a dimensão familiar: a participação da esposa e das filhas no negócio, além da proximidade com outros produtores, como a família Moretti, reforça a rede de vínculos que sustenta a atividade. Sua fala ressalta ainda que “o conceito de qualidade está onde o dono está presente no processo”, situando a identidade do produto não apenas na técnica, mas na presença comprometida do produtor.

Ambiente e Regeneração

O entrevistado apresenta preocupação ambiental ao mencionar o projeto de eletrificação da destilaria com energia solar, sinalizando interesse em práticas sustentáveis e inovadoras. Trata-se de uma dimensão importante para o futuro da produção, conectada diretamente ao debate do turismo regenerativo.

Expectativas

Por fim, as expectativas revelam uma visão de futuro voltada à inovação e à consolidação territorial. O entrevistado menciona o projeto de eletrificação do alambique por meio de energia solar como exemplo de aposta em sustentabilidade e automação. Além disso, projeta ampliar o valor agregado do produto, explorando diferenciais técnicos e mercadológicos que possam fortalecer a posição de Jandaia do Sul no cenário nacional. O festival é novamente referido como vitrine estratégica, capaz de dar visibilidade e consolidar a imagem do município como polo de cachaça de qualidade. Há, ainda, a preocupação constante com o aprimoramento dos processos produtivos, seja pela separação mais eficiente do fermento, seja pela adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis.

Entrevistados – Luiz Carlos Moretti e Rosângela Vilar (Estância Moretti)

Orgulho

As falas de Moretti e Rosângela revelam um profundo orgulho pelas origens familiares e pela consolidação da Estância Moretti como referência na produção de cachaça artesanal. O orgulho está ligado tanto à herança italiana de produção de bebidas quanto ao esforço pessoal de transformar um sonho em realidade. O envolvimento da família, especialmente de Rosângela e do filho Luiz Eduardo, é descrito como motivo de honra, traduzido em dedicação integral ao projeto da cachaça. O festival, a conquista do título de Capital Paranaense da Cachaça e o reconhecimento em eventos nacionais também são destacados como símbolos de realização e afirmação de Jandaia do Sul.

Preconceito

O casal reconhece que o preconceito contra a cachaça ainda persiste, sustentado por estigmas históricos e mitologias sociais que a associam à marginalidade. Rosângela, por exemplo, relata sua própria resistência inicial à bebida, superada ao conhecer de perto o processo de produção artesanal e seu potencial de qualidade. Ambos reforçam que o preconceito é resultado da falta de informação e do consumo desordenado, não da bebida em si, e observam que o desafio está em desconstruir essas imagens negativas.

Identidade

A identidade surge como eixo central na narrativa do casal. Eles destacam o valor de resgatar a memória dos antigos alambiques de Jandaia, mencionando famílias pioneiras como os Romani, os Zan e o Sr. Adão. Defendem a criação de uma Casa da Memória da Cachaça e reforçam a importância de registrar histórias, reunir objetos e transmitir às novas gerações o significado da cachaça como parte da cultura local. A identidade da Estância Moretti também se manifesta na hospitalidade, no espírito de cooperação entre produtores e na valorização de Jandaia como “Cidade Simpatia” e “Capital Paranaense da Cachaça”.

Ambiente e Regeneração

Na fala de Moretti e Rosângela, a regeneração aparece de forma ampliada, indo além da dimensão ambiental. Eles mencionam o uso de diferentes madeiras brasileiras no envelhecimento da cachaça, ressaltando seu potencial aromático e a valorização de recursos naturais nacionais. No entanto, a dimensão mais forte da regeneração em sua

narrativa é simbólica e cultural: trata-se do resgate da memória dos pioneiros, da luta pela institucionalização da cachaça como patrimônio e da criação de espaços de educação patrimonial. A proposta de instalar uma Casa da Memória da Cachaça e a ênfase em transmitir saberes às crianças indicam uma concepção de regeneração que integra ambiente, cultura e comunidade.

Expectativas

O casal projeta expectativas voltadas à continuidade e ao fortalecimento do festival, à ampliação da visibilidade nacional e internacional da cachaça e ao reconhecimento formal da produção de Jandaia por meio da Denominação de Origem. Também apontam a necessidade de maior conscientização da população local sobre a importância da cachaça para a economia e a cultura do município. Entre os projetos em andamento, mencionam a criação de espaços educativos para receber escolas e universidades, de modo a aproximar as novas gerações da cadeia produtiva da cachaça.

Entrevistado: A.01

Orgulho

O orgulho é evidente quando A.01 fala da família como pioneira na produção de cachaça em Jandaia do Sul. Ele recorda a instalação do primeiro engenho e a produção da cachaça Tigre como símbolos de conquista e trabalho árduo. Esse orgulho não é apenas individual, mas coletivo: reflete o sentimento de quem participou da construção de uma história que marcou a cidade e que até hoje ressoa na memória dos moradores.

Preconceito

Embora não enfatize diretamente situações de preconceito, sua fala revela um contraste implícito: de um lado, a importância econômica e simbólica da cachaça; de outro, o silenciamento ou esquecimento dessa história. O fato de precisar recontar a trajetória de pioneirismo sugere que, por muito tempo, a cachaça não foi reconhecida com o devido valor, permanecendo associada a práticas menores ou até mesmo invisibilizada como patrimônio.

Identidade

A.01 conecta a identidade de Jandaia do Sul à trajetória das famílias pioneiras que introduziram o cultivo da cana e a produção de cachaça artesanal. Ele ressalta a importância da herança mineira e da adaptação das práticas de produção ao novo território. Para ele, a cachaça faz parte da identidade não apenas como produto, mas como expressão da luta, da criatividade e da sobrevivência das primeiras gerações que chegaram à região.

Ambiente e Regeneração

Na fala de A.01, o ambiente aparece como pano de fundo da vida no campo, marcado pela dureza do trabalho agrícola e pela fartura que a terra podia oferecer. Ele relembra o cultivo da cana e o funcionamento do engenho e do alambique como práticas profundamente integradas ao território. Ainda que não fale diretamente de

sustentabilidade, sua narrativa traz uma concepção de regeneração ligada ao uso dos recursos locais, à transmissão de técnicas e ao valor do saber-fazer artesanal. Trata-se de uma regeneração simbólica e cultural: manter viva a memória dos primeiros alambiques é, em si, um gesto de resistência contra o esquecimento.

Expectativas

As expectativas em sua fala estão menos voltadas ao futuro e mais enraizadas no passado: ele deseja que a memória dos primeiros produtores seja preservada e transmitida às novas gerações. Nesse sentido, sua expectativa é que a história da cachaça em Jandaia não se perca, mas seja reconhecida como parte essencial da identidade do município.

Entrevistada: A.02

Orgulho

O orgulho é um eixo central na fala da entrevistada. Ela se emociona ao recordar as origens italianas da família, o pioneirismo do bisavô e do avô na produção de cachaça artesanal e a importância dessa atividade para a sobrevivência familiar. O orgulho também se manifesta no conhecimento detalhado que conserva das etapas de produção, herança de tantas conversas com o avô, e na lembrança de como a cachaça foi sustento e símbolo de dignidade em tempos difíceis.

Preconceito

A entrevistada reconhece que no passado a cachaça esteve cercada por estigmas sociais, frequentemente associada a imagens negativas. No entanto, relata que sua família sempre viveu da produção com dignidade, comercializando a bebida em Jandaia do Sul e região. Hoje, em sua visão, esse preconceito vem diminuindo de forma significativa, sobretudo em razão do Festival da Cachaça, que ressignifica a bebida como elemento de identidade cultural e de orgulho para a comunidade.

Identidade

A identidade familiar e comunitária se entrelaça em sua fala. A cachaça não aparece apenas como produto, mas como modo de vida e memória afetiva, presente em gestos cotidianos, como o café com cachaça. Ela sente que a história da família está profundamente atravessada pela produção artesanal, mesmo que essa tradição não tenha tido continuidade imediata. A identidade, portanto, é vivida como um laço intergeracional que precisa ser recuperado e mantido vivo.

Ambiente e Regeneração

Embora não mencione práticas ambientais de forma direta, a entrevistada apresenta uma perspectiva regenerativa ligada à memória e à transmissão cultural. O desejo de retomar a produção de cachaça “desde o plantio até a destilação”, em homenagem ao avô, revela uma visão de regeneração do legado familiar e da tradição local. Além disso, as

lembranças do café com cachaça nos dias frios evocam um ambiente de carência material em que a bebida cumpria um papel de cuidado e sobrevivência. Nesse sentido, regenerar significa resgatar vínculos, práticas e saberes que quase se perderam, mas que ainda podem renascer por meio das novas gerações.

Expectativas

Apesar de a família não ter dado continuidade à produção, a entrevistada projeta expectativas de retomar o ofício no futuro. Seu desejo é honrar a memória do avô, reconstruindo todo o processo produtivo, do plantio da cana ao engarrafamento. Enxerga no atual movimento de valorização da cachaça em Jandaia, com os alambiques existentes, novas marcas e o festival, uma oportunidade de realizar esse sonho. O festival, em particular, é visto como espaço fundamental para dar visibilidade e legitimar o produto, favorecendo o surgimento de novos empreendedores como ela mesma.

Entrevistado: C.01

Orgulho

C.01 demonstra grande orgulho pelo envolvimento na organização do Festival da Cachaça de Jandaia do Sul, especialmente pelo reconhecimento conquistado em âmbito estadual e nacional. Ele menciona com satisfação a criação da marca Arte Real, fruto da união de amigos da Loja Maçônica Fraternidade Jandaiense, e celebra a medalha de prata obtida em concurso às cegas no 4º Festival da Cachaça de Jandaia. O lançamento da marca e a premiação são narrados como marcos de conquista coletiva, reforçando sua identidade como “cachaceiro”, termo que ele ressignifica como sinônimo de produtor de qualidade, e não de bebedor excessivo.

Preconceito

O entrevistado reconhece a herança de estigmas que historicamente desvalorizaram a cachaça, vinculando-a a classes populares ou ao consumo desordenado. Para ele, o festival cumpre papel central no processo de desmistificação desses preconceitos, ao demonstrar que a bebida pode alcançar padrões internacionais de qualidade e competir com destilados como o uísque. Ressalta ainda a resistência de parte da população local em associar Jandaia à cachaça, preferindo manter vínculos identitários com o café ou a Cooperval.

Identidade

A identidade de Jandaia do Sul aparece como eixo fundamental de sua fala. C.01 insiste na importância de consolidar a cidade não apenas como “Capital do Café” ou “Terra da Cooperval”, mas como a verdadeira Capital Paranaense da Cachaça. Ele associa essa identidade à hospitalidade, à tradição agrícola e à qualidade única proporcionada pelo solo, pelo clima e pela água da região. Além disso, vê o festival como espaço de reconstrução simbólica, onde a população pode se reconhecer em torno de um novo marcador cultural.

Ambiente e Regeneração

Embora não mencione diretamente práticas ambientais, o C.01 manifesta uma visão regenerativa voltada ao resgate cultural e histórico. Para ele, regenerar significa reconstruir a imagem da cachaça, superando preconceitos e fortalecendo sua presença como patrimônio identitário e econômico do município. Também sugere a integração entre festival, gastronomia e cadeia sucroalcooleira como forma de gerar desenvolvimento e renovação das tradições locais.

Expectativas

Suas expectativas estão voltadas principalmente para a internacionalização da cachaça de Jandaia do Sul, com destaque para o projeto de exportação à República Dominicana. Reconhece as dificuldades desse mercado, dominado pelo rum, mas acredita no potencial da caipirinha como “porta de entrada” para conquistar paladares estrangeiros. Além disso, projeta o fortalecimento da Associação dos Produtores de Cachaça de Jandaia do Sul como mecanismo de articulação política e institucional, capaz de garantir sustentabilidade ao festival e abrir novos canais de financiamento público-privado.

Entrevistado: C.02

Orgulho

O orgulho está presente na satisfação em lançar novos rótulos para Jandaia do Sul (“Princesa do Ivaí” e “Arte Real”) e em participar de festivais que colocam a cidade em evidência, tanto no Paraná quanto em Brasília. Ele celebra o crescimento do evento ano a ano e a possibilidade de tornar a cidade referência estadual e nacional na cachaça.

Preconceito

O entrevistado reconhece que ainda existe preconceito em torno da cachaça, mas observa mudanças recentes, especialmente pelo caráter familiar do Festival de Jandaia. Ele nota a presença crescente de mulheres e famílias experimentando a bebida, o que para ele sinaliza uma transformação cultural: a cachaça deixa de ser associada apenas à figura do “bêbado” e passa a ser reconhecida como uma bebida de qualidade, apreciada em contextos sociais diversos.

Identidade

Para C.02 a cachaça está em processo de consolidação como identidade de Jandaia do Sul. Ele reconhece que ainda há desconhecimento interno, mas ressalta a importância do festival e das novas iniciativas como catalisadores desse reconhecimento. Ao falar do futuro, associa identidade à diversidade de produtos e à capacidade de atrair visitantes, o que reforça a cachaça como símbolo local e como marca de pertencimento.

Ambiente e Regeneração

Embora não fale diretamente de meio ambiente, C.02 se aproxima da ideia de regeneração ao destacar a valorização de práticas coletivas e colaborativas no setor da cachaça. O envolvimento em grupos locais (como Rotary e maçonaria) e a busca pela exportação revelam um movimento regenerativo de caráter social e econômico, que fortalece redes de cooperação. Além disso, sua fala mostra atenção à qualidade e ao

processo artesanal, preservando tradições que dialogam com a sustentabilidade cultural do território.

Expectativas

As expectativas são bastante claras: expandir a produção, diversificar o mix de produtos (com embalagens variadas e até outros tipos de bebidas, como licores), conquistar espaço no mercado externo e, no futuro, abrir um alambique próprio. Ele projeta que em dez anos Jandaia do Sul será reconhecida nacional e internacionalmente pela cachaça, com maior estruturação e participação em novos mercados.

Entrevistado: F.01

Orgulho

F.01 associa o surgimento do Festival da Cachaça a conversas informais entre produtores e parceiros locais, ressaltando a força da união que possibilitou a realização da primeira edição em 2021. O entusiasmo coletivo e a rápida adesão de dezenas de marcas revelam o orgulho em ver Jandaia do Sul mobilizada em torno da cachaça. Esse sentimento também se manifesta na conquista do título de Capital Paranaense da Cachaça, interpretado não apenas como reconhecimento simbólico, mas como vitória política vinculada às políticas públicas de turismo. O entrevistado ainda sublinha o patriotismo local, mencionando o amor à cidade e a valorização de iniciativas que projetam Jandaia para além do comércio, transformando a cachaça em uma bandeira de identidade e orgulho comunitário.

Preconceito

Embora reconheça avanços na valorização da cachaça, o entrevistado aponta a permanência de visões depreciativas herdadas do passado. Relata que, por muito tempo, a bebida foi associada a estigmas e práticas de consumo desordenado, algo que comprometeu a sua imagem social. Destaca, contudo, que esse cenário tem mudado, com a emergência de um novo olhar que reconhece a cachaça de alambique como produto sofisticado, comparável a bebidas como o vinho e o uísque. O preconceito, portanto, persiste, mas vem sendo gradualmente substituído por uma apreciação que enxerga o produtor como artesão e artista.

Identidade

A fala de F.01 reforça a necessidade de resgatar a memória histórica dos antigos alambiques e das famílias pioneiras que deram início à produção em Jandaia do Sul. Ele reconhece que parte dessa história se perdeu, mas defende que o resgate é essencial para consolidar a identidade da cachaça no município. Menciona a importância de contar essas histórias e registrá-las para que deixem de ser apenas tradição oral e passem a compor um patrimônio coletivo. A identidade, nesse sentido, não é apenas individual ou empresarial, mas construída a partir das raízes históricas e das práticas compartilhadas que sustentam a imagem de Jandaia como território da cachaça.

Ambiente e Regeneração

Não foram identificadas menções diretas a práticas ambientais, regenerativas ou sustentáveis na fala do entrevistado. Essa ausência é significativa, pois revela a ênfase

maior em aspectos políticos, culturais e econômicos. No entanto, retrata uma perspectiva regenerativa ao demonstrar preocupação quanto ao resgate histórico e cultural associado a produção de cachaça no município.

Expectativas

O entrevistado projeta expectativas ligadas à continuidade e ao fortalecimento das ações iniciadas com o festival. Enfatiza a necessidade de dar prosseguimento às políticas públicas de apoio, destacando o papel do Governo do Estado e a integração do Vale do Ivaí em roteiros turísticos mais amplos, como o cicloturismo e o circuito regional inspirado na Estrada Real. Ressalta também a importância do *networking* entre empresários locais, promovido por eventos como a feira Riquezas do Vale, e aponta a possibilidade de articulação com outras regiões e produtos, como o circuito da cerveja em Maringá. Para ele, o futuro da cachaça em Jandaia depende tanto da valorização histórica quanto da capacidade de inserção em redes turísticas mais amplas.

Entrevistado: C.03

Orgulho

C.03 evidencia orgulho em relação ao processo de criação e consolidação do Festival da Cachaça de Jandaia do Sul. Ele relembra a primeira edição, em 2022, destacando a homenagem prestada às famílias pioneiras, como os Romani e os Zan. Esse resgate histórico é compreendido como gesto de reconhecimento e valorização das raízes locais. O crescimento do festival também é citado como motivo de orgulho, com o aumento progressivo do número de expositores e a conquista de espaço no calendário nacional de eventos da cachaça, reforçando a imagem de Jandaia do Sul como referência no setor.

Preconceito

Assim como outros entrevistados, C.03 reconhece que ainda há preconceito em relação à cachaça, mas propõe diferenciar o termo, afirmando tratar-se mais de um “pré-conceito”, isto é, falta de conhecimento por parte da população. Ele relata que não fazia parte do “mundo da cachaça” até sua participação na organização do festival e que, a partir dessa vivência, passou a compreender melhor o valor cultural e econômico do produto. Essa mudança pessoal reflete o movimento mais amplo de ressignificação social da cachaça, embora persista a dificuldade de Jandaia assumir plenamente a bebida como símbolo identitário.

Identidade

A identidade de Jandaia do Sul aparece associada tanto à história de seus pioneiros quanto à presença da indústria Jamel, que, segundo C.03, não pode ser esquecida, pois estruturou o setor e influenciou a trajetória de produtores como Natanael e Moretti. O entrevistado ressalta que a cachaça deveria ser um dos principais elementos da identidade local, mas observa que, na prática, o café ainda é visto como mais representativo pelos moradores. A identidade cultural da cachaça, portanto, encontra-se em processo de afirmação, tensionada entre tradição, estigmas e novas formas de valorização.

Ambiente e Regeneração

Ainda que não trate diretamente de questões ambientais, C.03 evidencia uma dimensão regenerativa ligada à cultura e à memória. Sua fala ressalta o valor de resgatar a história dos pioneiros e reconhecer a importância de empresas e produtores que estruturaram o setor, o que pode ser entendido como um processo de regeneração simbólica e identitária. Essa perspectiva contribui para ampliar a compreensão da regeneração não apenas como prática ecológica, mas também como reconstrução de laços históricos e culturais.

Expectativas

As expectativas de C.03 voltam-se para o fortalecimento do festival e a inserção de Jandaia em roteiros turísticos mais amplos, como a Rota dos Destilados do Vale do Ivaí. Ele menciona o potencial das visitas guiadas aos alambiques locais, que já despertam interesse, e aponta que a consolidação desse turismo depende de melhorias na infraestrutura da cidade. Entre as projeções de futuro, destaca ainda a possibilidade de exportação da cachaça, embora reconheça os desafios burocráticos e produtivos, bem como a necessidade de articulação coletiva para viabilizar esse processo.

Entrevistado: C.04

Orgulho

O orgulho aparece em sua fala ao enfatizar o crescimento do festival e o fato de Jandaia do Sul ter alcançado o título de Capital Paranaense da Cachaça. Para ele, cada edição reforça o prestígio do município e consolida uma nova imagem, não apenas para a população local, mas para visitantes de todo o Brasil. O orgulho também se manifesta no reconhecimento obtido fora da cidade, em eventos nacionais, o que confere legitimidade ao trabalho coletivo realizado pelos produtores e organizadores.

Preconceito

C.04 aborda de forma direta o preconceito histórico em relação à cachaça. Reconhece que por muito tempo a bebida foi associada a práticas de marginalização e consumo desregrado, mas destaca que o festival tem desempenhado papel fundamental na desconstrução desses estigmas. Para ele, mostrar a cachaça em um ambiente familiar e cultural, aliado à qualidade dos produtos e à sofisticação das embalagens, é essencial para transformar essa percepção social.

Identidade

A construção da identidade de Jandaia do Sul em torno da cachaça ocupa lugar central em sua fala. C.04 observa que a cachaça pode e deve ser símbolo cultural da cidade, assim como o vinho é para outras regiões do mundo. Destaca que a população precisa se apropriar desse elemento e reconhecê-lo como legítimo, superando a vergonha e assumindo o orgulho. Para ele, o festival é o espaço onde essa identidade está sendo forjada, reunindo não apenas produtores, mas também consumidores, visitantes e parceiros de diferentes setores.

Ambiente e Regeneração

A fala de C.04 evidencia um olhar regenerativo que ultrapassa a dimensão ambiental e se estende ao campo cultural e social. Ele ressalta que o festival cria um ambiente de convivência saudável, marcado pela presença de famílias e mulheres, diferente da imagem estigmatizada da cachaça associada ao excesso e à desordem. O evento é descrito como espaço de regeneração simbólica, onde preconceitos são transformados em reconhecimento e pertencimento. Além disso, menciona a importância de integrar a cachaça a outras práticas culturais e esportivas, como o cicloturismo e a corrida de rua (Corrida da Cachaça), ampliando a relação com o território e incentivando formas de turismo mais responsáveis.

Expectativas

As expectativas de C.04 concentram-se no fortalecimento do festival e na ampliação de sua projeção nacional. Ele vislumbra a consolidação da Rota dos Destilados do Vale do Ivaí e a inclusão de novas atividades, como experiências sensoriais, confrarias e eventos esportivos associados à cachaça. Ressalta ainda a importância de parcerias estratégicas para aumentar a visibilidade da bebida e do território, apostando que em poucos anos Jandaia do Sul será reconhecida não apenas como capital estadual, mas como referência nacional da cachaça artesanal.

Entrevistada: D.01

Orgulho

Diferente de outros entrevistados, não se percebe em sua fala um orgulho diretamente ligado à cachaça em si. Contudo, suas respostas revelam uma convicção sobre a necessidade de a comunidade entender a importância social, histórica e cultural da bebida.

Preconceito

A entrevistada observa que a educação patrimonial pode ser um instrumento para enfrentar preconceitos históricos em relação à cachaça. Ela destaca que muitas vezes a bebida é associada a estigmas pejorativos e que o desconhecimento da população sobre sua relevância cultural alimenta essa visão negativa. Assim, defende que é preciso oferecer conhecimento para que a comunidade possa transformar a vergonha em orgulho.

Identidade

D.01 entende a cachaça como um patrimônio cultural que precisa ser apropriado pela comunidade para se tornar parte da identidade de Jandaia do Sul. Ressalta que o pertencimento só acontece de baixo para cima, ou seja, quando a própria comunidade reconhece o valor da cachaça, em vez de receber um reconhecimento imposto por tombamento ou registro oficial. Para ela, a identidade se constrói pelo vínculo vivido e não por decretos institucionais.

Ambiente e Regeneração

D.01 enfatiza que a universidade só tem sentido quando se conecta ao meio em que está inserida, destacando a necessidade de pensar em ecossistemas equilibrados. Em sua visão, pesquisa e extensão devem estar interligadas, sobretudo em projetos de valorização cultural e turística, como no caso da cachaça. Ao dialogar com o turismo regenerativo, ela reforça que não se trata de “produto cultural”, mas de um território sujeito, vivo, que deve ser trabalhado de forma integrada, regional, nacional e até internacional. O conceito de regeneração aparece quando propõe novas formas de fazer turismo, baseadas na comunidade e na construção coletiva de saberes, contrapondo-se a modelos de desenvolvimento excludentes ou centrados apenas no mercado.

Expectativas

Suas expectativas apontam para um futuro em que universidade, comunidade, produtores e poder público atuem juntos na valorização da cachaça como patrimônio cultural e vetor turístico. Ela sugere ações de extensão, como inventários culturais, projetos de educação patrimonial em escolas e com diferentes grupos sociais, bem como estratégias para integrar roteiros, produtores locais e eventos. Também projeta que, com essa organização, a cachaça de Jandaia do Sul poderá alcançar maior visibilidade regional, nacional e internacional, atraindo pesquisadores de várias áreas e promovendo um desenvolvimento local sustentável e dinâmico.

Entrevistado: E.01

Orgulho

E.01 expressa orgulho ao relatar que sente satisfação em ver a cachaça de Jandaia reconhecida em diferentes espaços, inclusive fora da cidade. Esse sentimento é reforçado pela cooperação entre produtores locais, que mostra que o crescimento de uns fortalece a todos. O orgulho também se conecta ao papel da educação, quando os alunos passam a enxergar e valorizar a história local, como no caso das descobertas sobre a trajetória dos primeiros produtores.

Preconceito

E.01 reconhece que o estigma em torno da cachaça ainda é forte, sobretudo entre os mais jovens, que muitas vezes não associam o produto à identidade cultural de Jandaia do Sul. Ele menciona que a bebida foi historicamente marcada por vínculos com alcoolismo, vício e problemas sociais, mas reforça que isso não corresponde à totalidade de sua história.

Identidade

A fala de E.01 evidencia a importância da cachaça como elemento constitutivo da identidade de Jandaia do Sul, junto com outros produtos como o café. Ele aponta, porém, que há um distanciamento entre os jovens e essa herança histórica, o que reforça a necessidade de ações de educação patrimonial. A cachaça, segundo ele, é “sombra e luz”, carregando contradições, mas também potenciais de reconhecimento e pertencimento comunitário.

Ambiente e Regeneração

E.01 valoriza a educação como instrumento para ampliar a consciência ambiental e patrimonial entre os jovens. Ele destaca a necessidade de inserir a cachaça e outros produtos locais no contexto do turismo rural e da rota dos destilados, de modo a criar vínculos com o território e abrir novas possibilidades de desenvolvimento. A regeneração aparece de forma ampliada, ligada ao resgate de tradições, à valorização de práticas culturais e à construção de novas perspectivas para o município.

Expectativas

E.01 projeta um futuro em que o Festival da Cachaça e a Rota dos Destilados sejam fortalecidos, atraindo visitantes interessados não apenas em *shows*, mas também em oficinas, palestras e experiências culturais. Ele espera que, em dez anos, Jandaia do Sul seja reconhecida nacionalmente pela qualidade de seus produtos, com um turismo que promova orgulho coletivo e oportunidades de desenvolvimento local. Enfatiza a necessidade de continuidade das políticas públicas e da cooperação entre os produtores como fatores decisivos para alcançar esse horizonte.

Entrevistada: D.02

Orgulho

O orgulho aparece de forma indireta, como algo a ser cultivado. Para D.02, conhecer a história é condição para amar e valorizar. O orgulho comunitário, segundo ela, só se consolidará quando a população compreender o papel histórico da cachaça e reconhecer sua legitimidade cultural, comparável a outras bebidas mundialmente valorizadas.

Preconceito

D.02 aponta o preconceito como um dos principais obstáculos para o reconhecimento da cachaça. Destaca que a bebida foi estigmatizada ao longo da colonização, por razões econômicas e culturais, o que a associou a aspectos negativos. Esse estigma ainda persiste especialmente entre os moradores de Jandaia do Sul, que não conseguem reconhecer a cachaça como parte legítima de sua própria história e cultura.

Identidade

Para D.02, a identidade só se constrói quando há apropriação coletiva. A cachaça, enquanto patrimônio cultural, precisa ser incorporada à narrativa da cidade, especialmente nas escolas e nas práticas comunitárias. Ela ressalta que a ausência de conhecimento histórico leva à ausência de identificação, e que esse processo deve ser revertido por meio da educação patrimonial, tanto em espaços formais (como escolas) quanto informais (como associações e empresas locais).

Ambiente e Regeneração

D.02 associa a regeneração não apenas ao meio ambiente, mas também ao campo cultural. Ao defender a educação patrimonial como via para transformar preconceitos em reconhecimento, ela propõe um movimento regenerativo da própria comunidade: recuperar saberes, valorizar o território e fortalecer vínculos identitários. Além disso, observa que o turismo pode atuar de forma regenerativa se for capaz de articular pesquisa, ensino e extensão, ampliando a consciência sobre o patrimônio local.

Expectativas

D.02 projeta expectativas ligadas à transformação pela educação. Defende a inserção da temática da cachaça em currículos escolares, Trabalhos de Conclusão de Curso e projetos de extensão universitária, além de parcerias com a associação comercial e o poder público. Espera que a população passe a ver a cachaça como um presente legítimo de sua cidade, um produto que simboliza pertencimento e que pode ser valorizado tanto local quanto internacionalmente. Para ela, o fortalecimento da cooperação entre os produtores e a universidade é fundamental para que Jandaia do Sul se consolide como Capital Estadual da Cachaça.

Entrevistada: D.03

Orgulho

O orgulho não aparece de maneira pessoal ou comunitária, mas como possibilidade futura. D.03 reconhece que ainda falta à população local um sentimento coletivo de pertencimento em relação à cachaça, mas vê no festival e na organização dos produtores elementos capazes de despertar esse orgulho em médio e longo prazo.

Preconceito

D.03 destaca a presença de preconceitos históricos que associam a cachaça à informalidade e ao consumo problemático. Em sua análise, tais estigmas representam um obstáculo à consolidação da bebida como patrimônio e como produto turístico. No entanto, ela avalia que ações de planejamento e de educação patrimonial podem contribuir para reduzir essas resistências.

Identidade

D.03 defende que a identidade turística de Jandaia do Sul precisa ser construída de forma coletiva, envolvendo tanto os produtores de cachaça quanto os moradores, escolas e poder público. Para ela, a cachaça pode se tornar um elemento estruturador dessa identidade, desde que inserida em roteiros regionais, articulada com outros atrativos e reconhecida como símbolo cultural. A identidade, nesse sentido, é pensada como processo em construção.

Ambiente e Regeneração

D.03 observa que o turismo só faz sentido quando planejado de forma sustentável e integrada ao território. Ressalta a necessidade de pensar a cachaça não apenas como produto, mas como parte de um ecossistema cultural e ambiental que envolve produtores, comunidade e instituições. Para ela, a regeneração se dá quando o turismo é capaz de respeitar os limites locais, valorizar práticas tradicionais e promover vínculos que renovem a relação entre sociedade e natureza.

Expectativas

As expectativas da entrevistada concentram-se no fortalecimento da associação de produtores e na institucionalização do festival como evento de grande porte. Ela projeta

ainda a inclusão da cachaça em políticas de regionalização do turismo e a integração com iniciativas de cicloturismo, gastronomia e patrimônio cultural. Para D.03, o futuro depende da articulação entre diferentes atores e da capacidade de planejar estrategicamente a longo prazo, de modo que a cachaça seja reconhecida como vetor de desenvolvimento territorial.

ANEXO

ANEXO A - MAPA COM A LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL

